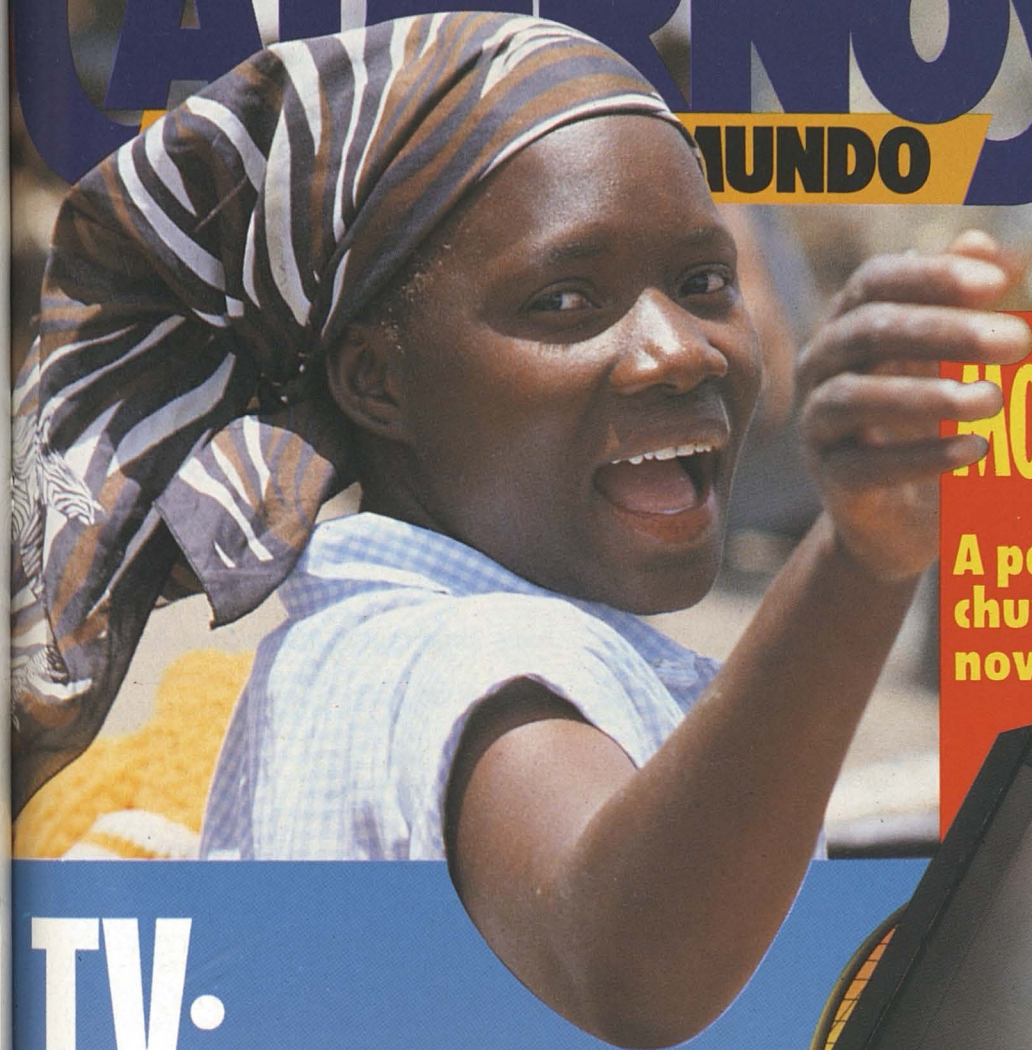


PUBLICAÇÃO MENSAL • ANO XV • Cr\$ 72.000,00

# CADERNOS

## MUNDO

160

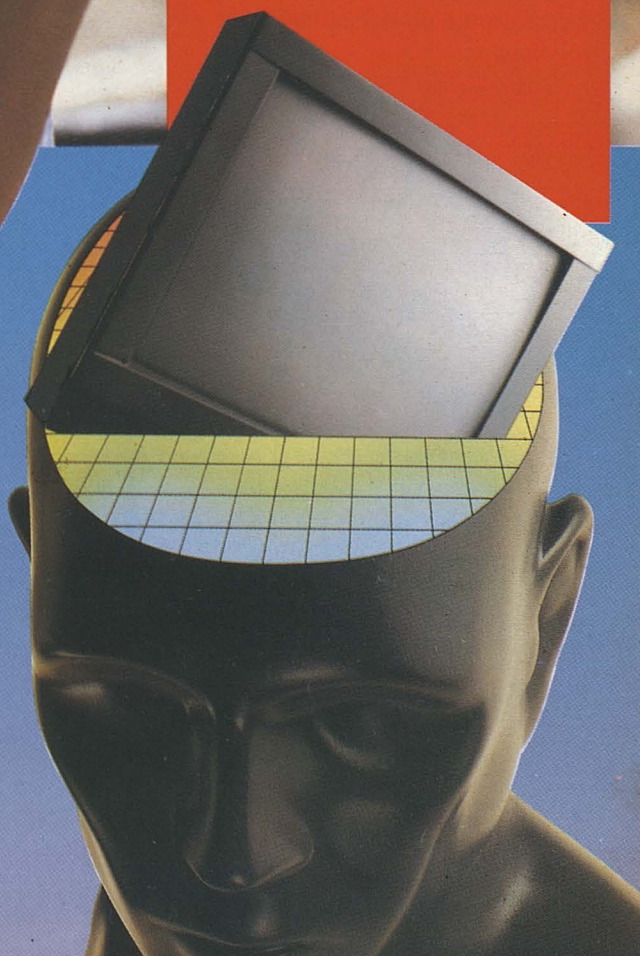


## MOÇAMBIQUE

A paz e as  
chuvas abrem  
nova etapa

## TV: A REAÇÃO DA SOCIEDADE

URUGUAI:  
Desavenças  
com o FMI



**IGNACY SACHS: HUMANIZAR A ECONOMIA**





Administração Sul do Banco Mercantil, em São Paulo

# IMPLANTAR. QUALIFICAR. EVOLUIR.

Acompanhando as tendências do mercado. Perseguindo qualidade e produtividade. É assim que o Mercantil tem conquistado seu crescimento. Fundado em 1970, o banco expandiu-se numa rede supra-regional, implantando agências nos principais centros financeiros do país. Uma prova de trabalho bem estruturado. Uma evolução direcionada pelo claro objetivo de situá-lo, solidamente, entre as mais importantes instituições financeiras do país.

*Ocupar espaços.  
Consolidar parcerias.  
perseguir qualidade e  
produtividade.  
Evoluir. Solidamente.  
Conquistar novos mercados.  
Valorizar, mais que tudo, o cliente.  
Ser um banco contemporâneo.*

**MERCANTIL** 

Banco Mercantil S.A.

**O Banco que dá valor a você.**

**Administração - Sul:**  
Alameda Santos, 880 - Jardim Paulista, CEP 01418, São Paulo, SP  
Tel. (011) 289.4666 - Fax (011) 289.4007 - Telex (11) 33708  
**Administração - Sede:**  
Rua do Imperador D. Pedro II, 307, Santo Antônio, CEP 50.010, Recife, PE  
Tel. (081) 224.3466 - Fax (081) 424.1069 - Telex (81) 2424/8801





Abril 1993 • Nº 160 • ANO XVI

## CAPA

A assinatura dos acordos de paz entre o governo de Moçambique e a Renamo, e a chegada das chuvas, permitem a esse país da África Austral começar a reconstrução da sua economia

## 2 CARTAS

### CAPA

4 Os novos rumos da TV

### POLÍTICA

12 Democracia sempre

### ENTREVISTA

16 Ignacy Sachs

### AMÉRICA LATINA

23 Uruguai: Interferência indevida

26 Chile: Uma ferida aberta

### ESPECIAL

28 Moçambique: Virar a página

38 A difícil questão da terra

40 O papel da ONU

### ÁFRICA

41 Ruanda: Na mira da França

### PÁGINA ABERTA

43 O dinheiro das armas

## □ SUPLEMENTO

### MENORES

2 A ação invisível

### EDUCAÇÃO

6 O discurso das crianças

8 A roda viva da ecologia

10 Educação para a cidadania

### TECNOLOGIA

12 Japão: Sofisticação com pleno emprego

### IMIGRAÇÃO

13 China: A nova Meca

14 PANORAMA INTERNACIONAL

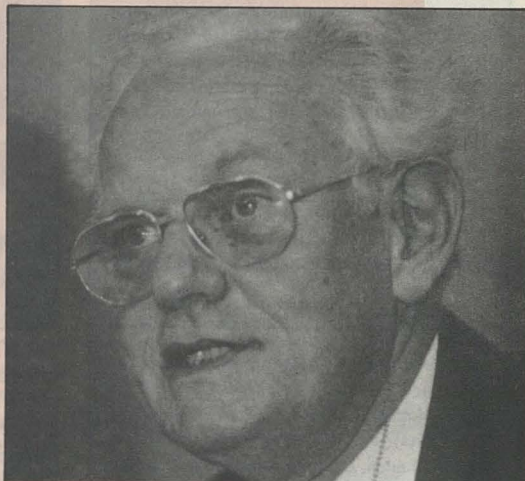
## SUMARIO

➤ A sociedade brasileira questiona os conteúdos da programação da televisão, pois mesmo sendo, na sua maioria, empresas privadas, elas recebem do Estado a concessão para ir ao ar



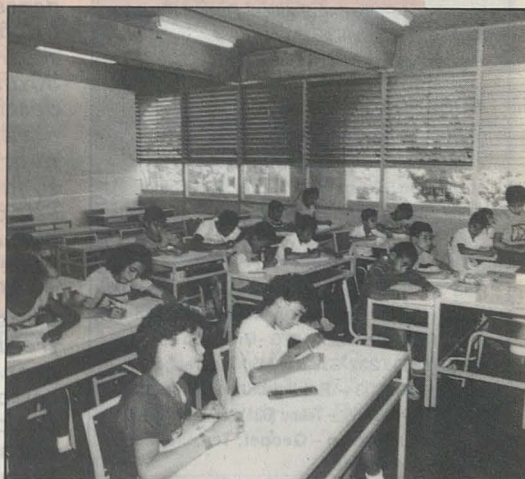
4

➤ Ignacy Sachs, um dos criadores da proposta de desenvolvimento sustentável, acredita que o Brasil tem condições de superar a crise



16

➤ Os alunos dos CIEPs mostram uma maior independência de julgamento que as crianças que frequentam a escola pública tradicional



Suplemento 6



# CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicação com informação e análise  
das realidades e aspirações dos  
países emergentes

**DIRETOR:** Neiva Moreira  
**DIRETOR ADJUNTO:** Pablo Piacentini  
**EDITORA:** Beatriz Bissio  
**SUBEDITORES:** Cláudia Guimarães, Elias Fajardo. **CONSULTORES ESPECIAIS:** Darcy Ribeiro (Brasil), Henry Pease García (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavía (Chile)  
**REDAÇÃO:** Aldo Gamboa, Carlos Lopes (Brasil), Roberto Bordini (México), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)  
**SUCURSAIS:** Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazônia), Antônio de Pádua Gurgel (Vitória), Angela Carrato (Belo Horizonte).  
**REVISÃO:** Cléa M. Soares e Valdenir Peixoto.  
**DEPTO. DE ARTE:** Nazareno N. de Souza (editor e capa), Zaney da Silva, João C. Monteiro. **FOTOS:** France Press, André Louzeiro, Marcus Sanches.  
**Foto de Capa:** Lena Trindade  
**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO:** Jessie Jane V. de Sousa (diretora), Juliana Iottty, Alba Calkas, Sílvia Arruda, Mônica Pérez e Marcelo Knupp  
**EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:** Macário Costa (chefia), Andréa Corrêa e Paulo Henrique  
**ADMINISTRAÇÃO:** Henrique Menezes.  
**PUBLICIDADE E MARKETING:** Antonio Carlos Napoleão

## CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

Mauro Mendes — Rua da Glória, 122 1º andar  
CEP 20241 — Rio de Janeiro — Brasil  
☎ (021) 252-7440/232-3372/232-1759/222-1370

## CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências:  
ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas: *Africa News* (Estados Unidos), *Tempo* (Moçambique), *Altercom* (México-Chile), *Third World Network* (Malásia), *Israel and Palestine Political Report* (Paris) e *Against the Current* (EUA)  
**Fotos:** Agence France Press (AFP)

## SUCURSAL DE LISBOA:

**Diretor:** Artur Baptista  
Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro  
10/1º andar. Lisboa, 1.200 — Tel.: 32-0650.  
Telex: 42720 CTM-TE-P

## Uma publicação da Editora Terceiro Mundo:

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106  
20241-180 — Rio de Janeiro — RJ — Brasil  
☎ (021) 242-1957/222-1370 — Redação  
☎ 232-1759 / 232-3372 — Administração  
☎ (021) 507-2203 — Publicidade e Marketing  
Fax: 55 21 252-8455 — Telex: (021) 33054 CTMB-BR  
Correio Eletrônico — Geonet: Terceiro-Mundo  
Alternex: Caderno

# CARTAS

## Alcoólicos anônimos

Tenho a honra de parabenizar a revista *Cadernos do terceiro mundo* pela matéria sobre alcoólicos anônimos, "Evitando o primeiro gole", publicada no nº 157. Faço parte desta entidade e gostaria de dizer que o nosso grupo AA Dias Melhores está fazendo três meses de nascimento dias 10/4.

**Laercio da Silva**  
Campina Grande — PB

## Presidencialismo



Em uma sociedade democrática, a escolha do sistema de governo deve se dar em função da possibilidade de garantia que o sistema escolhido possa oferecer à participação livre e soberana de seu povo.

Estamos às vésperas de decidirmos sobre qual sistema de governo depositaremos a esperança da construção de um Estado independente, soberano e democrático. Depois de 30 anos sem podermos decidir nosso destino, estaremos, no dia 21 de abril, escolhendo se queremos continuar votando e decidindo sobre nosso futuro, ou se preferimos delegar este poder de escolha aos deputados e senadores, elegendo o sistema parlamentar de governo.

Na sociedade moderna, somente um governo soberano pode fazer frente ao poderio econômico dos grandes cartéis internacionais, que corrompem através de mecanismos de dominação, como os meios de comunicação. A Rede Globo, por exemplo, que hoje detém 80% da au-

diência nacional, é o maior e mais eficaz aparelho ideológico do capitalismo internacional em nosso país.

Somente o Presidencialismo pode lutar contra isso. Votar no Parlamentarismo, nas atuais circunstâncias, é retirar do povo a possibilidade da mudança via eleição direta. Fechadas as portas da institucionalidade, ninguém poderá prever aonde poderemos chegar.

**Marcus Siqueira da Cunha**  
Juventude Socialista  
Porto Alegre — RS

## Sugestão

Gostaria de sugerir que se fizesse uma série de reportagens sobre o Comitê Nacional de Estudos sobre a Dívida Externa, que é integrado por várias entidades da sociedade civil como a OAB, ABI, CNBB, CUT, entre outras. A dívida externa brasileira, no período da ditadura militar, foi aumentada em 30 vezes, sendo que a maioria dos empréstimos foi ilegal. Este fato deve ser encarado com a maior clareza e seriedade para que todos saibam o que ocorreu no Brasil durante o período mais tenebroso da ditadura. Porém, poucas pessoas têm acesso a essas informações, pois os meios de comunicação muitas vezes são coniventes, o que não ocorre com o *Cadernos do terceiro mundo*.

**Julio Cesar Lobo**  
Barra da Tijuca — RJ

## Som do trabalhador

Sou leitor fiel desta revista e fiquei muito contente com a reportagem do nº 157, "O canto do trabalhador rural". Gostaria de saber onde comprar o disco "Da Quixabeira pro berço do rio".

Você pode adquirir o disco através da Nova Pesquisa e Assessoria em Educação. O endereço da entidade é: Rua Barão do Flamengo, 22/sala 803 — Flamengo. Tel. (021) 205-6219.



## Experiência

Os EUA são pura ilusão; não é um país rico, de liberdade e sem pobreza. Vivendo e vendo a realidade de perto, pude descobrir que lá há pobreza imensa, negros se dopam e se prostituem com o apoio dos empresários e políticos corruptos. Nesse país, nós, latino-americanos, vivemos na miséria e sob repressão policial diariamente, numa nação que se diz de liberdade. Há dois países, duas liberdades: a dos americanos do norte e a dos latino-americanos.

Já o Brasil é uma terra muito rica, aqui tem de tudo. O que falta nascer nesta terra são homens competentes e com vergonha na cara. Gostaria de retomar minha assinatura desta magnífica publicação. Os jovens devem lê-la para despertarem para a nossa realidade.

**Ziad Abdel Karim**  
São Francisco de Assis - RS

## Socialismo

Na reportagem publicada no nº 157, sobre a Internacional Socialista, foram citados várias vezes os termos "social- democracia" e "socialismo" como se os dois fossem sinônimos, como se tivessem a mesma concepção de uma sociedade futura e defendessem os mesmos meios para se chegar a ela. Confesso que fica confuso ao iniciante nos estudos do socialismo essa identidade entre os movimentos social-democrata e socialista.

Um exemplo disso é a discussão dentro do Partido dos Trabalhadores, que se considera socialista, mas que, na opinião de alguns, sofre um processo de social- democratização. Se os dois movimentos são sinônimos, como um pode se transformar no outro?

Sugiro que se faça uma matéria com um estudo mais aprofundado do socialismo. Creio que será de grande valia para todos nós, jovens que buscam transformar esta sociedade excludente e opressora em uma sociedade mais justa e igualitária.

**Wilson Paschoal dos Santos**  
Bertioga - SP.

## Maior visão

Cumprimento-os pelo magnífico trabalho que estão fazendo, dando-nos a oportunidade de uma visão mais ampla do que está ocorrendo no Terceiro Mundo e das políticas traçadas pelos ricos e aceitas, de cabeça baixa, pelos pobres.

**Jorge Menezes**  
São José dos Campos - SP

## Luta estudantil

Sou o vice-presidente do Grêmio Estudantil do Colégio N. S. Auxiliadora de Uauá - Bahia, e junto com o presidente, Waldo, enfrento dificuldades diariamente frente à entidade que representamos. Somos cruelmente criticados, mas não desistimos de lutar com o coração e a determinação em prol dos estudantes. Por isso, eu peço: "Estudantes, não nos deixem sós, pois nunca vos deixaremos a sós".

**Rogério Gonçalves Barbosa**  
Uauá - BA

## Solidariedade

Gostaríamos de parabenizá-los pela linha de análise utilizada nessa publicação que, sem dúvida alguma, difere em muito à usada pelos órgãos de imprensa do nosso sistema. Faz muita falta publicações que mostrem os fatos sendo analisados pelos que sofrem adominação do Primeiro Mundo, como é o caso do Brasil.

E assim que nossa entidade, o Solidariedade Popular, vem trabalhando, através de seu boletim "Solidariedade", que visa denunciar, alertar, conscientizar a população sobre os problemas sofridos pela grande maioria do povo brasileiro, contribuindo para tentar garantir os direitos humanos em nosso país. Para cumprir nossa missão, é necessária a colaboração de todos, enviando informações, denúncias, bem como informativos de outras entidades.

**German Varela Castrillon**  
Coord do Solidariedade Popular  
R. Nogueira Martins, 113  
Sorocaba - SP 18031-570

## Intercâmbio

• **Fernando S. Batista Alves**  
R. Conde de Irajá, 520/203  
Fundos  
Botafogo - 22271-020  
Rio de Janeiro - RJ

• **Mirco Momade**  
Av. Karl Marx, 911/  
1º andar - flat 3  
Maputo - Moçambique

• **Carlos Rafael Goberón**  
Av. 23, 2401/ 24 e 26  
Jatucó  
32800 Havana - Cuba

• **Ziad Abdel Karim**  
R. 13 de Janeiro, 904  
97610-000 São Francisco  
de Assis - RS

• **Tersio Guilherme de Souza Cruz**  
R. Cambará, 572  
Centro - 86010-470  
Londrina - PR

• **Mario Sérgio J. Brun**  
Av. Canal de Marapendi,  
2800/ 301  
22631-050 Rio de Janeiro - RJ

• **Verónica Brito Pérez de Camino**  
San Lázaro, 304 / 1º andar  
Galiano e San Nicolás  
Havana - Cuba

• **Fausto Evaldo Strassburger**  
R. Parobé, s/nº  
99890 Maximiliano de  
Almeida - RS

• **Bruno Mattos e Silva**  
R. Cincinato Braga, 414/ 32  
Bela Vista  
01333 São Paulo - SP

• **Pekim Vaz**  
Caixa Postal 182  
66017-970 Belém - PA

• **Wellington Santana Lima**  
R. Jacobina, 106 / casa 03  
Graças  
52011 Recife - PE

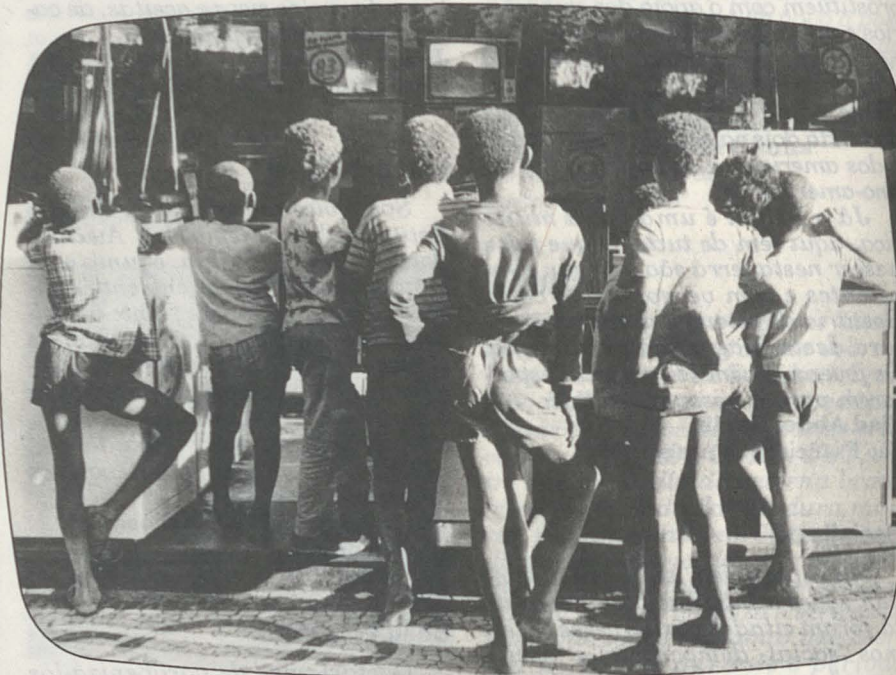
• **Antônio Alves Gualberto**  
Caixa Postal 2177  
29001 Vitória - ES



# Os novos rumos da TV

*A sociedade brasileira questiona o conteúdo da programação da televisão – dominada pela violência e pelo sexo – e levanta a polêmica sobre os mecanismos que deveriam ser criados para controlar esses meios de comunicação que, apesar de explorados por empresas privadas, são concessões do Estado, ratificadas pelo Congresso Nacional*

**Patricia Terra**



**A** partir do assassinato da atriz Daniela Perez, a televisão brasileira entrou na berlinda. A tragédia, bem como o tratamento dispensado ao crime e a seus desdobramentos pela mídia, suscitaram ampla discussão na sociedade civil. Muito se tem pensado quanto aos conteúdos das mensagens que o meio vem difundindo e à forma como a instituição vem se organizando no Brasil.

Há muitas perguntas no ar. Será que a TV estimula a violência que cresce nas cidades do país ou apenas a reflete? De que maneira e em que grau a programação das emissoras interfere no comportamento do cidadão brasileiro? Será que as atuais redes atendem aos verdadeiros anseios dos telespectadores, ou que, ao contrário, alimentam uma tendência à desagregação social e ética, apontada por alguns como parte do cotidiano deste imenso e heterogêneo país?

Certamente, o momento leva a procurar respostas para estas e outras perguntas que ajudem a esclarecer o que se passa na complexa relação entre a televisão e o público. Afinal, as estatísticas revelam: o aparelho de TV hoje está presente em 27,6 milhões de domicílios brasileiros, onde moram 74% das famílias do país. E estas famílias têm por hábito assistir televisão durante uma média de seis horas por dia — nos finais de semana, esta média chega a dez horas diárias.

A polêmica, que já tomou páginas e páginas de jornais e continua se ampliando, gira em torno da programação oferecida pelas redes comerciais. A discussão focaliza também os critérios adotados nas concessões de novos canais e na renovação das concessões para as emissoras que já estão no ar, o que é de responsabilidade do Congresso Nacional, de acordo com a Constituição.

Diante da patente insatisfação de



diversos setores sociais — clero, intelectuais e profissionais da mídia —, o debate quanto aos mecanismos que podem vir a ser usados pela própria sociedade civil para que o futuro da televisão brasileira caminhe junto com o desenvolvimento da nação parece que tem tudo para se tornar permanente.

A importância de uma melhor adequação do meio a suas finalidades fez com que a Igreja ajudasse a dar o pontapé inicial na troca de idéias sobre o tema. Em uma série de artigos publicados no *Jornal do Brasil*, Dom Lucas Moreira Neves — cardeal primaz do Brasil e arcebispo de Salvador — deflagrou a campanha pela ética na televisão brasileira, acusando-a de difundir a violência e a pornografia. Para o cardeal, o objetivo das programações das redes tem sido “deseducar faixas inteiras da população”. Em sua crítica, Dom Lucas faz uma análise à parte das telenovelas. Para ele, “ao invés de propor ideais nobres de serviço ao próximo e de construção de uma sociedade melhor, as telenovelas oferecem à população empobrecida, como modelo e ideal, as aventuras de uma burguesia em decomposição, mas de algum modo atraente”.

“Não se passa o Brasil a limpo se não se passa a limpo a televisão deste país”, diz o cardeal, chamando atenção para a necessidade de regulamentação dos artigos constitucionais que conferem um caráter educativo à televisão e dispõem sobre a concessão de canais.

“A Constituição não prevê a censura, e sim a criação de um Conselho de Comunicação Social, formado pela sociedade civil e ligado ao Congresso Nacional, que atue como órgão fiscalizador”, justifica. O cardeal alerta para o “falso alibi apresentado pelo meio que, ao afirmar que a TV fornece o que o público pede, forja um círculo vicioso infernal, pois, deformado, este público pediria sempre o pior”.

Para Dom Lucas, a função da TV como educadora “não é satisfazer os baixos instintos, mas sim propor um alto ideal humano e torná-lo acessível a todos”. Desta opinião, compartilha Dom Lucas de Almeida Prado, que é reitor do Colégio São Bento, no Rio de Janeiro. “Transferido para a sala de aula, o viciado em TV é o distraído que o professor nem chega a desconfiar”, diz o reitor, acrescentando: “Concordo com a



O “Show da Xuxa”: A sociedade brasileira é alvo de críticas por oferecer entretenimento e incitação ao consumo nas crianças

afirmação de que a escola vai mal, mas é a televisão, em grande parte, que a deixa assim. Isto para não falar na lição de violência, erotismo e corrupção que veicula e que não pára na porta da sala de aula.”

Sob o argumento de resgatar o caráter educativo da TV, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB chegou a realizar um encontro com os dirigentes das quatro maiores redes do país. Até o Papa João Paulo II ficou sabendo da polêmica em torno do papel da televisão no Brasil e aconselhou Dom Lucas Moreira Neves a “não esmorecer nesta cruzada pela ética”.

No mês passado, o ministro da Justiça, Maurício Correa, deu início a uma série de audiências sobre a televisão brasileira. A série foi inaugurada por um encontro com representantes da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão — Abert. Maurício Correa deixou claro que a posição do governo não é a de fazer censura, mas de buscar “uma solução negociada, de consenso”. Segundo o ministro, as punições previstas no código de ética são brandas e por isso não inibem a transmissão de cenas de violência e sexo.



## Os novos rumos da TV

*Para Muniz Sodré, "o modo de viver que a mídia representa é diferente do modo de viver da maioria da população. A TV representa um mercado suntuário e excludente, e é aí que ela é violenta".*

*A sociedade se pergunta se a violência é estimulada pela TV ou apenas refletida por ela*

### Democratização da mídia

Para muitos estudiosos dos meios de comunicação de massa, o problema maior da TV brasileira não está no conteúdo das mensagens que ela transmite, como acusa a Igreja. O enfoque dado pela maioria dos intelectuais prioriza a discussão quanto à forma como os veículos se encontram hoje distribuídos.

"A violência maior é a institucional, é a burocracia que está na organização da mídia", analisa Muniz Sodré, que é diretor do curso de pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e acaba de lançar o livro *O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia*. Para ele, a cumplicidade da lógica da montagem da TV com o mercado de consumo agride o comportamento da maioria da população, em termos de renda, educação, instrução e atitude.

"O modo de viver que a mídia representa é estruturalmente diferente do modo de viver da maioria da população. A TV representa um mercado suntuário e excludente, e é aí que ela é violenta", considera.

Quanto às programações que priori-

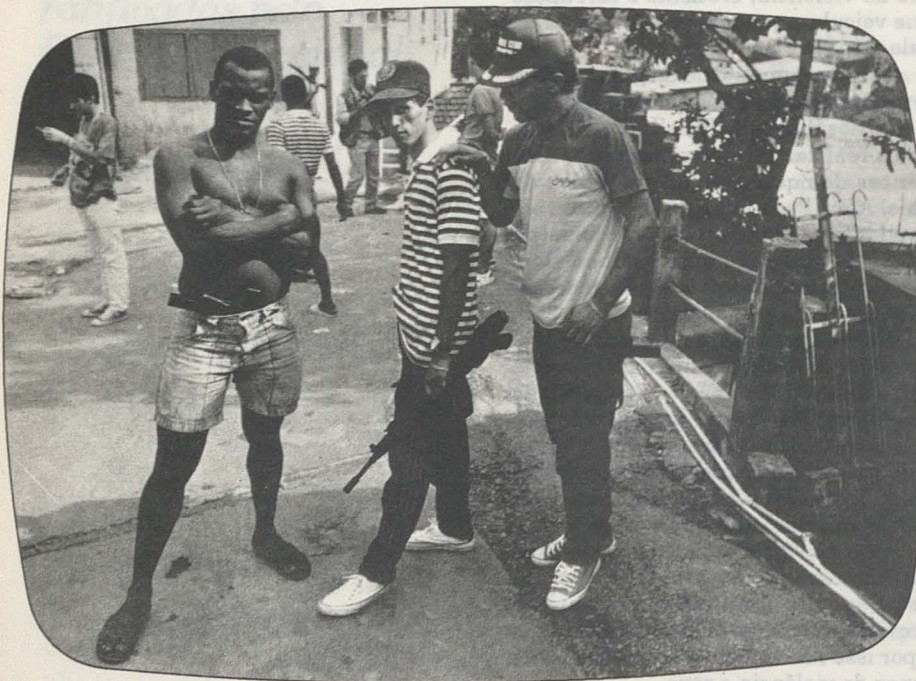
zam histórias sórdidas, o professor acredita que se amparem no fato da linha do grotesco conquistar o público das periferias das grandes cidades, onde a miscigenação cultural é muito grande. "Há uma espécie de aliança da TV com o público. Para encontrar o denominador comum, a TV promove uma cultura por baixo", afirma.

Segundo Muniz Sodré, o ideal da mídia no Brasil seria abrir espaço para que as diferenças aparecessem, mas não da maneira como vêm aparecendo. "A forma vigente, espetacularizada e estereotipada, que mostra o negro como escravo e desfigura a paisagem nacional, não serve ao destino social-democrático do meio. A esperança está em uma melhor distribuição dos canais e, neste sentido, há discussões no Congresso, que podem fazer com que a situação melhore", especula.

Para o professor, a democratização da mídia é necessária já que a televisão gera uma sociabilização nova. "A TV torna-se muito poderosa quando o indivíduo não tem um real sólido e forte, o que é o caso do cidadão brasileiro. A imagem é sempre substitutiva, e é no vazio da sociedade civil que ela se impõe."

"O país hoje está vivendo um problema sério, que é o da nossa moeda não existir — pode ser vale-transporte, ticket-restaurant, qualquer coisa. O lugar das trocas naturais está vazio. O meio de troca está desfigurado. Considerando-se a TV, o que se dá é uma inflação de imagens e uma deflação de real. É o que a psicanálise chamaria de psicose social", diz.

Nas palavras do psicanalista Juranir Freire, o cidadão brasileiro "não só está à disposição da TV, como não tem nenhum outro critério para poder optar". Segundo ele, os mesmos mecanismos que destruíram a distância entre ficção e realidade destruíram também o terreno dos valores. "Isto se manifesta na desorientação das pessoas que se perguntam em quem devem acreditar; para quem devem viver; que compromissos têm com a história? E agora acabou o último compromisso que restava: o compromisso com a família. O que se vê é o banditismo em ações completamente isoladas e a ausência de instâncias normativas que consigam a adesão de todos", lamenta.





Jurandir Freire considera que, numa situação como a brasileira, o fato da TV mostrar todos os dias a morte como espetáculo faz com que seja atribuído à morte um caráter trivial. "É a realidade da degradação. Você começa a mostrar que a vida não vale. E que a vida não vale porque você começa a formar dois tipos de vida: a dos que merecem viver e a dos que não merecem viver", diz.

### Responsabilidade

Walter Clark, fundador e ex-diretor da Rede Globo, parte do princípio de que o registro mais forte de que a sociedade dispõe é a televisão, mas que "o meio está engolindo a si mesmo". Segundo Clark, "existem traições, incestos, cobiça, impulsos sexuais incontidos e ódio". Ele ressalta, contudo, que as pessoas não são todas assim, e que, nesta medida, a televisão está virando pura ficção. "Há uma absoluta falta de responsabilidade e vergonha na maneira de fazer televisão no Brasil. Apelando para a fórmula fácil, a Globo está acabando com a TV do país", dispara.

Já o escritor José Louzeiro – autor das novelas "Corpo Santo" (Rede Manchete/87), "Olho por Olho" (Rede Manchete/88) e "Gente Fina" (Rede Globo/89) – não é tão impiedoso. "A telenovela é o único produto cultural que o Brasil exporta muito e sempre. Nossas novelas são o que há de melhor no gênero no mundo. Por isto, são aplaudidas em Roma, Berlim, Paris, Nova York, Madri, Lisboa e em tantos outros lugares." Para Louzeiro, inicialmente é preciso reconhecer que o grande elemento da ficção mundial hoje é o factual e, sendo assim, compete ao autor resgatar fatos reais na obra.

"Os fatos, quando refletidos pela mídia eletrônica, seja nas novelas, seja no jornalismo, no Brasil marcam a impunidade. Esta, na verdade, é o grande foco de violência", opina, dando um exemplo: "Basta conferir o massacre de Carandiru, em São Paulo, quando o estado matou 220 homens em um dia, o governador Fleury mentiu, dizendo que foram 111, e a polícia chegou à conclusão de que não houve culpados pelas mortes. Isto sim é que é violência."

Com relação à democratização da televisão, o escritor concorda que a hora é de reavaliar o uso do meio, fazendo-se

com que um conselho, formado pela sociedade civil, a cada início de ano aprove a programação das redes. "Não podemos deixar que as renovações das concessões continuem no mesmo ritmo. Hoje, não existe uma TV que se preocupe com as questões sociais da população. Isto porque as redes pertencem à elite, que só se preocupa com ela mesma".

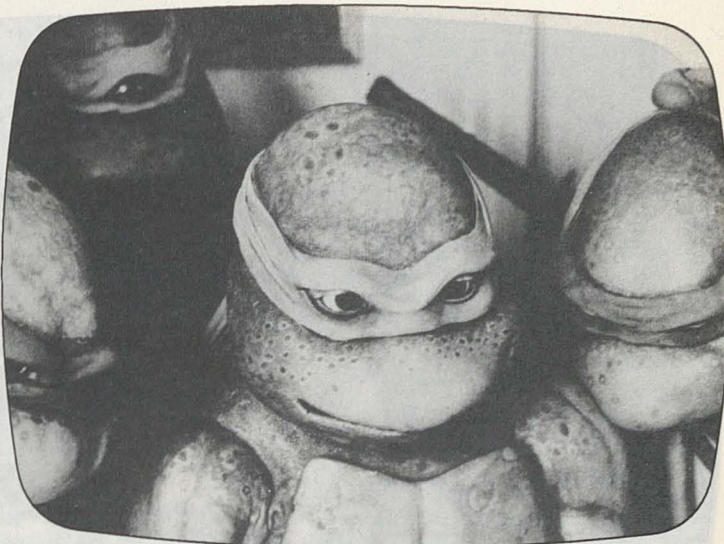
Louzeiro afirma que a sociedade precisa repensar sua ética para conferir à televisão um sentido ético. "Infelizmente, junto com o empobrecimento econômico cresceu um empobrecimento moral no país, que acaba refletido pelo meio", analisa.

### Mecanismos de controle

Quem também aposta na hipótese de que a TV apenas acompanha o que acontece no país é o jornalista Artur Reis, editor do "Caderno de TV" do *Jornal do Brasil*.

"A programação da TV brasileira, em geral, não exacerba a violência. Há casos isolados, como os programas "Aqui e Agora" (SBT) e "Cadeia" (OM), que têm que ser revistos a meu ver", avalia. O especialista lembra ainda programas exibidos em horários inadequados, como "Geraldo" (SBT), feito nos Estados Unidos e exibido aqui às quatro da tarde. O programa apresenta debates sobre lesbianismo e traição conjugal.

"São temas que fazem parte do comportamento humano e por isto devem ser abordados pela TV, só que em horários em que as crianças



**Tartarugas Ninja: a violência apresentada sob o formato de programas para crianças**







**O Bem Amado:** A telenovela é criticada por Dom Lucas Moreira Neves, porém é o único produto cultural que o Brasil exporta, na opinião de José Louzeiro

*Para o professor Adauto Novaes, a verdadeira democracia não se estabelecerá no país enquanto não for rompido o monopólio que domina a TV*

já estejam dormindo", completa, considerando que não há qualquer relação entre aumento de criminalidade e este tipo de programação.

Artur Reis acredita que, hoje, a sociedade só pode controlar o que vê nas redes de TV através de dois dispositivos. Um deles é imediato, automático: é quando o telespectador decide os índices de audiência. O outro é ampliando o Conselho de Ética da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão — Abert, fazendo com que dele participem representantes da Associação Brasileira de Imprensa e da Ordem dos Advogados do Brasil, por exemplo.

"Não vejo viabilidade em outros processos de democratização do meio, como por exemplo o renascimento das emissoras regionais. Não acho possível voltar atrás. O problema da formação das redes é político e econômico, e a tendência da crise atual é reforçar o monopólio da Globo, porque os anunciantes se concentram em veículos

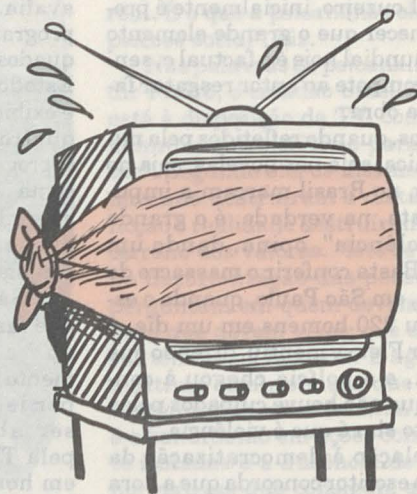
seguros", diz. Para o jornalista, a programação segmentada, dirigida, como a da Rede Bandeirantes, que se especializou em esportes, talvez seja a única salvação das demais redes. "Quanto à criação de outras emissoras, acho que o futuro vai ser a TV por assinatura, mas isto depende muito do comportamento da economia nacional."

#### Pensamento sob censura

Enquanto Artur Reis vê a regionalização como algo praticamente impossível, há quem aposte nesta opção como a melhor alternativa para a TV brasileira. É o caso do professor e jornalista Adauto Novaes, que, desde 1987, coordena uma série de cursos oferecidos pela Fundação Nacional de Arte e pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, sendo que o último deles tratou do tema "A Rede Imaginária: Televisão e Democracia".

"É necessário regionalizar a TV sem que as emissoras deixem de abordar os temas nacionais e internacionais", diz, para afirmar: "Sou favorável à criação das TVs públicas, porque também acho que só setorizando as programações é que se pode garantir o caráter educativo do meio."

Para Adauto Novaes, a verdadeira democracia não se estabelecerá no país enquanto não for rompido o monopólio que domina a TV. "Poderão ser criadas pequenas unidades, com boas programações, que troquem entre si através de modernas técnicas", sugere.





Ele considera que, na atual situação, a TV "exerce o domínio do espírito e a manipulação do pensamento". Lembra ainda que nos programas exibidos pelas redes não há o texto "eu penso", que é sempre substituído por "eu acho" ou "eu sinto". Além disso, as frases nunca têm mais de oito palavras, o que impede que o raciocínio se complete na cabeça do telespectador. "O universo do vocabulário da TV no Brasil está reduzido a 300 palavras. A estratégia é ser simples para atingir o maior mercado possível", diz.

Ao mesmo tempo, o professor observa que quando alguma notícia dada é passível de suscitar reflexões ela é imediatamente sucedida por outra, de caráter diverso. Segundo Novaes, trata-se de uma associação entre a velocidade do meio e a fragmentação do discurso, que acaba impedindo o raciocínio.

"A censura ao livre pensamento está embutida nesta forma de fazer TV: uma imagem anula a outra, e isto dificulta a absorção da mensagem", nota.

Adaauto Novaes conta que viu um diretor de TV traduzir a linguagem que hoje caracteriza o meio através do slogan "notícia em forma de show e show em forma de notícia".

"Assim — comenta — tanto faz o massacre na Bósnia ou o nascimento de um mico-leão-dourado, e esta equivalência é ruim porque provoca uma perda de sensibilidade ética, visual e estética."

Na opinião do professor, a permanência da discussão em torno do papel da TV é saudável e imprescindível. Ele também defende a criação de mecanismos que regulem a programação das redes, através de representantes da sociedade civil. "Não creio que uma melhor adequação dos programas aos horários signifique censura. Por outro lado, acho que uma redistribuição dos canais certamente fará com que se estude melhor que combinações pode haver entre a imagem e a palavra. Assim, compreender o que é o caráter educativo da TV vai ficar mais fácil", espera.

Mas Adaauto Novaes não espera sentado. Ao contrário, ele se movimenta em direção ao cerne da questão. Agora mesmo, está envolvido em uma experiência inédita no país: a de transformar o conteúdo dos cursos que promoveu na Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo em programas para a TV



Cultura (SP). Curiosa e oportunamente, a discussão teórica que os programas vão levar ao telespectador trata da ética e seus diversos aspectos.

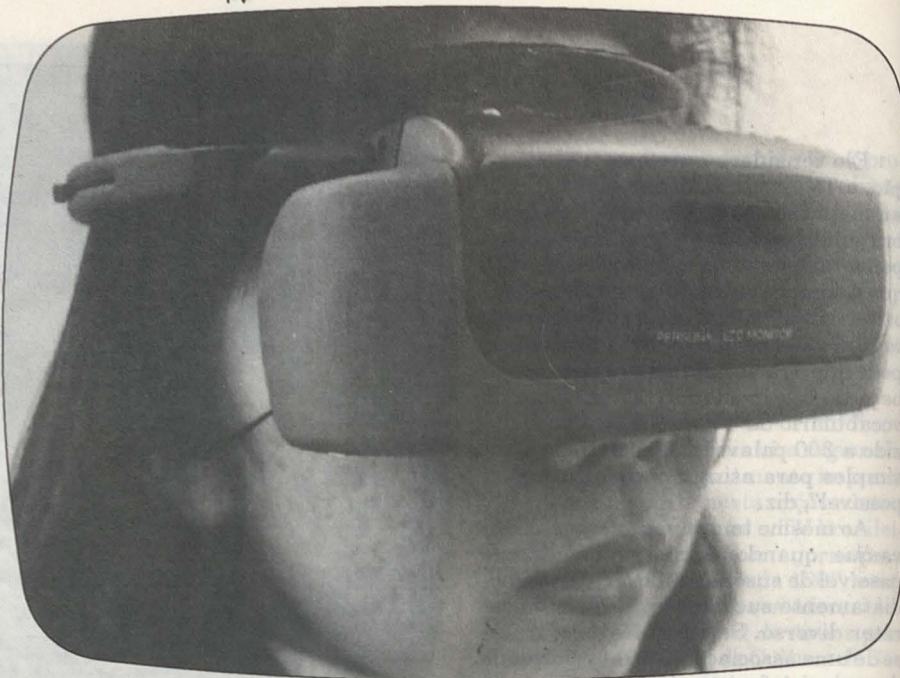
"O formato mistura falas de conferencistas com documentação histórica, seguindo o modelo inglês. Em cinco programas, traçamos o percurso do pensamento em torno do conceito de ética, desde a Grécia Antiga — quando o bem supremo era ligado à justiça, felicidade e harmonia —, até a época contemporânea, em que a ética é associada ao dever, à obrigação e à obediência", explica. No último programa da série — que os paulistas verão a partir de junho —, o tema abordado vai se concentrar exatamente na questão da ética na televisão. Depois, a série deverá ser levada a universidades de todo o país. ■

**O Congresso pode desempenhar um papel decisivo na democratização da mídia**





A televisão do futuro pode ser como essa: porém o problema dos seus conteúdos não muda com os avanços tecnológicos



## Questionando a violência

O governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, vem há tempos denunciando os danos que o oligopólio Globo produz na sociedade. Num dos artigos que publica semanalmente nos jornais, Brizola divulgou um quadro com o número de cenas da violência exibidas pela rede Globo. Os números resultam de pesqui-

sas feitas entre 05 e 11 de janeiro de 1992 e de 16 a 22 de janeiro de 1993, quando o noticiário abordava até a exaustão o assassinato da atriz Daniela Perez.

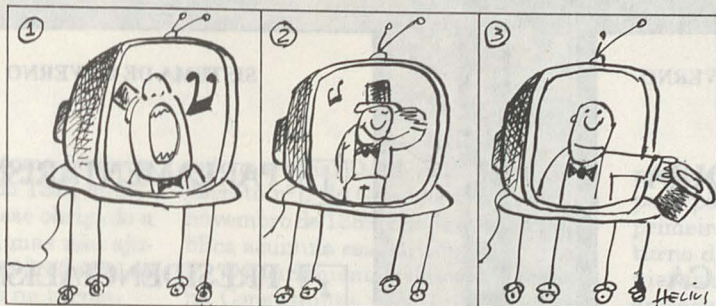
Na primeira pesquisa, verificou-se que na programação infantil a TV apresentava cerca de 58 cenas violentas por dia, o que correspondia a 34,9% das

166 cenas diárias de violência exibidas pela emissora. As novelas mostravam 150 crimes por semana, os seriados, 79, e os programas humorísticos e de variedades, 74.

Pelos dados da segunda pesquisa, a média de cenas de violência exibidas pela rede aumentou em quase 20%, chegando a 196 por dia. Em geral, os crimes que ganharam mais espaço foram os homicídios e os sequestros, mas foi na programação infantil que as cenas de violência cresceram mais. A violência para crianças corresponde a 51,1% do total de cenas do tipo, que constam da programação da rede.

Cenas mostradas na TV	Janeiro de 1992	Janeiro de 1993
Homicídios	244	288
Agressões	397	286
Ameaças	190	248
Crimes sexuais	31	11
Sequestros	11	56
Condução de veículos sob o efeito de drogas	60	71
Tráfico ou uso de drogas	12	71
Formação de quadrilha	50	65
Roubos	14	43
Furtos	11	16
Estelionatos	05	07
Outros crimes	137	183





## Debate na Espanha

**A**tualmente, a preocupação dos reflexos da programação de TV no comportamento social não está limitada às nossas fronteiras. Na Espanha, organizações da sociedade estão alarmadas com o incremento da participação de crianças e jovens em crimes e outros delitos, e exigem medidas para limitar as cenas de violência, sexo e alcoolismo na televisão.

Um informe da Conferência Espanhola de Associações de Pais de Alunos (Ceapa) afirma que, semanalmente, 95% das crianças espanholas assistem a mil cenas de violência durante a média diária de três horas em que permanecem à frente do televisor.

Em carta dirigida aos ministros de Assuntos Sociais e de Justiça, ao Parlamento e à Defensoria Pública, a Ceapa denunciou que as crianças são incitadas por centenas de mensagens de falta de solidariedade, racismo e comportamentos machistas.

O presidente da associação, Francisco Delgado, disse que o governo, o parlamento e as organizações sociais devem reagir com urgência e aprovar um código de ética e deveres para a televisão. Delgado também protestou contra a publicidade voltada para o público infantil, que estimula o consumismo e a competição social, além de se utilizar abusivamente das crianças para vender e transformá-las em consumidores.

De acordo com a Ceapa, os cinco canais estatais, bem como os autônomos e privados, não cumprem as atuais normas sobre publicidade na

televisão, nem tampouco as determinações européias sobre radiodifusão televisiva. Ambas as normas proíbem a incitação dos menores à compra de produtos, a apresentação de crianças e adolescentes em situações perigosas ou suscetíveis de inspirar atitudes violentas, injustas ou antipedagógicas, entre outras medidas.

Um tema que preocupa especialmente às organizações de pais é a promoção do álcool junto a menores espanhóis, já que a televisão não previne, apenas reforça os maus hábitos. O delegado do governo para o Plano Nacional sobre Drogas, Jesus Garcia, destacou que o álcool é a droga mais comum entre a juventude, e assinalou que 70% dos estudantes entre 14 e 16 anos já se embriagaram pelo menos duas vezes.

A Associação Espanhola de Pediatria aderiu aos protestos diante dos programas que a televisão local oferece. Num documento levado a público, a organização profissional afirma que as crianças podem ver anualmente na televisão 12 mil atos violentos, 14 mil referências sexuais e dois mil anúncios que estimulam o consumo de bebidas alcoólicas.

"Não é mais admissível que as televisões públicas e privadas não façam uma reflexão responsável sobre a influência social de alguns dos seus programas e anúncios", destaca o documento.

A preocupação com a influência da televisão na conduta das crianças ressurgiu ao difundir-se o dramático caso do assassinato de um menino de dois anos por dois outros

meninos de dez anos. O crime aconteceu em Liverpool, na Inglaterra, no início de fevereiro.

A esse caso se somaram outros de estupros e atos violentos protagonizados por menores. A morte de três meninas na localidade de Alcaicer; a prisão, em Madri, de um menino de 15 anos, acusado de cinco estupros; o assalto, cometido por dois meninos, de 11 e 12 anos, a uma creche são casos que aconteceram nos últimos meses.

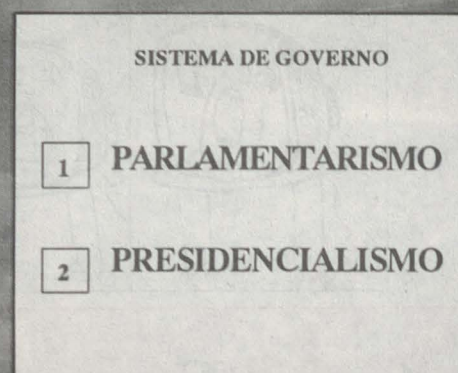
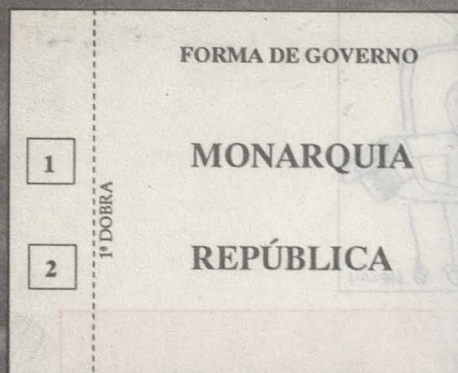
As estatísticas do Ministério do Interior registram a passagem de 15.100 menores pelos tribunais em 1992, muitos deles ligados ao consumo, tráfico e outros delitos derivados da droga. Das 816 mortes relacionadas com drogas no ano passado, 12 foram de menores de 16 anos e 35 de adolescentes entre 16 e 18 anos.

O sociólogo Alberto Moncada advertiu que o horror dos adultos frente aos delitos e crimes protagonizados por crianças se deve a que "se olham no espelho de seus filhos e não gostam do que vêem". Para Moncada, "quando olham ao redor, as crianças só encontram uma permanente incitação à violência".

O Ministério da Educação divulgou proposta, ainda em fase de estudo, de um convênio com todos os canais de televisão para proteção do público infantil e reforço do caráter educativo dos programas. Segundo um assessor do ministério, o convênio terá um valor moral para a auto-regulamentação da televisão, sem ser imposto como norma legal.

**Marcel Garcez (IPS)**





**“O Brasil é uma república cheia de árvores e de gente dizendo adeus”**

Oswald de Andrade

# Democracia sempre

*Desde 1974, quando o voto passou a desempenhar o papel de instrumento de contestação à ditadura militar, a nação não se mostrava tão alheia a uma convocação às urnas*

**Carlos Lopes**



Dentro de alguns dias, os brasileiros saem às ruas para votar, num referendo que definirá a forma e o sistema de governo a vigorar no país (em caso de mudanças) a partir de 1º de janeiro de 1995, data da posse do próximo presidente da República. Saem, na maioria, porque o voto é obrigatório, pelo menos para aqueles com idade entre 18 e 69 anos. Mesmo assim, a abstenção deve ser grande. A votação de 21

de abril não tem espaço na escala de prioridades dessa população, que convive com doenças do início da civilização, preocupação com inflação, violência, desemprego, e que já contabiliza 32 milhões de irmãos vivendo em estado de indigência. O eleitor sabe que não são as trocas da república pela monarquia e do presidencialismo pelo parlamentarismo que vão mudar a situação do Brasil.

Afirmar isso descredencia, e também explica o fato das frentes que propõem “mudar” não terem conseguido

emplacar. Em raras ocasiões a campanha do plebiscito chegou às ruas. Na televisão, inicialmente veiculada em *flashes* de 30 segundos distribuídos pela programação, ela começou na véspera do Carnaval, quando a mídia estava travando uma outra disputa pela preferência do telespectador: de um lado, o *paticumbum* carioca; do outro, o *axé-music* baiano. Depois da festa carnavalesca, quando — é costume dizer — começam de fato a esquentar os tamborins do dia-a-dia da vida brasileira, entrou no ar o horário gratuito do Tribunal Su-



## A experiência dos anos 60

perior Eleitoral – TSE. E tome de desinformação. O presidente do TSE, ministro Paulo Brossard, se disse obrigado a intervir para esclarecer, mas não ajudou muito. O tom do velho professor de chapéu panamá deu sono na turma.

O plebiscito – cujo significado, segundo o *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*, é o “voto do povo, por sim ou não, sobre uma proposta que lhe seja apresentada” – está errado na essência e não deve alterar formalmente a nossa jovem democracia. Mas o país não deverá ser o mesmo depois dele. As características do sistema apontado pelas urnas vão ser regulamentadas na reforma constitucional, que terá início em 5 de outubro, quando a Carta brasileira estiver completando cinco anos. São necessárias alterações no sistema de voto (misto/proporcional); na representação dos estados – redistribuição das bancadas de acordo com o número de habitantes; e no quadro partidário (dos 33 partidos registrados, a maior parte não representa uma corrente ideológica distinta e nem tem votos para ser chamada de partido).

Há de se fazer muito pelo aperfeiçoamento democrático, para que, contrariando o modernista Oswald de Andrade, o Brasil seja uma república cheia de árvores e de gente participante, em pleno exercício da cidadania, consciente da defesa dos seus direitos.

**Por que o plebiscito** – Em 1988, durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, circulou no plenário uma emenda de autoria do deputado Cunha Bueno (sem partido-SP), hoje presidente do Movimento Parlamentarista Monárquico, propondo a realização de um plebiscito sobre a volta da monarquia. A consulta à nação, como lembram os monarquistas, foi prometida

pelo marechal Deodoro da Fonseca no decreto nº 1 do Governo Provisório, de novembro de 1889. Desde então a República acumula essa dívida.

Os parlamentaristas eram maioria na Constituinte, mas recuaram diante das pressões do governo Sarney e perderam em plenário a votação sobre o sistema de governo. Buscando uma saída, foram aderir à emenda Cunha Bueno, à qual acrescentaram outra alternativa ao plebiscito proposto: além da república ou monarquia, o eleitor deveria se pronunciar entre as opções presidencialista e parlamentarista. Assegurado o apoio dos defensores do sistema de gabinete, a emenda foi incorporada aos Atos e Disposições Transitórias da Constituição. O plebiscito tinha data marcada: 7 de setembro de 1993.

Em 1990, a antecipação da consulta já era discutida no Legislativo. O argumento até hoje sustentado era que a data estaria muito próxima da campanha presidencial de 1994, o que prejudicaria a discussão específica. Em outubro de 1991, uma emenda constitucional do senador José Richa (PSDB-PR),

propondo que o plebiscito fosse antecipado para 21 de abril, foi aprovada em primeiro turno no Senado. No segundo turno da votação, os senadores governistas se retiraram do plenário e a emenda Richa foi arquivada. A bancada de sustentação do governo temia que a vitória do parlamentarismo ameaçasse o mandato do então presidente Fernando Collor.

No início do ano passado, o deputado José Serra (PSDB-SP) apresentou nova emenda com vistas a apressar o plebiscito. Os acontecimentos que culminaram com o afastamento de Collor favoreceram a tramitação da emenda Serra e sua aprovação pelo Congresso (Emenda Constitucional nº 02/92), numa decisão bastante controversa. Sete representações foram encaminhadas à Justiça questionando a constitucionalidade da medida.

A nação brasileira e suas instituições, incluindo o Congresso Nacional, deram mostras de maturidade diante do mar de lama em que naufragou o ex-presidente Fernando Collor. O desfecho da crise deixou os parlamentaristas



O desfecho da crise do governo Collor contribuiu para a antecipação da data do plebiscito



com sabor de vitória, muito embora o julgamento político de Collor tenha se dado dentro das regras presidencialistas. Mas política é um processo, e a eleição de lideranças como Humberto Lucena, para a presidência do Senado, e Inocêncio de Oliveira, para a direção da Câmara, não favoreceu àqueles que querem o Parlamento como base da condução dos rumos do país. Isso sem falar nas assembleias legislativas e câmaras municipais, onde o fisiologismo tradicionalmente tem guarida e para onde o parlamentarismo teria necessariamente que se estender, nos moldes do governo federal. O prazo final para a adaptação é 1º de janeiro de 1999.

O aqodamento na realização do plebiscito também não ajudou. A idéia de um novo sistema de governo, que têm parâmetros tão variados quanto são os países que o adotam, não é assimilável durante uma só Quaresma. A confusão chegou a tal ponto que, num dos programas da Frente Parlamentarista, fez-se ao público esse apelo patético: "Mesmo que você não esteja entendendo muito bem o que é parlamentarismo, dê uma oportunidade - vote para mudar."

**O que está em jogo** - O Brasil já viveu duas experiências parlamentaristas - no Império (entre 1840 e 1889) e na República (de setembro de 1961 a janeiro de 1963). No entanto, as dificuldades que as lideranças parlamentaristas enfrentam para explicar o sistema são mais do que justificáveis. Na verdade, trata-se de uma abstração, que só pode ser concretizada à medida que sejam estabelecidas regras para o seu desenvolvimento. Alguns princípios, entretanto, estão fixados, e servem para marcar as diferenças entre os dois sistemas de governo: parlamentarismo e presidencialismo.

No parlamentarismo à brasileira, o presidente da República deve ser escolhido pelo voto direto, mas terá poderes limitados.

No presidencialismo, o presidente é eleito em pleito direto para exercer amplos poderes.

No parlamentarismo, o presidente da República é o chefe de Estado, mas quem governa é o primeiro-ministro,

*A idéia de um novo sistema de governo, que tem parâmetros tão variados quanto são os países que o adotam, não é assimilável durante uma só Quaresma*

indicado pelo presidente e aprovado, juntamente com seu plano de governo, pela maioria da Câmara dos Deputados. O primeiro-ministro governa com um conselho de ministros.

No presidencialismo, o chefe de Estado e de governo é o presidente da República, que tem o poder de nomear e destituir os ministros com os quais governa, sancionar e promulgar leis.

No parlamentarismo, o primeiro-ministro e seu gabinete não têm mandato fixo, podendo ser destituídos pelo voto de desconfiança da Câmara.

No presidencialismo, o presidente tem mandato fixado pela Constituição em cinco anos, podendo ser destituído através de um *impeachment* votado por dois terços do Congresso.

No parlamentarismo, o presidente pode dissolver o parlamento caso não exista maioria estável para a formação de um gabinete.

No presidencialismo, os parlamentares só perdem o mandato se forem cassados por decisão da maioria absoluta da Casa onde atuam.

**Hora da saudade** - Não existe no mundo combinação entre monarquia e presidencialismo, muito embora, da forma com que o plebiscito nos é proposto, isso possa vir a acontecer no Brasil. Mas é tão pouco provável quanto era, nos anos 60, a eleição do rinoceronte *Cacareco* para governador de São Pau-

lo, ou, mais recentemente, do macaco *Tião* - um dos símbolos do Zoo do Rio - para prefeito da cidade.

A campanha da monarquia, quando nada, serviu para mostrar que ainda existem monarquistas no país. Politicamente, ela tem 103 anos de atraso. O tom é paternalista, e os defensores do "Reino do Brasil" tentam passar a idéia de que, graças ao regime, o Japão é uma potência econômica, a Inglaterra tem seu lugar entre os sete grandes e a Espanha de hoje é uma democracia moderna. Num *spot* veiculado no início da campanha, dona Neuma (figura tradicional da escola de samba da Mangueira) dizia que graças a princesa Isabel a escravidão foi abolida do Brasil.

Para não confundir ainda mais, o Movimento Parlamentarista Monárquico evita associações ao parlamentarismo, e proclama o espírito liberal do último imperador, dom Pedro II. Mas o sistema de governo, durante o 2º Império, viveu à sombra de dom Pedro, que nomeava e destituía gabinetes de acordo com seus desejos. Durante 49 anos de parlamentarismo, o Império assistiu à formação de 36 gabinetes. E entre 1868 e 1889, todos eles foram destituídos pelo imperador.



Dom Pedro II



# A experiência dos anos 60



No dia 6 de janeiro de 1963, o eleitorado foi chamado às urnas. O que estava em jogo não era a escolha de candidatos a postos eletivos, mas a manutenção do sistema parlamentarista de governo, instaurado em 1961. O parlamentarismo havia sido instituído pela Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro daquele ano, como solução para a crise política provocada pela renúncia do presidente Jânio Quadros, oito dias antes. De um lado, ficaram os ministros militares, contrários à posse do vice-presidente eleito, João Goulart, que se encontrava em visita oficial à China; de outro, liderados por Leonel Brizola, setores sociais, políticos e também militares, favoráveis à saída legal, com a entrega da chefia do governo ao vice.

A emenda constitucional foi uma solução conciliatória que garantiu a posse de João Goulart e marcou para o ano de 1965 a realização de um plebiscito, a fim de que fosse decidida a continuidade do parlamentarismo como sistema de governo. Goulart assumiu a Presidência da República em 7 de setembro de 1961, mas com poderes limitados, uma vez que grande parte das suas atribuições passavam às mãos do primeiro-ministro, chefe do Conselho de Ministros. No dia seguinte, o presidente enviou mensagem ao Congresso — aprovada por ampla maioria — indicando o nome de Tancredo Neves, do partido majoritário (PSD), para a chefia do governo.

O programa do gabinete parlamentarista, aprovado no mesmo dia em que foi apresentado à Câmara dos Deputados, era genérico e visava mais ao cumprimento de uma formalidade exigida pelo sistema do que representar uma diretriz política. São pontos desse programa a prática de reajustes salariais; uma política externa independente; a reforma agrária; e uma lei de remessa de lucros que não inibisse os in-

vestimentos estrangeiros, para os quais o país estaria aberto.

O gabinete de Tancredo não foi capaz de conter a insatisfação popular diante do agravamento da situação econômica. Inúmeras greves foram deflagradas em setores vitais da produção. O governo criou um Conselho Nacional de Reforma Agrária como forma de diminuir a grande tensão que havia no campo. A transformação da estrutura agrária integrava um conjunto de mudanças exigidas pelo movimento social organizado. Das reformas de base, como eram chamadas essas reivindicações, faziam parte também as reformas constitucionais, urbana, bancária e tributária. Para as forças conservadoras, o governo era o patrocinador da agitação social. Para um governo formado para conciliar, o quadro se tornava por demais adverso. Em junho de 1962, todo o gabinete se demitiu. Tancredo Neves também renunciou.

No sentido de iniciar a formação de um novo governo, o presidente indicou o nome de San Tiago Dantas para primeiro-ministro. A indicação de um quadro do PTB contou com o apoio das organizações operárias, mas sofreu a oposição conservadora e foi rejeitada pela Câmara dos Deputados. O segundo nome encaminhado ao Legislativo foi o de Áureo de Moura Andrade (PSD). A situação, então, se inverteu, e as principais organizações dos trabalhadores ameaçaram convocar uma greve geral caso o Congresso aprovasse a indicação. Em fun-

ção do veto de Goulart aos ministros indicados, Moura Andrade renunciou.

Francisco Brochado da Rocha obteve aprovação do Congresso no dia 10 de julho e formou o segundo gabinete da experiência parlamentarista republicana. O combate à inflação e à falta de alimentos foram prioridades do programa do primeiro-ministro, que ainda defendia a antecipação do plebiscito previsto para 1965. Brochado da Rocha solicitou ao Congresso a delegação de poderes para legislar sobre temas como o monopólio da importação do petróleo e derivados, o comércio de minérios e a regulamentação do estatuto do trabalhador rural.

Era grande a pressão do movimento sindical, onde despontava a liderança do Comando Geral dos Trabalhadores — CGT. Setores nacionalistas do Exército contestavam a legitimidade do sistema parlamentarista, devido às condições em que foi adotado. As propostas encaminhadas ao Congresso pelo primeiro-ministro foram rejeitadas, e Brochado da Rocha renunciou, quando completava 64 dias à frente do governo. No dia seguinte (15 de setembro), o CGT deflagrou uma greve geral, contando com o apoio dos militares nacionalistas. O Congresso cedeu às pressões, aprovou um projeto de lei marcando o dia 6 de janeiro para a realização do plebiscito e autorizou o presidente da República a formar um novo gabinete que atuasse até a realização da consulta.

No dia 18 de setembro, Hermes Lima foi nomeado primeiro-ministro, acumulando a função com a de ministro das Relações Exteriores. Ele não chegou a apresentar um programa de governo ao Congresso. No plebiscito, o voto no parlamentarismo era o "sim"; no presidencialismo, "não". De um eleitorado de 18 milhões de pessoas, compareceram às urnas 11.531.030. O presidencialismo foi consagrado com 9.457.448 votos (76,8%) contra 2.073.582 (16,8%) dados ao "sim".

(Carlos Lopes)



O gabinete de Tancredo Neves (na foto com o presidente João Goulart) foi o que mais durou na experiência parlamentarista da República

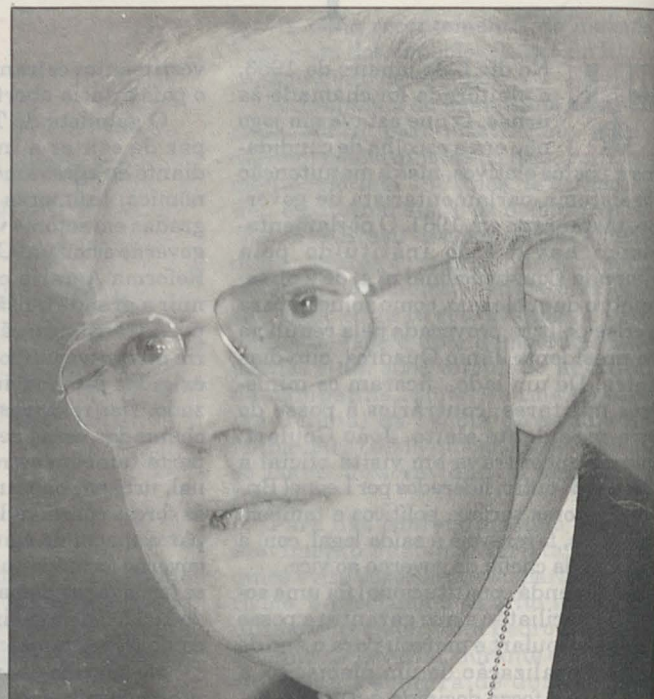


## ENTREVISTA

IGNACY SACHS

Foto: André Louzeiro

# "É preciso humanizar a sociedade e a economia"



*Um dos criadores da proposta de desenvolvimento sustentável acredita que o Brasil tem condições de superar a crise e propõe a união das comunidades organizadas, dos ambientalistas e das empresas, para criar alternativas viáveis*

































### Elias Fajardo

**Q**uando falo da necessidade de civilizar o capitalismo, quero dizer também que se deve lutar para que o sistema econômico internacional se sensibilize. Tal sistema hoje se caracteriza por uma sangria muito grande e injustificada dos países do Sul. Não existem modelos infalíveis. Cada nação deve procurar sua própria estratégia, seu estilo específico de desenvolvimento, aprendendo com o que acontece em outros contextos."

A reflexão é do professor Ignacy Sachs, francês de origem polonesa, educado no Brasil e na Índia. Sua posição teórica e prática é basicamente a de um cidadão do Terceiro Mundo, preocupado em encontrar para os países em desenvolvimento soluções que os façam superar o modelo de dependência econômica

em relação ao Primeiro Mundo. Socioeconomista, trabalha há 20 anos com a perspectiva do ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável. Há 20 anos assessora Maurice Strong, o secretário-executivo das conferências da ONU sobre meio ambiente de Estocolmo (1972) e do Rio (1992). É professor da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais e diretor do Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo em Paris. Entre seus livros publicados em português estão *Ecode-senvolvimento - crescer sem destruição* e *Os tempos espaços de desenvolvimento*, ambos pela editora paulista Vértice, em 1986. Nesta entrevista exclusiva a **cadernos do terceiro mundo**, Sachs falou sobre os impasses do atual modelo de desenvolvimento e das alternativas para superá-los.



 RETOMADA DO MAIOR PROJETO EDUCACIONAL DO PAÍS, COM 262 CIEPS PRONTOS E FUNCIONANDO EM TODO O ESTADO.  COMPRA DE 1.150 NOVOS VEÍCULOS PARA A RENOVAÇÃO DE FROTA DAS POLÍCIAS E DO CORPO DE BOMBEIROS.  CONSTRUÇÃO DA LINHA VERMELHA ATÉ A BAIXADA.  RETOMADA DA PRODUÇÃO DE REMÉDIOS PELO INSTITUTO VITAL BRASIL.  INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES DE ÚLTIMA GERAÇÃO PARA A POLÍCIA DO ESTADO.  IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PARAÍSO, CRIANDO FACILIDADES PARA PEQUENAS E MICROEMPRESAS.  SANEAMENTO DA MARÉ, BENEFICIANDO 140 MIL PESSOAS.  RECUPERAÇÃO DO ELEVADO DO JOÁ.  IMPLANTAÇÃO DE 80KM DE REDE DE ESGOTOS ATENDENDO À REGIÃO DE SÃO GONÇALO E PERIFERIA.  REFORMA DOS HOSPITAIS GETÚLIO VARGAS E ALBERT SCHWEITZER.  CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS TURISTAS.  94 MIL NOVAS VAGAS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO.  CAPTAÇÃO DE US\$ 667 MILHÕES PARA A DESPOLUIÇÃO DA BAÍA DA GUANABARA.  FIM DOS LANÇAMENTOS DE ESGOTOS NAS PRAIAS VERMELHA, BOTAFOGO E FLAMENGO.  PROGRAMA S.O.S. MUTIRÃO.  CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE.  3.500 UNIDADES HABITACIONAIS CONSTRUÍDAS PARA POPULAÇÕES CARENTES.  REFORMA COMPLETA DO MARACANÃ, ENTREGA DO NOVO TEATRO JOÃO CAETANO E RECUPERAÇÃO DE MUSEUS E BIBLIOTECAS.  FORTALECIMENTO DE LINHAS DE CRÉDITO RURAL PARA PEQUENOS AGRICULTORES.  119 MIL NOVOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM 52 MUNICÍPIOS.  70 MIL LITROS DIÁRIOS DE LEITE B PARA OS ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS.  REATIVAÇÃO DA CTC.  160 MIL PASSES DO IDOSO E DO DEFICIENTE.  RECUPERAÇÃO DOS BONDES DE SANTA TEREZA.  COMPRA DE 181 ÔNIBUS A GÁS E 50 ARTICULADOS.  AUMENTO DA CAPACIDADE DO GUANDU EM 604 MILHÕES DE LITROS AO DIA, BENEFICIANDO DIRETAMENTE 2 MILHÕES DE PESSOAS.  ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM 27 COMUNIDADES DOS MUNICÍPIOS DE CORDEIRO, SÃO JOÃO DA BARRA E TERESÓPOLIS.  AUMENTO REAL DE SALÁRIO ATÉ 40% ACIMA DA INFLAÇÃO PARA O FUNCIONALISMO.  REGULARIZAÇÃO DE PROPRIEDADE DE 24.000 FAMÍLIAS.  1.560 LIGAÇÕES DE LUZ EM ÁREAS RURAIS, BENEFICIANDO O PEQUENO PRODUTOR.  50KM DE NOVAS LIGAÇÕES DE GÁS EM DUQUE DE CAXIAS, MAGÉ, BELFORD ROXO, SÃO JOÃO DE MERITI.  ASSENTAMENTO DE 15.000 FAMÍLIAS EM TERRAS OCIOSAS.

# SE NESTES 2 ANOS ALGUM GOVERNO ESTADUAL FEZ MAIS, QUE SE APRESENTE!

Tem coisa que você não vê nos jornais, nas revistas e muito menos na TV. Mas o Governo do Estado fez de tudo nestes 2 anos para melhorar a qualidade de vida da população e promover o desenvolvimento do Rio de Janeiro. Tirou o nosso Estado da falência e está fazendo algumas das maiores obras do Brasil, nestes tempos de crise e de recessão. Foi apenas o começo, a fase mais difícil. Nos próximos 2 anos, juntos, vamos fazer muito mais.

 GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## A VERDADE SEMPRE APARECE.



□ *Por que o senhor se diz um otimista moderado com relação ao futuro do Brasil?*

— Conheço poucos países no mundo com uma melhor dotação de recursos naturais e humanos, além de uma diversidade de ecossistemas que permite traçar diferentes estratégias regionais. Embora nos últimos anos o potencial industrial brasileiro tenha se enfraquecido, ele continua a ser muito apreciado. O país tem todos os ingredientes para, tirando lições do passado, modificar os rumos do crescimento para torná-lo realmente uma base de desenvolvimento sustentável, e não simplesmente um crescimento com desigualdade, que se caracteriza por custos sociais e biológicos muito elevados.

□ *A diferença de renda entre pobres e ricos brasileiros aumenta cada vez mais. Como o senhor vê isso?*

— Eu creio que uma expressão bem brasileira é oito ou oitenta. Ou o país está eufórico ou cai num pessimismo exagerado. Da minha parte, procuro não minimizar a complexidade dos problemas atuais e, como já disse mas vale a pena repetir, acredito que esses problemas não podem ser resolvidos pela volta, pura e simples, ao padrão de crescimento do passado.

□ *O senhor se refere, em suas palestras, a uma competitividade que seria espúria e uma outra que é a real. O que define como produtividade espúria?*

— A definição não é minha. Ela é de um economista chileno, Fernando Fanzilber, prematuramente falecido em 1991. A competitividade espúria estriba-se em salários excessivamente baixos e subsídios embutidos na energia e nos outros insumos, eventualmente na venda abaixo do preço de custo das matérias-primas usadas no produto e também na não-consideração de custos ecológicos. É uma competitividade que se autodestruiria no momento em que a gente quisesse passar a salários mais altos, a uma política ambiental mais rigorosa etc. Portanto, o que eu quis dizer, lembrando o trabalho de Fernando, era que a gente não deve usar a competitividade como um critério absoluto, sem antes analisar quais são os componentes dela.

□ *Dentro desse raciocínio, como promover o crescimento com preocupações sociais e ambientais, conforme o senhor propõe, se o modelo capitalista exige que o lucro seja sempre o critério maior?*

*"O lucro imediato, através de uma economia predatória, pode cortar as raízes do negócio dentro de dez anos e deixar de ser lucrativo"*

— A pergunta denota uma visão do capitalismo por demais estática e estreita. Na realidade, reduz o capitalismo a sua fase de crescimento selvagem. A experiência de alguns países mostrou que, se existem condições políticas, é possível civilizar o capitalismo. De qualquer maneira, com o fracasso do socialismo real, estamos condenados a tentar civilizar o capitalismo e não a lhe opor um modelo puramente abstrato.

É preciso lembrar ainda que, quando se diz "vamos adotar o modelo da Suécia", esquece-se frequentemente que os progressos sociais na Europa Ocidental foram fruto de um século ou mais de lutas sociais. Da mesma maneira, os países que aplicam hoje os preceitos ecológicos mais rigorosos são aqueles onde a opinião pública foi capaz de levar adiante métodos de regulamentação sobre o uso do meio ambiente.

O que não se deve é pensar que se pode civilizar o capitalismo unicamente a partir do mercado. Estamos vivendo hoje um período de relações bastante complexas entre a mensagem da social democracia e a mensagem do social liberalismo esclarecido. As diferenças não são muito grandes. Nos dois casos admite-se que a economia baseada na predominância do mercado tem que ser regulada e, portanto, também controlada do ponto de vista da sua propensão a externalizar os custos sociais e ecológicos cada vez que isso é possível. Portanto, reduzir o capitalismo unicamente à procura do lucro imediato é um pouco simplista, sem falar que, em todo esse debate, entra a perspectiva temporal. O que é lucro em um, dois anos, ou seja, lucro imediato através de uma economia predatória, pode cortar as raízes do negócio no décimo ano e deixar de ser lucrativo.

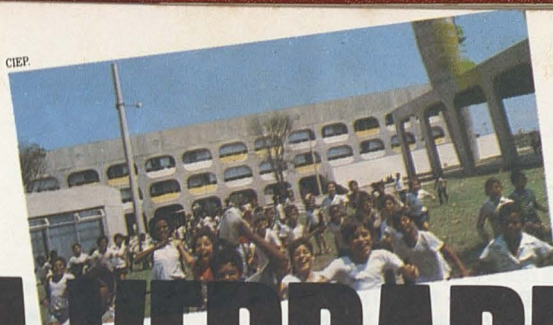
Normalmente, a economia de mercado tem a tendência de ser míope, ou seja, a só enxergar perto. Mas também não se deve exagerar isso. Se eu construo uma indústria de transformação de madeira e sei que daqui a dez anos, em vez de trazer a madeira a oito ou dez quilômetros da fábrica, vou ter que viajar 200, 300, 400 quilômetros já estou com uma rentabilidade duvidosa. Conheci uma serraria em Santa Catarina que começou trabalhando com madeira a oito quilômetros da boca da fábrica e que terminou fechando quando passou a ter que transportar toras de madeira por caminhão, da Amazônia. É evidente que isso só podia ter acontecido num mercado imperfeito, onde os custos desse transporte eram transferidos para o consumidor, mas mesmo assim a exorbitância do custo acabou por solapar as bases econômicas do negócio. Então, em vez de deixar que isso aconteça, prolongando a agonia por 20, 30 anos, eu acho que um sistema de regulamentação econômica, que não embute um



FIM DOS ESGOTOS NA PRAIA DO FLAMENGO



CIEP



ÔNIBUS MOVIDOS A GÁS



# A VERDADE SEMPRE APARECE.



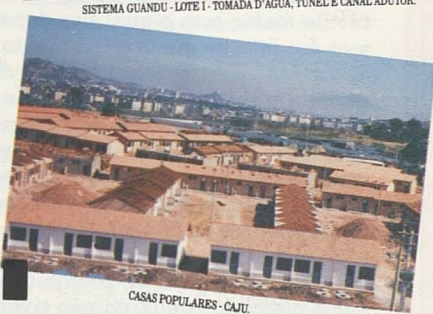
NOVAS REDES DE ESGOTO - SÃO GONÇALO



SISTEMA GUANDU - LOTE 1 - TOMADA D'ÁGUA, TUNEL E CANAL ADUTOR.



NOVA ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO



CASAS POPULARES - CAJUI



LINHA VERMELHA

Há 2 anos, a situação financeira do Estado era um caos. De tudo que se arrecadava, 97% eram absorvidos pelo pagamento dos funcionários públicos. Mesmo assim, 40 mil servidores recebiam menos que o salário mínimo e o pagamento do 13º salário estava atrasado. De cada mil cruzeiros arrecadados, apenas Cr\$ 36,00 eram investidos em obras e melhorias dos serviços públicos.

A partir de março de 91, porém, tudo mudou. O Governo do Estado implantou uma política de austeridade, com rigorosa contenção de despesas. Com grandes sacrifícios, está retomando aquilo que é a finalidade maior da administração pública: trabalhar pelo bem-estar da população. Agora, dos mesmos mil cruzeiros arrecadados em impostos, já são Cr\$ 232,00 que se transformam em novas obras, em escolas, estradas, redes de água e esgotos, num aumento de 544% sobre o valor de março de 91.

Os Cieps, abandonados ou criminosamente descaracterizados pela administração anterior, estão sendo concluídos ou reformados e, o que é mais importante, estão recuperando sua qualidade de ensino e o projeto de educação integral de nossas crianças.

A Linha Vermelha, depois de 20 anos no papel, tornou-se uma realidade. Em seis meses, ela chegará à Baixada, melhorando o transporte e a qualidade de vida de milhões de trabalhadores e de suas famílias.

O Guandu, a "obra do século" que não acompanhou o crescimento urbano, está tendo a sua capacidade ampliada em 7 mil litros de água por segundo, garantindo o abastecimento de quase 2 milhões de moradores da Baixada, da Zona Oeste e da Leopoldina.

O programa de despoluição da Baía da Guanabara, que consumiu quase 2 anos de negociações com o BID e o Governo japonês, está pronto para começar. Só na primeira fase, mais de 600 milhões de dólares serão

aplicados em estações de tratamento de esgotos, usinas de lixo e outras obras de saneamento, que além de devolver vida à Baía, vão melhorar a vida do povo.

O desafio da segurança pública está sendo enfrentado com gente séria e com respeito aos direitos dos cidadãos. A polícia está sendo reequipada, ganhando um sistema de telecomunicações de última geração e 1.150 viaturas que estão sendo incorporadas à sua frota.

A imagem turística do Rio está sendo restaurada. A criação do Serviço de Proteção ao Turista, com uma delegacia e pessoal especializado, aumentou a segurança de quem visita o Estado e ajuda nossa economia. O Corpo de Bombeiros, com suas ambulâncias vermelhas, ampliou seu atendimento. Agora, além do socorro de emergência, cuida das remoções de doentes entre os hospitais públicos, sempre com alto padrão de eficiência.

O Governo do Rio de Janeiro não fez tudo. Mas tirou o nosso Estado da falência em que se encontrava e está executando alguns dos maiores projetos neste Brasil da recessão.

Esta é a verdade. E a verdade, cedo ou tarde, sempre aparece.



subsídio no preço do diesel que permite esse tipo de aberração, cria um entorno no qual o capitalista tende a mudar a sua direção. Desejo salientar que não é um caminho fácil, mas que provavelmente os obstáculos à inovação com que nos deparamos hoje no Brasil estão muito mais desse lado socioinstitucional do que na falta de tecnologias.

□ *O senhor diz que é preciso civilizar o capitalismo e esboça algumas maneiras. Então, pergunto: é viável humanizar o mercado? Existe a possibilidade de fazer o mercado funcionar com critérios mais humanos tendo em vista o benefício geral da comunidade e não apenas o lucro fácil?*

— Eu diria que antes de humanizar o mercado tem que se humanizar a sociedade e a economia. Ou seja, o obstáculo maior com o qual nos deparamos é o fato de que o crescimento da época dos milagres tenha se feito dentro de um regime de desigualdade social crescente. Hoje temos disparidades, não só de renda, mas de acesso aos recursos que fazem com que esse seja o problema número um da sociedade. Quando se fala em mercado supõe-se que haja consumidores com poder de compra. Não se pode humanizar o mercado enquanto não tiver do outro lado consumidores com poder de compra. De um lado, sinto que há uma enorme agressividade de marketing nesse país. Mas de outro lado não se pode ir muito longe, porque há uma enorme falta de poder aquisitivo. Então, temos que humanizar tudo isso.

Humanizar é uma palavra extremamente ampla, que implica desde aspectos fundamentais — como aquele que acabamos de discutir — até coisas menores mas importantes para o cotidiano. Por exemplo, diminuir a burocracia, dar melhor acesso às informações, tornar o sistema de transporte público coletivo mais ágil e efetivo.

As disparidades de renda não se combatem unicamente por políticas de renda, mas também pelo processo de educação. Portanto, dar um maior destaque à educação e à saúde é extremamente importante.

□ *Isso aumentaria a consciência da população. Teríamos então não só consumidores como também cidadãos dispostos a exigir produtos tratados ecologicamente etc.*

— Não é só a consciência que conta, mas também a capacidade de atuar. Agora, eu me permito assinalar um paradoxo. Num país de salários médios

baixos, deveria se pagar mais pelos serviços sociais, educacionais e de saúde. Se de um lado temos, portanto, uma oferta relativamente abundante de pessoas qualificadas para esse tipo de trabalho, por outro lado, o nível médio dos salários dessa gente é ainda muito baixo comparado com o dos países mais ricos. Nessa área, os países menos ricos têm uma vantagem comparativa, porque uma professora no Brasil ou na França faz o mesmo serviço: ela toma conta, vamos dizer, de 25 crianças. Agora, em termos absolutos, isso custa muito menos aqui. Portanto, em vez de raciocinar mais uma vez por analogia e dizer “primeiro a riqueza, depois os serviços sociais”, eu diria que temos condições de inverter: primeiro os serviços sociais, porque não custam muito; primeiro a educação, porque não custa muito. Mas não se trata de montar hos-

pital de luxo com os equipamentos mais caros, de última geração, e sim de implantar um serviço social de saúde que permita a todos o acesso a um primeiro socorro, a uma primeira orientação. Isso, em si, não resolve todos os problemas. É preciso ter hospitais também. Mas há uma margem de manobra que deixa de ser levada, muitas vezes, em consideração porque se raciocina por analogia histórica. Os países hoje ricos começaram por enriquecer e depois foram empurrados para serviços sociais, diga-se de passagem pelas lutas sociais, e não porque seus governantes quisessem... Se não tivesse havido essa pressão da sociedade, que mobilizava ao redor das suas possibilidades, eu diria mais, se não tivesse havido, naquela época, uma alternativa que aos olhos de muitos parecia viável, ou seja, os regimes comunistas, eu

acho que o *Welfare State* (o estado paternalista que cuida do bem-estar social) não teria progredido como o fez. Historicamente, primeiro o *New Deal* americano, depois o *Welfare State* são uma resposta do capitalismo que começa a compreender que, se não se civiliza, corre o risco de ser superado ou pela alternativa totalitária fascista ou por uma revolução do tipo comunista. Frente a essas pressões, tivemos um período que mostrou precisamente a flexibilidade do capitalismo. Vamos explorar agora a mesma idéia, voltando a pressionar o sistema capitalista para que se civilize. Neste caso, o problema se coloca sobretudo na periferia do capitalismo.

□ *O senhor diz que a maioria das pessoas não vive no capitalismo, mas na periferia dele...*

— Não vivem no capitalismo de centro, mas no capitalismo periférico tardio.

*“O problema da sociedade brasileira é a disparidade de renda e a falta de recursos. Não se pode humanizar o mercado se os consumidores não têm poder de compra”*



□ *O que significa isso?*

— Você deve saber melhor do que eu o que é isto. Os conceitos do capitalismo periférico e tardio foram elaborados por pensadores brasileiros. Há uma diferença entre um país que está na periferia e um que está no núcleo central, e ela pode ser observada não só aqui, mas também na tragédia em que se debate a Europa do Leste, que volta a ser uma outra área de capitalismo periférico tardio.

□ *Em termos de Brasil, qual seria a nossa alternativa?*

— Quando eu digo que é preciso civilizar o capitalismo, incluo nisso que é necessário lutar para que o sistema econômico internacional também se sensibilize. Hoje ele não está civilizado. Ele se caracteriza por uma sangria do Sul muito grande e injustificada. Eu não creio que a alternativa seja que o Brasil amanhã vire uma outra Espanha, e depois de amanhã uma França. O Brasil tem que ficar Brasil, e cada país tem que desenvolver a sua própria estratégia, o seu próprio estilo de desenvolvimento, aprendendo com a análise do que acontece em outros países. Não estou absolutamente pregando uma política que consistiria em fechar-se em si mesmo, em voltar as costas para a realidade do resto do planeta. Acho simplesmente que temos que ter uma postura crítica com relação ao que acontece no mundo, analisar todas as experiências pertinentes, não para achar modelos e sim buscando anti-modelos para serem superados. Sabendo como o outro fez a gente pode não só evitar os erros, mas tentar fazer melhor, fazendo um pouco diferente. Portanto, a visão comparativa do que está acontecendo nas diferentes periferias do capitalismo e do que pode acontecer com o funcionamento do sistema global são pré-condições para buscar um modelo de desenvolvimento próprio.

□ *O senhor construiu a imagem de um arquipélago de reservas de desenvolvimento dentro de um mar de florestas. Isso é sua proposta para a Amazônia?*

— Primeiro, eu não tenho propostas para a Amazônia porque não creio que se deva ter propostas feitas para aquela região. A questão amazônica é um dos problemas mais complexos e, ao mesmo tempo, empolgantes que existe. Trata-se de um mundo enorme, que contém riquezas inestimáveis e, ao mesmo tempo, ecossistemas extremamente frágeis. Portanto, reproduzir lá os modelos de outros ecossistemas seria um desastre. Segundo problema: estamos partindo de uma realidade em que mais de 400 mil quilômetros

quadrados já foram desmatados. A reabilitação e o aproveitamento das terras desmatadas que se prestam a atividades econômicas deveria ser o objetivo número um da estratégia de desenvolvimento da Amazônia. É preciso pensar o que significa concentrar as atividades num certo número de áreas ou porque essas áreas contêm terras particularmente férteis, como as várzeas, ou porque já foram desmatadas. De qualquer modo, tem que se aprender a tirar o melhor partido de uma situação que é dificilmente reversível. Em certos casos tem que se tentar reverter a situação, replantando a floresta como uma capa de proteção, já que os solos são muito pobres. Isso colocado no mapa dá um arquipélago de áreas de desenvolvimento mais intenso e, quanto mais gente for possível atrair para essas áreas de desenvolvimento mais intenso que não atenta contra a capacidade de carga do ecossistema, tanto menos pressão deveria haver sobre o resto da floresta. Portanto, é por isso que eu usei essa imagem de um arquipélago de reservas de desenvolvimento num mar verde.

*"O aproveitamento das terras desmatadas em atividades econômicas deve ser o principal objetivo de uma estratégia para a Amazônia"*

□ *Atualmente, tenta-se viabilizar a Amazônia essa idéia do desenvolvimento sustentável. Quer dizer, os grupos sociais e as comunidades mais conscientes querem fazer cooperativas de castanha, de borracha, de óleos vegetais, produtos que se pode tirar da mata sem destruí-la. Mas o problema também é a colocação no mercado. Como pode um pequeno grupo de seringueiros ter competitividade com relação aos grandes grupos econômicos do sul do país e do exterior?*

— Outra vez temos que andar com mais calma, não generalizar demais. No ano passado, durante a Rio-92, no Fórum Mundial das Cidades em Curitiba, foi assinado um acordo entre o Sindicato dos Seringueiros do Acre, o Instituto de Estudos Amazônicos, dirigido pela professora Mary Alegrete, e uma grande empresa agroalimentar, a Nutrimental, sediada na capital catarinense, para lançar um produto industrializado extremamente nutritivo: barras feitas a partir da castanha e de frutas secas da Amazônia.

Iniciativas desse tipo ainda são poucas, mas são importantes para criar mercado para produtos das zonas extrativistas, prevendo-se uma industrialização parcial desse produto lá mesmo e, ao mesmo tempo, usando a capacidade empresarial de uma companhia com porte internacional, para lançar este produto não só no Brasil mas no mundo. Isso não vai mudar a situação do dia para a noite, mas aponta um dos caminhos possíveis. ■



# PESQUISAR AGORA É FÁCIL



Você já pode contar com os serviços do Centro de Documentação da Editora Terceiro Mundo para enriquecer sua pesquisa. Dispomos de um acervo valioso sobre as grandes questões dos países em desenvolvimento e também sobre ecologia.

**Consulte-nos!**

Tels.: (021) 252-1742/232-3372

**CADERNOS**  
DO TERCEIRO MUNDO  
**ASSINATURAS** ▶

**Rio de Janeiro**  
(021) 252-7440 / 232-3372

**São Paulo**  
(011) 573-8562 / 571-9871

**Belo Horizonte**  
(031) 271-3757

**Brasília**  
(061) 226-2202

**Curitiba**  
(041) 223-3290

**Aracaju**  
(079) 211-1912

**Florianópolis**  
(0482) 44-7683



# SUPLEMENTO

ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE TEMAS ALTERNATIVOS

## A AÇÃO INVISÍVEL

**Trabalho voluntário para a assistência ao menor abandonado mostra engajamento da sociedade na superação desse drama**

### EDUCAÇÃO

Alunos dos Cieps formulam idéias críticas

Página 6

### FAVELAS

Os advogados sobem o morro

Página 10

### TECNOLOGIA

O Japão moderniza a sua indústria sem provocar desemprego

Página 12

### REFUGIADOS

A China se transforma na "meca" dos trabalhadores asiáticos

Página 13







## A ação invisível

*O trabalho voluntário de centenas de instituições voltadas para a assistência ao menor ajuda a acabar com o estigma de que a sociedade brasileira é passiva e desmobilizada*

**Maria Helena G. Pereira**

**L**eigas ou religiosas, assistencialistas no modelo tradicional ou voltadas para projetos de educação alternativa, 619 instituições localizadas na região metropolitana do Rio de Janeiro atuam de forma incisiva para minimizar a trágica situação das crianças carentes e de rua que perambulam aos milhares pelas cidades do Brasil. Um levantamento detalhado dessas instituições foi elaborado pela socióloga Lícia Valladares, para mostrar que, ao contrário do que é divulgado pela mídia nacional e internacional – que só focaliza a miséria, a delinquência e o extermínio de menores, fazendo supor uma sociedade passiva e desmobilizada –, uma parcela significativa dessa sociedade está não apenas preocupada, como trabalha ativamente com a infância e a adolescência carentes, embora a grande maioria o faça de forma precária e quase invisível aos olhos do mundo.

Este trabalho, feito por Lícia Valladares com a colaboração de Fátima

Impelizeri e uma equipe de pesquisadores, deu origem ao livro *Invisible Action*, lançado pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ. Trata-se de uma versão em inglês, revista e atualizada, da obra escrita e editada em português um ano antes, com o mesmo título *Ação invisível – o atendimento a crianças carentes e a meninos de rua no Rio de Janeiro\**.

Um dos objetivos da autora “é tornar visível o esforço geralmente despercebido e pouco valorizado de uma enorme variedade de atores sociais, e resgatar a ação não-governamental, especialmente no que se refere ao atendimento de crianças de rua”. Segundo a socióloga, poucos projetos tornam-se conhecidos e, para a maioria, aparecem como as únicas experiências dentro de um contexto de indiferença geral. Ignorados pela imprensa e pelos órgãos governamentais responsáveis pelas políticas dirigidas à infância, grande parte desses projetos atua isoladamente, lutando para sobreviver.

Com a edição do livro em inglês, a



autora pretende quebrar a "invisibilidade" da maioria dessas instituições e revelar o leque variado de atendimento que prestam, sem dúvida uma pequena amostra do trabalho que muitos outros grupos executam em todo o Brasil.

"Minha obrigação como socióloga que conhece este universo — observa Lícia Valladares — é fazer com que a visão deste mundo seja mais completa. Meu objetivo é possibilitar a democratização das chances de apoio a essas instituições localizadas no Rio e, por que não, ampliar as oportunidades para todas as demais espalhadas pelo país."

Na opinião da socióloga, os estrangeiros, através das notícias divulgadas no exterior, estão sensibilizados com a questão do menor no Brasil e mostram grande disposição de ajudar. A idéia é que o livro funcione como um guia para os interessados, que encontrarão ali as instituições catalogadas, com endereço, data de fundação, natureza (religiosa ou laica), tipo de assistência (abrigo ou creche, por exemplo), serviço oferecido e número de crianças atendidas.

**Futuro ameaçado** — Lícia Valladares constatou que essas instituições estão em processo constante de mutação. Nas últimas décadas, muitas instituições e projetos nasceram e morreram, sem que se saiba a exata dimensão do trabalho que fizeram nem sua história. Entre a primeira edição, cujos dados foram coletados entre dezembro de 1990 e maio de 1991, e a segunda, com dados levantados entre março e maio de 1992, 19 grupos desapareceram e outros 27 foram criados ou descobertos pelos pesquisadores.

Este dado levou Lícia Valladares e o grupo de pesquisadores a concluir que o universo de instituições é dinâmico, mas também muito frágil. "Apesar do entusiasmo e da dedicação dos agentes sociais, o futuro delas é incerto", alerta, "porque sem um apoio efetivo, que garanta uma infra-estrutura básica, elas acabarão sucumbindo".

Segundo Lícia Valladares, é muito difícil avaliar o número de crianças atingidas por esta vasta rede, mas certamente ela tem sido capaz de refrear a deterioração acelerada das condi-

ções de vida da população infantil do Rio.

"Inúmeras crianças comem nestas instituições, estudam, recebem algum tipo de atendimento médico ou aprendem uma profissão e, sobretudo, são socializadas no sentido de se tornarem trabalhadores, para que, amanhã, não venham a trocar sua família, sua casa, pela rua. Acredito que se este universo de instituições não existisse, o número de crianças de rua seria muito maior, o extermínio de menores também. E o futuro trágico que temos pela frente certamente seria muito mais trágico", afirma Lícia.

A socióloga mostra que quase todos os projetos funcionam em instalações modestas, quando não precárias, muitas vezes quase tão pobres quanto sua clientela, e com o trabalho de voluntários.

Um outro problema é a questão dos recursos humanos. Para Lícia, a boa vontade dos voluntários nem sempre compensa a falta de qualificação. Ela diz que a maior parte dos educadores de crianças de rua se forma pela prática. A alta rotatividade é a consequência do caráter instável da mão-de-obra voluntária, assim como da inexistência de um mercado profissional consolidado para os educadores.

O atendimento feito por estas instituições se mantém graças à persistência e trabalho de seus fundadores e alguns colaboradores, mas sempre sob o risco de serem interrompidos ou desativados. Lícia Valladares afirma que, em geral, a fragilidade institucional se traduz na pequena capacidade de atendimento. Comparado ao número de instituições, o de crianças atendidas é bem reduzido. Os dez abrigos identificados pelos pesquisadores do Iuperj oferecem, juntos, 200 leitos para uma população de meninos de rua estimada, por organizações não-governamentais, em cerca de duas mil crianças, entre o Centro e a Zona Sul do Rio.

Em virtude basicamente de falta de recursos, as instituições tornam-se seletivas, estabelecendo critérios de entrada ou de dinâmica de atendimento, como aceitar apenas meninos ou meninas, exigir assiduidade, honestidade e obediência a horários e a determinadas normas, como não fumar, não cheirar cola etc. Alguns abrigos só aceitam o menor que se compromete a voltar aos estudos ou iniciar atividade profissionalizante.

**Um universo diversificado** — Uma análise das 619 instituições nos mostra que as iniciativas religiosas superam as laicas nesse trabalho jun-

*A boa vontade dos voluntários nem sempre compensa a falta de qualificação. Não existe mercado profissional para os educadores, que são altamente rotativos*

to ao menor carente e de rua, destacando-se as entidades católicas (24%), seguidas pelas iniciativas protestantes e espíritas. Predominam como tipo de atendimento as creches e escolas, que oferecem alimentação e atividades pedagógicas e recreativas. Umas poucas oferecem também assistência médica e social, prestadas por profissionais voluntários. Outras, assistência odontológica e psicológica. A precariedade de recursos é uma característica comum a todas.

Existem também instituições de assistência social, que seguem o modelo tradicional e prestam atendimento emergencial. Algumas fazem doações — enxovais para bebês, roupas, mantimentos —, enquanto outras prestam assistência médica e odontológica, ou incentivam a realização de pequenos trabalhos manuais. Ao contrário de iniciativas que proporcio-



nam condições para a autopromoção dos pobres, estas "visam a remediar a pobreza", sem que haja uma participação mais ativa dos beneficiados. Oferecido por instituições religiosas de assistência com personalidade jurídica própria, igrejas católicas e protestantes que mantêm obras sociais, trata-se de um modelo de atendimento que antecede historicamente aos demais, ligado ao preceito religioso da ajuda ao próximo.

Segundo o levantamento feito por Lícia Valladares e sua equipe, a terceira modalidade de atendimento mais frequente no Rio é o internato. Eles somam 17,5% das instituições cadastradas e constituem um tipo de assistência à pobreza tradicional, "que remonta ao modelo colonial dos orfanatos". Também atuam junto aos menores carentes, a associações de moradores de favelas e de bairros pobres, com um variado leque de serviços, entre os quais se incluem alimentação, recreação, educação escolar e pré-escolar e atendimento médico.

Paralelamente, e contrapondo-se a essas formas institucionais, existem instituições que oferecem novas propostas, com uma nova concepção de apoio às crianças pobres. São projetos de educação alternativa, de treinamento profissionalizante, abrigos, centros de articulação e coordenação, e entidades de apoio aos direitos humanos, que partem do princípio de que o pobre é um cidadão comum, prejudicado por circunstâncias sociais injustas, que devem ser modificadas dentro de uma perspectiva coletiva.

Os projetos de educação alternativa estão voltados para o desenvolvimento de atividades pedagógicas adaptadas às crianças que te-

*A maioria das instituições que cuidam de crianças carentes são religiosas, sobretudo católicas, protestantes e espíritas*

nham vivido o fracasso escolar. Procuram dar aos alunos elementos básicos que lhes permita efetuar pequenos cálculos e noções da linguagem escrita, preparando-os, assim, para a vida adulta.

As entidades de defesa dos direitos humanos têm uma atuação mais política, embora prestem também assistência jurídica a crianças e adolescentes que tenham seus direitos violados e a outras instituições de apoio ao menor envolvidas em ações judiciais. Uma das vitórias conquistadas pelos centros de defesa foi a substituição do Código de Menores pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Foram ainda catalogadas na obra *Ação invisível* instituições de articulação e coordenação, também chamadas de "guarda-chuva", cuja característica

é o fato de articularem projetos ou programas de atendimento que compartilham de seus princípios. Existem dois tipos: as que coordenam o atendimento direto dos integrantes de sua rede e as que trabalham exclusivamente em pesquisa e informação, oferecendo apenas assessoria técnica.

Os abrigos são considerados por Lícia Valladares um conjunto institucional à parte. Foram criados, em sua maioria, a partir de 1985, em virtude do agravamento do problema do menor de rua, e têm como característica a acolhida em regime aberto. Além de um local para dormir e tomar banho, a criança recebe alimentação e orientação, o que inclui encaminhamento para escolas de currículo regular ou de educação alternativa, ou ainda para cursos profissionalizantes.



*O trabalho é a principal via para a superação da miséria*

(\*) A pesquisa em detalhes sobre todas estas informações encontra-se à disposição dos interessados, gratuitamente, no Iuperj, rua da Matriz, 22 - (021) 286-0996.



## Duas alternativas de apoio

Um dos projetos alternativos voltados para o menor de rua mais interessantes e que vem apresentando resultados muito positivos é o programa Sempre Viva, do Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social (IBISS), uma organização não-governamental.

Voltado para uma ação pedagógica na rua junto a meninas, adolescentes e jovens mães no Rio de Janeiro, o Sempre Viva conta com o trabalho de apenas duas psicólogas, Mara Monteiro e Marly Benzaquen, e de dois estudantes de Psicologia. Baseia-se no contato direto, pessoal e constante, feito nos locais onde essas menores costumam ficar em dias pré-determinados.

O objetivo do programa — que hoje atende 30 adolescentes, das quais oito são mães — é fortalecê-las na luta pela superação de suas condições de vida e organizá-las para que aprendam a defender seus interesses, tenham voz e conquistem sua cidadania. Mara Monteiro explica que o Sempre Viva trabalha na contramão da maioria dos projetos existentes, pois contraria mitos e soluções preconizadas tradicionalmente, como a volta dessas menores para casa ou o recolhimento delas em abrigos:

“Voltar para casa, para a família? Que casa, que família? Elas fugiram das regras impostas pela família, pela sociedade. A rua representa a solução de problemas familiares que enfrentavam e mesmo diante das dificuldades, da insegurança, da violência, sentem-se mais livres. Passam a viver em grupo e encontram uma solidariedade que não conheciam. Se uma delas engravida e tem um filho, esta criança é criada por todas, que se revezam no cuidado e no carinho”, diz Mara Monteiro.

Mara Monteiro que, assim como Marly Benzaquen, vem sendo ameaçada pelo apoio dado a essas jovens. Os educadores fazem um trabalho sistemático com as mães adolescentes visando à preservação de sua saúde física

e mental, orientando-as sobre drogas, gravidez, a importância do acompanhamento pré-natal, da amamentação e da vacinação, e os direitos civis dos bebês. Paralelamente, mobilizam os órgãos públicos de saúde e educação, para que prestem atendimento a essa população infanto-juvenil socialmente marginalizada. Os frequentes casos de violência, expressa em forma

*Sempre Viva  
trabalha na  
própria rua  
com meninas e  
a creche espírita  
oferece ótimo  
atendimento*

física, sexual ou psicológica, e que são rotina nas relações com a polícia, os companheiros de rua, com outras meninas ou com a comunidade, são acompanhados pela equipe de educadores, que fornece apoio técnico e assistência jurídica através da advogada do IBISS ou de outros centros de defesa.

Um exemplo da metodologia usada é a naturalidade na forma de tratar problemas como o abuso de drogas, seja álcool, cola de sapateiro, maconha ou cocaína, embora o consumo durante os encontros interfira na comunicação do grupo. Mas como a rua é a casa dessas meninas e, portanto, um espaço regido por suas próprias regras, a

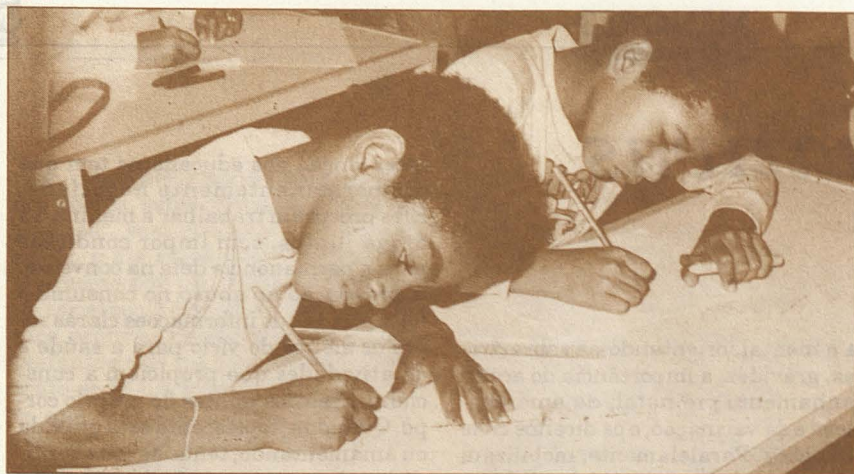
intervenção dos educadores tem que ser permanentemente negociada. Eles procuram trabalhar a menina e a droga juntos, sem impor condições para a permanência dela na conversa. A prevenção ao abuso no consumo é feita através de informações claras sobre os efeitos do vício para a saúde e de atividades que propiciem a conscientização dos limites do próprio corpo. Quando a adolescente está grávida ou amamentando, tenta-se conscientizá-la sobre as consequências para sua saúde e a do feto.

Uma atuação bem diferente é desenvolvida pelo Centro Espírita Cristófilis, que mantém uma creche para crianças entre sete meses e três anos, filhos de mães que trabalham, a maioria moradoras da favela Dona Marta, em Botafogo. A comprovação do trabalho para a efetivação da matrícula é uma exigência da qual o presidente do Centro, coronel reformado Gothardo José Portela de Miranda, não abre mão, para que a ajuda seja dada apenas à mulher que realmente precisa.

Instalada numa casa antiga, confortável e muito bem conservada, a creche, que vai completar 20 anos, é mantida com doações dos sócios do Centro, eventuais donativos e o dinheiro arrecadado com a venda de roupas e objetos usados doados para o bazar das pechinchas e com uma livraria. Ali, 45 crianças fazem as refeições, inclusive o café da manhã, dormem (cada uma tem sua cama ou berço), brincam, tomam banho e aprendem noções básicas de higiene. Duas recreadoras, que trabalham como voluntárias, ensinam aos mais velhos a conhecerem as letras, as cores, os animais. Seis babás, vestidas com uniformes brancos impecáveis, cuidam com todo carinho da garotada, que recebe assistência médica de um pediatra, também voluntário.

A creche do Centro Espírita Cristófilis, dirigida pelo coronel Gothardo e por sua mulher, Argentina, nada fica a dever às creches privadas, que cobram mensalidades altíssimas, acessíveis apenas a uma pequena parcela da sociedade. As instalações, embora simples, são muito limpas e decoradas com motivos infantis, que revelam extremo cuidado com os menores detalhes.





## O discurso das crianças

*Estudo confirma que alunos dos Cieps têm mais capacidade de formular idéias e fazer elaborações críticas*

**Paulo Marinho**

**D**esenvolvido no ano passado na Cidade de Deus, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, o trabalho "Análise de Discursos das Produções Acadêmicas de Alunos de Cieps e Escola convencional" confirmou a tendência verificada em duas outras pesquisas anteriormente realizadas: os estudantes matriculados na 4ª série do 1º grau de um Centro Integrado de Educação Pública fazem elaborações próprias a respeito das questões propostas, enquanto as crianças que cursam a mesma série numa escola tradicional das proximidades não questionam o discurso dominante, repetindo o senso comum e a palavra autorizada.

Utilizando a "Análise de Discurso" como instrumental teórico-metodológico, o levantamento, que já aferira a competência crítica no campo lógico argumentativo, agora investigou o tom ideológico contido nas redações escritas pelos alunos.

Desdobramento de tese de douto-

rado apresentada na universidade norte-americana de Stanford sobre a filosofia educacional dos Cieps e o desempenho de alunos em relação aos estudantes de escola tradicional, a análise de discurso partiu das diferenças marcantes verificadas nas pesquisas anteriores.

"A investigação feita em 1990/1991 indicou um desenvolvimento mais homogêneo da capacidade crítica entre os alunos dos Centros Integrados. Os desempenhos nas tarefas ler, entender e defender um ponto de vista sugeriram a investigação de aspectos de natureza ideológica, contidos nos textos escritos a partir de propostas dos pesquisadores", explica a professora Raquel Goulart Barreto, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, que participou da pesquisa.

"Levamos em conta que os lugares sociais ocupados por quem fala são elementos constitutivos da significação emprestada à palavra, havendo uma tensão contínua entre o mesmo (paráfrase) e o diferente (polissemia), jogo definido como a ilusão discursiva do sujeito", define Raquel Barreto.

**Ilusão discursiva** - Essa ilusão discursiva encontra um campo fértil no ensino tradicional. Nas escolas convencionais, explica Raquel Goulart, a relação professor/aluno tende a se colocar como discurso autoritário, já que ao mestre está reservado o papel de falar em nome de uma discutível cientificidade, restando ao estudante a postura passiva de ouvir. Aplicada em alunos matriculados na mesma 4ª série de um Ciep e de uma escola municipal, a pesquisa visou distinguir, nos textos produzidos, se o que se ouve é realmente a voz daquele que está em posição inferior, ou se é a voz do superior detentor do poder que fala através dele.

"Apesar de o trabalho ter sido feito em cima das redações, atividade priorizada na escola convencional, a capacidade de articular discursos que não se limitam a repetir sentidos fixados não foi encontrada naquele tipo de estabelecimento, e sim no Ciep, onde os alunos frequentemente contestaram as premissas contidas nos enunciados com argumentos próprios", demonstra a professora.

**Desempenho** - A pesquisa pretendeu detectar a elaboração crítica dos estudantes numa relação em que o dizer, não sendo objeto de avaliação com conceito e nota, evitou a auto-censura. Além disso, acrescenta Raquel Barreto, as crianças viram o pesquisador como alguém que, sabendo mais do que os professores, desejavam ouvir o que eles, alunos, tinham a dizer.

Muito embora a pesquisa não tenha utilizado a expressão oral, os estudantes dos centros integrados assumiram posturas que não repetiam o senso comum, mas que apresentavam tentativas de elaborações próprias.

Isso pôde ser constatado nas respostas ao enunciado sobre o fato de a Cidade de Deus ser considerada uma comunidade violenta pelas pessoas de fora. Um deles respondeu: "Só porque somos pobres eu não acho a Cidade de Deus violenta, não", numa clara crítica, segundo Raquel Barreto, à identificação de violência com lugares pobres.

Diante da mesma indagação, um aluno de escola convencional respondeu que "a comunidade é sem-educação porque quando vira um caminhão



de cerveja o povo vai pegar cerveja na rua e os PMs dão tiro pro alto".

**Identificação** – O trabalho "Análise de Discurso de Alunos de Ciepe e Escola Convencional" constatou também que os alunos dos centros integrados vêm na identificação da violência com lugares pobres uma discriminação das pessoas de fora, e interiorizam o problema como uma questão da comunidade. Já os alunos da escola convencional têm uma visão distante do assunto e não se identificam com o bairro.

Para Raquel Barreto, este fenômeno deixa entrever um antigo mecanismo que vem sendo utilizado para hierarquizar a rede de ensino público nos últimos 15 anos. "Dentro das próprias escolas convencionais, os alunos são selecionados e separados em turmas à parte ou são aconselhados a procurar um Ciepe".

Na opinião da pesquisadora, isso explica o distanciamento que os alunos pesquisados na escola convencional nutrem pelo bairro, já que não se consideram integrantes da Cidade de Deus, porque moram numa região limítrofe a Jacarepaguá – um bairro com perfil mais próximo da classe média. "A constatação é sintomática, porque a escola convencional está localizada a apenas 200 metros de distância do Ciepe", arremata.

Os comentários feitos a partir do segundo enunciado proposto também trouxeram aspectos significativos. Ele continua um nivelamento simplista, associando a violência ao sexo e criticando a TV brasileira por apresentar cenas destes temas. Verificou-se uma predominância repressora-conservadora entre os alunos da escola convencional, expressa através de um discurso adulto internalizado.

"Uma aluna da escola tradicional chegou a classificar de 'muito imoral' a cena de sexo porque não achava nenhuma graça, não gostava daquilo, por ser nojento demais; outra aluna mostrou-se incapaz de separar a realidade da fantasia, já que, a seu ver, às vezes até mesmo as atrizes casadas se prostituíam com os atores", cita Raquel Barreto.

Já no material colhido entre os alunos do Ciepe encontram-se argu-

mentos que chegam a decompor e refutar os termos do enunciado proposto, como "não vou dizer que gosto de sexo porque nunca fiz. Na verdade, a violência é muito mais triste e perigosa do que sexo". A professora Raquel Goulart destaca ainda trechos de duas outras redações, que revelam o maior grau de capacidade crítica dos estudantes do Ciepe – em sua grande maioria moradores de habitações pobres e oriundos de famílias desestruturadas.

Numa dessas redações, o autor não vê tanta importância na exibição das cenas de sexo porque elas não são reais. Na outra, prossegue a pesquisadora, o aluno acha que "a TV brasileira está fazendo a parte que ela acha que é melhor de ganhar dinheiro".

Concluída no final de 1992, a pesquisa utilizou elementos contidos em dois outros trabalhos, que integraram a tese de doutorado defendida pela professora Ana Cristina Leonardos na Universidade de Stanford, nos Estados Unidos (ver *cadernos do terceiro mundo*, nºs 137 e 146). Realizada em 1990, a primeira investigação constatou, entre outras coisas, que a filosofia educacional do Centro Integrado de Educação Pública buscava a integração de diversas áreas do saber, enfatizava a importância da relação com a comunidade, abria espaço para as experiências vividas pelos alunos e apontava para o desenvolvimento cri-

## A união faz a força

No momento em que o Banco Mundial e o FMI intensificam suas ações intervencionistas sobre as economias latino-americanas, cresce entre os povos do sub-continente a consciência da necessidade de construir um projeto de desenvolvimento que compatibilize modernidade, crescimento e justiça social. Esse fenômeno ficou claro no III Congresso Pedagogia 93, realizado em fevereiro, em Havana, Cuba, que reuniu 5.200 educadores latino-americanos e espanhóis.

A professora Eunice Trein, delegada brasileira, conta que uma das conclusões do congresso foi que "sem uma busca solidária de soluções para os graves problemas que atingem o nosso continente – que passam pelo estreitamento dos nossos laços culturais, políticos, econômicos e técnico-científicos – não chegaremos à superação da crise que atinge toda a América Latina e o Caribe". Neste contexto, a educação aparece como arma estratégica para a construção do desenvolvimento auto-sustentado com soberania nacional.

A Associação de Educadores Latino-Americanos e Caribenhos, promotora do evento e que conta com 13 países membros, realizou uma Assembléia durante o congresso, onde foi enfatizada a necessidade do intercâmbio de experiências e pesquisas na área de Educação. Segundo a professora Eunice, a delegação brasileira assumiu o compromisso de criar, no Rio de Janeiro, o Fórum de Cooperação Brasil-Cuba, cujo objetivo é ampliar as ações de intercâmbio.

Patrícia Costa

tico. A escola convencional então pesquisada não levava em conta a bagagem cultural dos alunos, oferecia uma versão degradada do que se poderia chamar de cultura dominante e deixava a cargo dos professores a tarefa de direcionar a prática pedagógica.

O segundo trabalho, desenvolvido em 1991, orientou-se no sentido de apurar a capacidade crítica dos alunos nos aspectos da fala, leitura e escrita. Os resultados demonstraram um desenvolvimento mais homogêneo das três habilidades testadas entre os alunos do Ciepe (fala, 59,4%; leitura, 59,4%; e escrita, 65,6%).

Na escola convencional, verificou-se grande discrepância no desempenho das crianças, com priorização da linguagem escrita (75% de acertos) em detrimento da oral (24,2%), ficando a leitura com rendimento de 45%.



# A roda viva da ecologia

*Instituição promove projetos que priorizam o desenvolvimento da cidadania através de uma visão ecológica do homem e seu habitat: as grandes cidades*

**Patrícia Costa**

**A** cidadania está se transformando em um dos objetivos mais almejados por vários segmentos da sociedade brasileira, atualmente. Um dos exemplos desta busca é a Associação Projeto Roda Viva - Construção da Cidadania da Criança. Criada em 1988, no Rio de Janeiro, por um grupo de professores, sociólogos, psicólogos, assistentes sociais e pedagogos, Roda Viva é uma Organização Não-Governamental (ONG) que atua técnica e politicamente na luta pela cidadania de crianças e adolescentes socialmente marginalizados.

O projeto mais importante em desenvolvimento da instituição é o "A Ecologia vai à Escola", criado em junho de 1991 e que, hoje, abrange mais de 10 mil alunos e 336 professores, de 56 escolas municipais, e mais 625 famílias nas comunidades.

A diretora-presidente do Roda Viva, a professora Wanda Engel, explica como o grupo atua: "Existe o nível da ação direta, com programas voltados para crianças e jovens em comunidades de baixa renda. No Morro do Borel - Zona Norte do Rio -, fundamos o 'Criança Brinca, Comunidade Aprende', uma escolinha de esportes que funciona como uma espécie de termômetro da realidade. É dali que tiramos informações para nossa prática. E o 'Tem Educação no Borel e Indiana' é um curso de alfabetização para jovens e adultos, que foi sugerido pelos próprios moradores."

Outro nível de trabalho é a ação intermediária, com a produção de conhecimentos, capacitação e treinamento de pessoal através de cursos,

palestras, debates, seminários, pesquisas e vivências para os professores e agentes comunitários que irão trabalhar diretamente nas comunidades.

Eline Deccache Maia, socióloga, diz que a idéia do "A Ecologia vai à Escola" nasceu da vontade de discutir meio ambiente ligando o tema à questão social: "Queríamos contribuir, concretamente, para a melhoria do ambiente em que professores, alunos e pais vivem, ampliar sua visão sobre a questão ecológica, criando, ao mesmo tempo, oportunidades para o efetivo exercício da cidadania." Paralelo a isso, os militantes do Roda Viva sabiam que ecologia, para essas pessoas, era um termo abstrato, se referente a desmatamento na Amazônia, extinção de baleias e buraco de ozônio: "Queríamos mostrar que ecologia também é pensar e tentar solucionar os problemas cotidianos como valas

negras, deslizamento de morros, falta de saneamento, etc." Segundo ela, não se pode discutir natureza sem integrar o homem em seu meio ambiente, que é a cidade e seus problemas, e nem se pode excluir a cidadania desta discussão.

Para realizar este "sonho", foram chamados representantes da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema) e da Secretaria Municipal de Educação para conceber um curso para professores municipais de Capacitação em Educação Ambiental, com 350 vagas. Porém, para surpresa geral, mais de mil pessoas se inscreveram. "Tivemos que fazer uma seleção, escolhendo professores de vários pontos do município e cujos projetos abrangessem o maior número possível de pessoas", conta Eline. Após o curso, foi anunciado um concurso cujo prêmio seriam viagens educativas a Cuba e a Curitiba para os melhores projetos que abordassem temas como reciclagem de lixo, melhoria do ambiente, criação de hortas, cultivo de ervas medicinais, saneamento básico, educação sanitária, etc. A única exigência era que eles estivessem em execução, para se avaliar seu desenvolvimento. O resultado foram 59 projetos inscritos, dos quais nove ganharam. O mais marcante foi que, na maioria dos casos, o trabalho extrapolava os muros da escola para encontrar-se com a comunidade: "Na Escola

Fotos: Guilherme Moreto

**Wanda Engel:**  
coerência entre a  
política e a realidade





Municipal Anita Garibaldi, por exemplo, cujo projeto foi 'Direitos e deveres do cidadão no exercício de sua relação com os seres vivos e o meio ambiente', foram realizadas palestras abertas à comunidade a partir de um incidente: um aluno estava sofrendo discriminação por ser sobrinho de um soldado que estava com o vibrião do cólera. Com discussões sobre o tema, a comunidade entendeu o problema e aprendeu a lutar pelas soluções possíveis, sem preconceitos", conta Eline. Debates como esse possibilitaram aos alunos a compreensão de seu papel como agentes transformadores e da importância da força de trabalho em grupo,

### *A integração entre professor e aluno tem ajudado as crianças a melhorar a sua auto-estima*

o que resultou, em muitos casos, na retomada dos grêmios estudantis. No caso do professor, funcionou como um resgate de sua profissão, tão desvalorizada socialmente. A mudança mais evidente foi na integração entre pro-

fessor e aluno, e na atitude das crianças que começaram a se sentir mais importantes, sua auto-estima melhorou, se viam responsáveis pela escola, davam-lhe mais valor.

Wanda Engel diz que a atuação do Roda Viva também atinge um âmbito político, participando de fóruns de ONGs e conselhos estaduais e municipais que defendem o direito da criança e do adolescente: "As políticas públicas voltadas para a criança têm de ser coerentes com a realidade delas. Muita coisa que é bonita na teoria se mostra inviável na prática. É um movimento de baixo para cima, com uma consequente resposta de cima para baixo."

## *Aprendendo a ser gente*

"O TREM atrasou, como chegar ao trabalho?" Na sala de aula, alunos dramatizam problemas de uma cidade grande e, ao mesmo tempo, aprendem a entendê-los e buscam soluções.

Esta cena faz parte de um dos projetos premiados no concurso promovido pelo Roda Viva, o "Psiu, o que é mesmo ecologia?", elaborado e desenvolvido pela professora Regina Carla de Azevedo, da Escola Municipal Rio Grande do Sul, no Engenho de Dentro, subúrbio do Rio de Janeiro.

Segundo ela, através deste projeto, as crianças começaram "a ver e a aprender o que é o exercício da cidadania com passeatas, não só questionando o saneamento básico, por exemplo, como também aprendendo como é esse saneamento, como a água é tratada".

No caso desta escola, as turmas mais envolvidas com o projeto foram aquelas compostas por crianças consideradas renitentes e repetentes, alunos-problema que não conseguiam passar de ano e nem completaram sua alfabetização, isto é, os negros, os mais pobres, que sofrem marginalização dentro da escola. São 60 crianças nestas condições, sendo

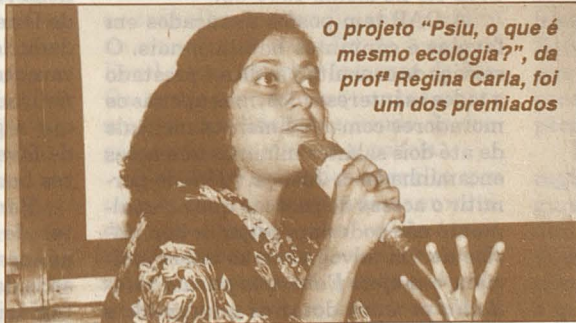
duas turmas da 1ª série primária e uma da 2ª: "Com o projeto, houve uma mudança no comportamento destas crianças. Antes, elas se sentiam depreciadas e rejeitadas por professores, funcionários e colegas de turma; agora, tomaram posse de seus direitos, coisa que sempre lhes foi negada. Em um ano, se alfabetizaram, construíram a horta, fizeram livros sobre saneamento básico e os venderam. Cresceram muito."

Regina Carla acha que o projeto funcionou numa área onde o ensino tradicional falhou porque a abordagem teórica seguiu a linha do construtivismo de desenvolvimento com conteúdos pedagógicos. E exemplifica: "Quando abordamos o problema dos transportes, numa aula de Estudos Sociais, fizemos um teatro onde as crianças vivenciaram o seu

cotidiano. Elas fizeram o texto e a dramatização. Partiu delas a vontade de aprender a escrever, o aprendido não foi imposto."

A maior preocupação do projeto foi que ele abordasse assuntos que faziam parte do dia a dia das crianças. Uma das grandes dificuldades foi fazer os outros professores entenderem a proposta do projeto: "Ele é baseado na confiança do professor no aluno, e acontecia que alguns professores não tinham essa confiança, ainda mais neste tipo de aluno marginalizado dentro da escola." Esta postura progressista foi fundamental para o sucesso do projeto.

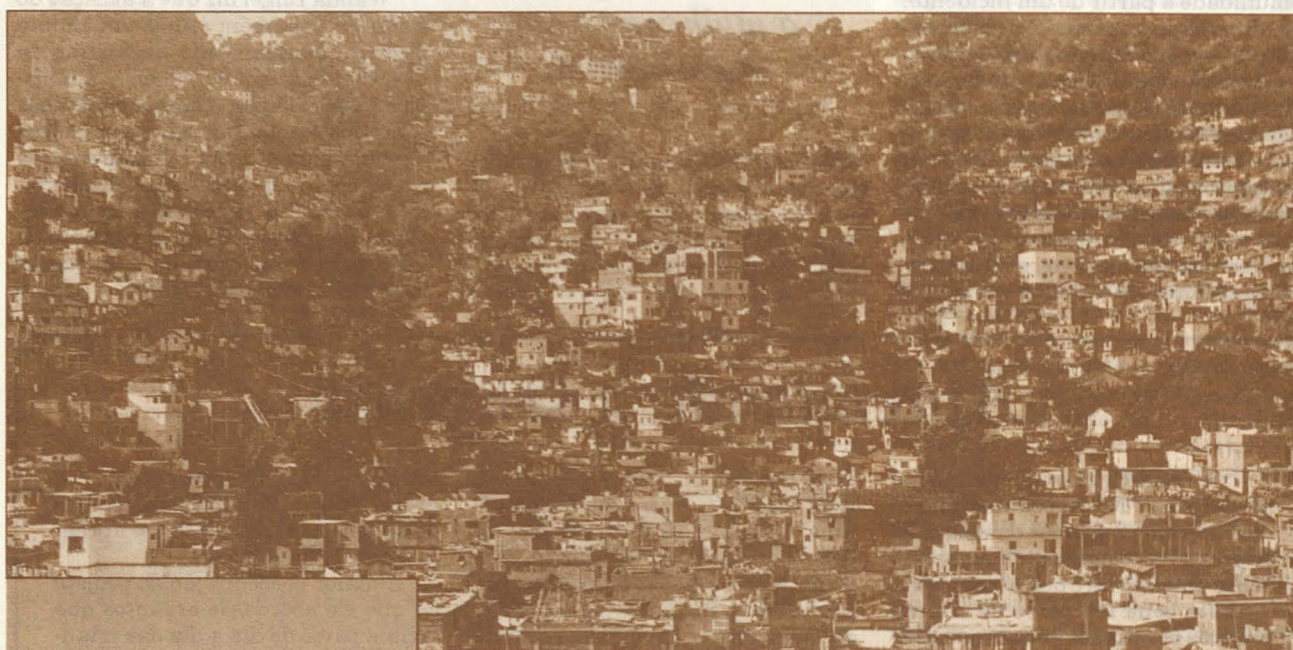
Para a professora, a escola é um dos principais agentes de socialização. Pensando assim, a Educação Ambiental deve ser administrada de forma intensa durante o processo de formação da criança e do adulto, propiciando, assim, o surgimento de novos valores, principalmente políticos: "A criança e o jovem precisam perceber-se como cidadãos, seres com direito à saúde, educação, lazer, habitação, segurança e, principalmente, direito a um meio ambiente que favoreça o seu desenvolvimento saudável."



O projeto "Psiu, o que é mesmo ecologia?", da profª Regina Carla, foi um dos premiados



# Educação para a cidadania



*Os moradores da favela da Rocinha, a maior da América do Sul, contam com o atendimento prestado por advogados e estudantes de Direito do Rio*

## Marcelo Monteiro

**O**s dez postos avançados de assistência jurídica gratuita da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB instalados em comunidades carentes do Rio atenderam, em 1992, a cerca de 2.700 pessoas com renda mensal de no máximo dois salários mínimos. A prestação de assistência jurídica a pessoas de baixa renda faz parte do projeto *Educação para a cidadania*, desenvolvido pela OAB-RJ no biênio 1991-93.

A OAB tem postos avançados em favelas e conjuntos habitacionais. O serviço de consulta jurídica é prestado a todos os interessados, mas apenas os moradores com rendimentos mensais de até dois salários mínimos têm ações encaminhadas à Justiça. Além de permitir o acesso de pessoas que normalmente não poderiam pagar os honorários de um advogado e as taxas judiciais, o projeto *Educação para a cidadania* procura dotar os advogados e estudantes de Direito de uma visão

crítica dos problemas dos moradores das comunidades carentes, aprimorar o ensino jurídico e neutralizar o poder paralelo dos traficantes e grupos de extermínio nos morros e favelas.

Para a diretora de estágio da OAB-RJ, Márcia Calainho, o contato com a realidade das populações de baixo poder aquisitivo torna o advogado e o estudante de Direito sensíveis às questões que permitiriam transformações sociais. O advogado Salvino Medeiros, responsável pelo morro da Coroa, na Zona Norte, acredita que o estudante de Direito, depois de conhecer a realidade do morador de uma comunidade carente, consegue distinguir “o marginalizado dos marginais”, percebendo que a grande maioria dos moradores de favelas é formada por trabalhadores honestos.

Participam do projeto 92 estudantes de Direito, lotados nos postos avançados e no escritório modelo da sede da OAB, no Centro do Rio. O estagiário Alain Alexander Clark, que trabalha no morro do Borel, acredita



que o trabalho desenvolvido nos postos avançados é importante para a formação do futuro advogado, uma vez que permite ao estagiário tratar de questões jurídicas e de ações administrativas.

Márcia Calainho lembra que os estudantes de hoje poderão ser os juizes, procuradores e promotores de amanhã, levando para o Judiciário uma visão real dos problemas da população de baixa renda. A advogada acredita que o envio sistemático de ações de comunidades marginalizadas à Justiça poderá criar a "jurisprudência do oprimido".

Na opinião de Márcia Calainho, os juizes e advogados devem interpretar, sempre que possível, a legislação de maneira favorável aos marginalizados, adaptando os códigos à realidade do morador da favela. A maioria dos moradores de áreas carentes não tem a escritura definitiva da casa onde mora, não é casada oficialmente e tem filhos que não são registrados.

Márcia Calainho ensina que o advogado que trabalha numa comunidade não deve afrontar o modo de vida consolidado no local, mas procurar soluções compatíveis com a realidade dos moradores. A advogada cita o caso de um casal que decidiu se separar. Os dois alegavam que não podiam deixar a casa onde moravam, porque não teriam para onde ir. A solução encontrada pelo advogado e referendada pelo juiz foi a construção de um muro dividindo o imóvel ao meio. "Seguindo o Direito clássico, essa solução seria quase impossível", comenta.

Das pessoas que procuraram o serviço da Ordem na área cível no 2º semestre do ano passado, 39% não tinham trabalho remunerado, 73% não possuíam qualificação profissional, 9% eram analfabetas e 35% viviam em habitações coletivas, cedidas ou como agregados. As questões mais frequentes apresentadas nos postos da OAB são relativas ao Direito de família (separação de casais, fixação de pensão alimentícia e estabelecimento de guarda de filho) e ao Direito cível (posse de casa e invasão de terrenos). Os advogados procuram sempre obter um acordo entre as partes antes da instauração da ação na Justiça. Armando de Barros Filho, do posto da

Mangueira, diz que 40% dos casos apresentados são resolvidos sem a necessidade de ajuizamento de ação.

**O domínio do tráfico** — O serviço da OAB é prestado em algumas comunidades que convivem com a influência de traficantes de drogas. Segundo a advogada Zoraide Vital Fernandes, titular do posto do morro do Borel, desde a inauguração do serviço, em maio de 1989, não houve qualquer in-

Filho adianta que o mesmo comentário é feito no morro da Mangueira. Para Salvino Medeiros, os traficantes respeitam o trabalho realizado nos postos da OAB.

No Borel, a Ordem dos Advogados conta com o apoio da Paróquia São Camilo, que cede uma sala para a realização do atendimento. Segundo o secretário da associação de moradores, Rivelino Rodrigues, o principal problema da maioria dos 60 mil moradores é a regularização da posse de terrenos e casas.

**Assistência itinerante** — O projeto *Educação para a cidadania* também presta assistência jurídica gratuita itinerante. O serviço volante atendeu, desde agosto de 1992, a pedidos de quatro associações de moradores de Acari, Pavuna e Brás de Pina. Até o momento foram feitos 19 pedidos de associações comunitárias para a prestação do serviço.

Segundo o advogado Valter Rangel dos Santos, o tempo de atendimento nas comunidades depende da necessidade dos moradores. No ano passado, dos 141 atendimentos, 65% estavam relacionados ao Direito de família. Valter Rangel relata que a maioria das pessoas que procura o atendimento gratuito "está totalmente desorientada, não sabendo o que precisa fazer para obter aquilo que tem direito".

Márcia Calainho confirma que a desinformação sobre os direitos garantidos na legislação é grande entre os moradores de comunidades carentes. Ela sente que a população marginalizada encara como fatos normais algumas violações, como prisão sem flagrante e o não-pagamento de direitos trabalhistas. "As pessoas de certas comunidades estão tão acostumadas com arbitrariedades que acham normais certas violações", diz. Valter dos Santos acrescenta que o advogado que atende a comunidades carentes precisa atuar também como uma espécie de psicólogo e assistente social.

Para o biênio 1993/95, a diretoria regional da OAB não pretende inaugurar novos postos avançados de atendimento jurídico. Segundo o presidente da entidade, Sérgio Zveiter, o objetivo nos próximos dois anos é manter a qualidade do serviço oferecido nos postos e no escritório modelo.

*O projeto procura dotar os advogados e estudantes de uma visão crítica dos problemas dos moradores das comunidades carentes*



terferência ou ameaça dos traficantes ao trabalho de atendimento jurídico na comunidade. O tráfico de drogas no Borel é um dos mais intensos do Rio. Os tiroteios são frequentes entre aqueles que lideram a venda de drogas, as facções rivais e a polícia.

Zoraide Fernandes ressalta que não atende a casos de pessoas envolvidas com o tráfico, mas revela que já ouviu comentários de moradores do morro no sentido de que os próprios traficantes orientam a comunidade a procurar o posto. Armando de Barros



# Sofisticação com pleno emprego

*O Japão está provando que é possível modernizar a indústria sem cair no desemprego massivo, o drama do Ocidente*

Franz Schurmann\*

**O**s meios de comunicação têm ressaltado o vigor da recuperação econômica norte-americana ao mesmo tempo que se perguntam por que os empregos continuam a desaparecer. Porém, do mais recente desempregado ao mais alto executivo de uma grande corporação, todo mundo sabe as razões do desemprego: o ritmo das inovações tecnológicas tem sido tão acelerado, que a cada dia são necessários menos trabalhadores para se produzir mais coisas.

Na *Era do Progresso*, as inovações tecnológicas eram vistas como a fonte principal do avanço. Mas agora estão devastando a estrutura de empregos da qual depende a maioria das pessoas. E podem vir a se tornar inimigas da sociedade.

O Japão, entretanto, nunca permitiu que o seu sucesso no campo da alta tecnologia o afastasse da sociedade. Na realidade, o Japão encara as inovações tecnológicas e a sociedade como os dois pilares sobre o quais apóia o seu sucesso. E acredita que ambos podem coexistir produtivamente.

**Sonho consumista** - Um dos principais problemas dos Estados Unidos é que seus sucessivos governos estão comprometidos, acima de tudo, com a manutenção de um estilo de vida utópico para os seus principais eleitores: uma classe média consumista que espera que o governo pa-



Japão: inovações não trouxeram desemprego

gue dois mil dólares por uma cama de hospital.

Se for possível acabar com o desemprego e aumentar os salários sem gerar um surto inflacionário, talvez então se possa criar um novo futuro para o país. Mas com gigantes como a IBM tendo que demitir 130 mil funcionários nos últimos anos, é pouco provável que o presidente Bill Clinton consiga reverter o quadro de desemprego crescente.

A verdade é que o modo como as economias ocidentais foram organizadas torna inevitável uma onda de desemprego em massa ao estilo da Grande Depressão de 1930. Enquanto isso, no Japão, onde a economia também está enfraquecida e já aparecem sinais de redução de pessoal nas grandes empresas, o nível de desemprego insiste em permanecer em dois por cento.

**Outro conceito de "trabalho"** - A diferença entre as economias ocidentais e a japonesa pode ser vista nas ruas. Nas cidades do Ocidente, as grandes extensões de espaço habitável são reservadas apenas para residências de classe média. No Japão - e no restante da Ásia oriental - existem pequenos comércios em todo lugar: lojas, oficinas, restaurantes, frequentemente descritos por observadores estrangeiros como altamente ineficazes.

Porém, é esse setor que emprega a maior parte da força de trabalho japonesa e onde poucos são demitidos,

não importando quão baixos cheguem a ser os salários. Esse negócios, geralmente unidos por laços familiares, são redes de segurança indispensáveis no Japão e em toda a Ásia oriental.

O segredo para a baixa taxa de desemprego no Japão é que os japoneses e outros povos asiáticos

não possuem o conceito de "emprego". Não é raro que trabalhem dentro de duas ou mais estruturas sociais de cunho familiar. Eles esperam receber proteção na eventualidade de qualquer infortúnio e dão a sua lealdade em troca dessa proteção. E, apesar das reduções de pessoal também estarem atingindo o Japão, aqueles que são demitidos encontram trabalho remunerado dentro dessas mesmas estruturas.

Os Estados Unidos e o Ocidente nunca irão emergir de sua atual depressão a não ser que percebam que a sociedade é o seu maior recurso, e não apenas a beneficiária passiva da tecnologia, não importando quão inovadora e gloriosa ela seja. ■

\* Franz Schurmann, sociólogo e historiador da Universidade da Califórnia, em Berkeley, estudou no Japão durante dois anos.



# A nova Meca

*A surpreendente performance econômica da China a transformou em uma Meca para imigrantes oriundos de países vizinhos*

**Chien Mingjie**

**E**m um mundo devastado por recessão econômica e conflitos sociais, corre o boato de que a vida na China é barata e segura. Estrangeiros de todo o mundo estão convergindo para a esse país em busca de emprego, muitos esperando ganhar a versão chinesa do famoso *green card* (visto permanente) norte-americano. Pela primeira vez em séculos, o governo chinês está às voltas com o problema do que fazer com o fluxo crescente de imigrantes estrangeiros.

O que alimenta este fluxo é uma taxa de crescimento econômico de 12% ao ano, que coloca a China – famosa por sua pobreza – entre as grandes potências econômicas do mundo. Hoje em dia, de acordo com a imprensa chinesa, além dos milhões de turistas e dezenas de milhares de profissionais especializados empregados pelo governo chinês e por investidores multinacionais, mais e mais estrangeiros estão tentando melhorar de vida se mudando para a China.

Mulheres russas servem mesas em restaurantes de Cantão; russos cortam cabelos em cidades de fronteira; indianos são porteiros em hotéis; árabes apregoam mercadorias nas ruas; estudantes europeus e africanos vendem as suas passagens aéreas na esperança de prolongarem a sua estadia; europeus orientais carregando imensas malas de viagem procuram enlatados, roupas e aparelhos elétricos para trocar ou comprar.

Até mesmo estrangeiros do Ocidente estão descobrindo que a China – que tem um custo de vida relativamente baixo em comparação aos padrões mundiais – pode oferecer um estilo de vida próspero por não mais que algumas centenas de dólares por mês.



**China: prosperidade atrai imigrantes**

Mais e mais estudantes que vieram aprender chinês ou ensinar inglês estão tentando conseguir uma prorrogação dos seus vistos.

**Comércio de noivas** – Faltam estatísticas, mas um indicador da extensão da nova imigração ilegal são as 1.200 jovens “noivas” vietnamitas que

ingressaram ilegalmente pela província fronteiriça de Gwangxi em busca de homens para casar.

O Departamento de Segurança Nacional da China diz que a invasão desses assim chamados “imigrantes cegos” atingiu agora todas as 30 províncias do país, incluindo o remoto Tibet. “Imigrantes cegos” é o termo que os chineses usavam tradicionalmente para se referirem às pessoas pobres de remotas áreas rurais que migram para os grandes centros em busca de melhores condições de vida.

Apesar de não ser hostil aos recém-chegados, o governo está tentando endurecer o controle das fronteiras, especialmente devido ao aumento constante do tráfico de drogas, prostituição e outras atividades criminosas ligadas aos estrangeiros.

**Fila para o visto permanente** – De acordo com as leis locais, apenas os estrangeiros com visto permanente podem trabalhar. Os jornais chineses noticiam que todos os dias se formam longas filas em frente aos escritórios de imigração: são estrangeiros candidatos a vistos permanentes. Muitos procuram trabalho no comércio – hotéis, barbearias, restaurantes, lojas de roupas – onde invariavelmente ganharão várias vezes o salário que teriam em seus países de origem. Ao mesmo tempo, suas habilidades e sua aparência “estrangeira” invariavelmente atraem mais clientes.

Há dez anos, quando a China abriu as suas portas para o mundo pela primeira vez, o raro estrangeiro que aparecesse em uma rua chinesa certamente atrairia uma multidão. Hoje, os chineses estão cada vez melhores em sua habilidade de distinguir, por exemplo, um turista norte-americano de um negociante russo, com ou sem bagagem. Outrora tímidos, eles agora barganham livremente com vendedores estrangeiros usando gestos ou calculadoras. Tradicionalmente introvertida, a sociedade chinesa de hoje está se abrindo ao mundo exterior sem sair de casa. ■





Marcadas por um elevado índice participação, as eleições deixaram claro o apoio da população ao governo socialista

CUBA

## Eleições renovam o Parlamento

A 15 de março passado ficou constituída a nova Assembléia Nacional do Poder Popular, o Parlamento cubano, que confirmou Fidel Castro na presidência do Conselho de Estado, outorgando-lhe um novo mandato de cinco anos. Raúl Castro foi reeleito primeiro-vice-presidente do Conselho de Estado e o chanceler Ricardo Alarcón obteve a presidência da Assembléia.

Os 589 novos deputados foram eleitos em 25 de fevereiro, em um pleito marcado por um altíssimo índice de participação: 7.842.617 cubanos – 99,6% dos cidadãos cadastrados – depositaram seu voto nas urnas.

Os números se tornam mais significativos se se levar em consideração que 92,9% foram votos válidos e somente 7,1% foram brancos ou nulos. Isso quer dizer que os cubanos não só compareceram em massa para votar – assim como determina a lei –, como também não atenderam às insistentes convocações de numerosas emissoras anticastistas dos Estados Unidos para que se votasse em branco ou nulo.

Nos dias que antecederam às eleições, entre 8 e 23 de fevereiro, a Rádio Martí, emissora oficial do governo

norte-americano, fez cerca de mil chamadas, convocando os cubanos a absterem-se de participar do processo eleitoral. Trinta milhões de dólares foram destinados por Washington para o financiamento dessa campanha, sem contar as remessas clandestinas realizadas para a ilha.

A Constituição cubana prevê o direito ao voto em branco ou nulo, para mostrar o descontentamento com os candidatos ou o rejeição à opção socialista. Mas os eleitores preferiram pronunciar-se a favor do sistema atual, inclusive outorgando a Fidel Castro e seu irmão Raúl – ambos eleitos deputados – 99% dos votos. Vários observadores internacionais destacaram o clima de tranquilidade e de grande consciência cívica que se viveu durante todo o processo, exemplificado no fato de que a custódia das urnas foi feita por crianças.

Foi a primeira vez desde a revolução, em 1959, que se realizaram eleições diretas para os deputados da Assembléia Nacional. Desde 1976 se realizam eleições diretas, mas estavam limitadas aos delegados das Câmaras Municipais.

Outra inovação importante se deu

em relação ao processo de postulação das candidaturas. Antes a decisão sobre quem se candidataria aos cargos cabia exclusivamente ao Partido Comunista, cuja função agora passou a ser a de vigiar o cumprimento das disposições da lei eleitoral. Foram estabelecidas Comissões de Candidaturas, que elaboraram as listas submetidas ao eleitorado a partir de milhares de indicações por parte das organizações de massas, sindicais, femininas, estudantis, etc.

Nessa eleição, o Parlamento cubano foi renovado em mais de 80%. Dos novos deputados, 23% são mulheres e 75% são universitários já formados. Só seis por cento são dirigentes dedicados à atividade partidária, mas 542 são militantes e 26 pertencem à Juventude Comunista. Foram eleitos dois religiosos, os pastores evangélicos Raúl Suárez (batista) e Sergio Arce (presbiteriano) e alguns militantes católicos.

A possibilidade de candidaturas de religiosos foi uma das novidades desse último pleito. Em outubro de 1991, por ocasião do IV Congresso do Partido Comunista, começou um processo destinado a acabar com a discriminação por motivos religiosos nas fileiras partidárias e continuou a aceitação de candidaturas de religiosos para o máximo órgão de governo do país.



EL SALVADOR

## Guerra suja passada a limpo

**P**assadas poucas semanas da divulgação do relatório das Nações Unidas sobre as violações aos direitos humanos ocorridas durante os 12 anos de guerra civil, El Salvador ainda vive a incerteza sobre como reagirão a curto e médio prazo as Forças Armadas, as principais acusadas pelos crimes daquele período.

O informe foi elaborado pela Comissão Verdade, criada pelos acordos de paz entre a guerrilha e o governo, assinados em abril de 1991 e ratificados em janeiro de 1992.

Segundo a Comissão, oficiais de alta patente, com apoio de empresários de direita, criaram esquadrões da morte, que "se converteram em instrumentos de terror e de eliminação sistemática de políticos da oposição".

O documento recomendou que sejam afastados do exército e impedidos de exercer qualquer função pública 40 comandantes militares acusados de atrocidades. Entre estes estava o então ministro da Defesa, René Emilio Ponce, que três dias antes da divulgação do do-



A população pede o fim da impunidade

cumento, pediu demissão do cargo.

O relatório também acusa dirigentes da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) por cinco por cento das denúncias e, por esses delitos, que somam 800 casos, recomendou que os ex-comandantes guerrilheiros Joaquín Villalobos e Ana Guadalupe Martínez sejam impedi-

dos de exercer cargos públicos.

A divulgação do documento deixa o governo Cristiani em uma situação delicada. Dirigentes do seu partido, a Arena, são acusados por bárbaros crimes, como é o caso do assassinato do monsenhor Arnulfo Romero, em 1980, a mando de Roberto D'Aubuisson, militar já falecido.

A confirmação das permanentes denúncias das organizações de direitos humanos também respingou sobre o governo norte-americano. O relatório analisa a participação dos Estados Unidos no conflito, que no auge da guerra chegaram a enviar ajuda militar a El Salvador no valor de um milhão de dólares por dia. Segundo a Comissão Verdade, o envolvimento dos Estados Unidos era tão grande que assessores norte-americanos souberam com antecedência do assassinato de seis jesuítas, além da cozinheira e sua filha menor de idade, em março de 1989, massacre executado por soldados do exército sob ordens do general Emilio Ponce.

PARAGUAI

## Descobertos arquivos da ditadura

**A** recente descoberta de um arquivo da polícia secreta paraguaia está permitindo lançar luz não só sobre o destino de dezenas de opositores desaparecidos, como também sobre os estreitos vínculos dos órgãos de repressão desse país com os de seus vizinhos durante as últimas três décadas.

No "arquivo do terror" há milhares de memorandos dirigidos ao então ditador Alfredo Stroessner com nomes de delatores e infiltrados na oposição, fichas de presos e desaparecidos, relatórios sobre opositores no Para-

guai e no exílio e sobre os contatos com as polícias secretas dos países vizinhos.

A descoberta do material só foi possível graças ao paciente trabalho de investigação levado a cabo pelo professor e advogado Martin Almada, preso de 1974 a 1977 por seus vínculos com a oposição.

O advogado iniciou sua investigação no exílio, a partir de exemplares de uma publicação da polícia paraguaia que chegava a Paris. A "Revista da Polícia" lhe permitiu conhecer onde estavam seus ex-tor-

turadores e tomar conhecimento da existência de um chamado "Plano Condor".

Porém, só com a descoberta da casa onde estava guardado o arquivo, em Assunção, foi possível saber detalhes dessa operação, que implicava ações repressivas no exterior.

Segundo os documentos encontrados, o plano concretizava um acordo proposto por Manuel Contreras, chefe do órgão de repressão no Chile, a DINA, durante a ditadura de Augusto Pinochet, a seus colegas sul-americanos.



Stroessner: 35 anos de terror

Mediante uma carta, Contreras convidou os chefes de polícias secretas do Cone Sul a se reunir secretamente em Santiago em 1975, para estabelecer um organismo coordenado de "luta anti-subversiva". Do encontro, nasceria o "Plano Condor", que consistia na troca de informações, criação de um banco de dados, intercâmbio de policiais e operações conjuntas de sequestro e assassinato de opositores.





Coréia do Norte: 2,5 milhões de soldados foram colocados de prontidão

ÁSIA

## Tensão militar na Coréia

**E**m um clima de crescente tensão militar e diplomática, os Estados Unidos e a Coréia do Sul decidiram concluir, em fins de março e antes do previsto, as manobras militares denominadas "Espírito de Equipe" (*Team Spirit*). O treinamento conjunto provocou um conflito com a Coréia do Norte que chegou a pôr em perigo a paz na península.

O início das manobras militares, que incluíram a participação de 120 mil soldados, coincidiu com um pedido da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para que o governo da Coréia do Norte aceitasse uma inspeção de suas instalações nucleares antes do dia 25 de março. Os governos de Washington e Seul vêm denunciando há tempos que a Coréia do Norte estaria fabricando uma bomba nuclear nessas instalações.

Como reação a estas pressões, o governo de Piongueiangué anunciou sua retirada do Tratado de Não-Proliferação de Armas Atômicas (TNPA) e decretou o estado de *semi-guerra* em todo o país.

O exército norte-coreano, que conta com quase 1 milhão de soldados, entrou em alerta máximo. Devido ao clima de tensão, o governo convocou os reservistas, num total de um milhão e meio de homens.

O embaixador da Coréia do Norte nas Nações Unidas, Ri Tcheul, declarou que a guerra podia explodir "em qualquer momento" e denunciou que as manobras militares conjuntas da Coréia do Sul e dos Estados Unidos tinham invadido as fronteiras do seu país com mísseis pesados e bombas.

Evitando que o incidente chegasse a um impasse de consequências imprevisíveis, a diplomacia chinesa convocou os Estados Unidos e a Coréia do Norte para discutir a situação. O conteúdo da reunião, realizada em março em Beijing, a capital chinesa, não foi divulgado. Mas, pouco depois, o governo de Seul anunciava que as tropas norte-americanas que desembarcaram na Coréia do Sul para a operação *Team Spirit* (20 mil efetivos) começariam a abandonar o país imediatamente.

TIMOR LESTE

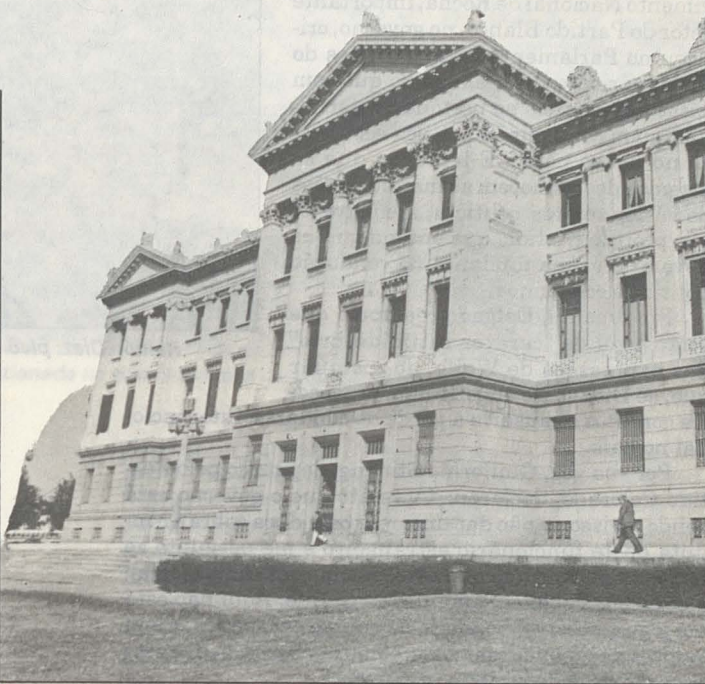
## Práticas aberrantes

A delegação de Portugal perante a Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, exibiu em fins de março um vídeo no qual se observam forças militares indonésias de ocupação em Timor Leste submetendo um grupo de mauberes a práticas aberrantes, como é o caso de obrigá-los a beber seu próprio sangue.

O vídeo conseguiu chegar às mãos da delegação de Portugal através do Conselho Nacional de Resistência Maubere (CNRM), uma frente político-militar que reúne todas as forças que lutam pela autodeterminação e independência de Timor Leste. Timorenses e diplomatas portugueses denunciaram que as tropas indonésias de ocupação obrigam diariamente a população civil na ilha a participar do que consideram um antigo rito, que consiste em extrair sangue e misturá-lo a um licor. Em seguida, os timorenses são obrigados a beber esse líquido, enquanto um oficial indonésio lê um documento segundo o qual o ato significa um juramento de lealdade ao regime de Jacarta.

Portugal colonizou o território de Timor Leste há 500 anos. Logo após sua retirada, em 1975, forças indonésias invadiram a ilha, estabelecendo um regime de terror que, segundo dados do CNRM, já teria causado a morte de mais de 200 mil mauberes, em uma população total de 720 mil habitantes.





# Interferência indevida

*Declarações de um representante do Fundo Monetário sobre assuntos internos uruguaios levam o Poder Legislativo a solicitar sua saída do país*

**Hugo Cardoso**

**O** Parlamento uruguaio pediu a substituição do representante do Fundo Monetário Internacional ao declarar que "sua permanência no cargo como representante do FMI é inconveniente para a correta relação do país com esse organismo".

Andrew Wolfe, um economista de 36 anos de idade, é o delegado do FMI no Uruguai. Estabelecido no edifício do Banco Central, desde setembro passado, mantém uma comunicação fluente com a equipe econômica do governo.

Em declarações à imprensa, Wolfe assinalou: "Tenho medo de que o referendo – realizado em dezembro passado, quando a política de privatizações foi derrotada nas urnas (ver Panorama Internacional, cadernos

do terceiro mundo, nº 159) – envie um sinal ruim para o exterior em termos de investimento estrangeiro". E acrescentou: "O sr. Ramón Díaz (presidente do Banco Central do Uruguai, BCU) dá credibilidade à política do governo. Membros do setor privado, por exemplo, acham que se ele abandonar o cargo o país passará a ter grandes problemas de credibilidade. Para mim, seria horrível se ele tivesse que renunciar. É um homem muito importante para este país neste momento".

Na reportagem, Wolfe afirmou que conheceu Díaz quando esteve no Uruguai em 1989. "Tanto ele como o ministro da Economia falam inglês melhor que eu. Eles são pessoas muito impressionantes. (...) Estive trabalhando para o FMI em dez ou doze países e não vi uma equipe melhor que a daqui. Eles são muito bons", arrematou.



O legislador Daniel Delgado, do Movimento Nacional de Rocha, importante setor do Partido Blanco, no governo, criticou no Parlamento as declarações do funcionário do FMI, alegando que com essas afirmações "se pretende determinar quem conduzirá a política econômica no nosso país". E lembrou que as mesmas desconhecem as manifestações de vários setores políticos, inclusive de seu próprio partido, que entendem que deve haver uma mudança na condução política e econômica.

Finalmente, Delgado rejeitou o que qualificou de "caráter intimidatório" das expressões de Wolfe, ao insinuar que, se Díaz fosse substituído, provocaria conflitos e causaria a perda de confiança internacional no país.

Por sua vez, Guillermo Stirling, deputado pelo Partido Colorado, declarou: "Acredito que o governo está sendo omisso ao não dar uma resposta dura sobre a conduta deste funcionário estrangeiro e me pergunto se não está permitindo que este, assim como hoje elogiou a equipe econômica, amanhã a critique. Aqui não está em jogo a possível bondade da equipe econômica, e sim valores nacionais essenciais, como a soberania, que este governo deve defender e preservar."

O deputado da Frente Ampla Doreen Ibarra afirmou que as declarações de Wolfe constituíam um apoio à política econômica do Poder Executivo, "rejeitada por 72% dos



Ramón Díaz: pivô da crise

cidadãos uruguaios" ao pronunciar-se ativamente pelo NÃO no referendo.

**Intromissão indevida** —A resolução do Parlamento uruguaio expressa que as declarações de Wolfe "representam uma intromissão indevida nos assuntos internos do Uruguai" e manifesta sua "firme e enérgica rejeição ao condicionamento que o representante do FMI pretende estabelecer sobre a condução econômica do país". Em virtude das mesmas, declara que "sua permanência no cargo é inconveniente para uma correta relação do país com tal organismo".

Enquanto isso em Washington, fontes do Fundo Monetário manifestaram sua inquietação com a situação criada pelo legislador do partido do governo que está atacando um de seus funcionários. "Não passa despercebido pelo FMI que Delgado está atuando com total apoio do senador Carlos Julio Pereira", declararam estas fontes.

Carlos Julio Pereira é o líder do Movimento Nacional da Rocha, setor que integra o Partido Nacional. Em consequência do resultado das eleições de 13 de dezembro passado, este setor solicitou uma mudança de rumo na política econômica e a substituição do presidente do BCU, Ramón Díaz. Como não obteve nem uma nem a outra, retirou os seus ministros da equipe do presidente Lacalle e ficou na posição de setor auxiliar do governo, sem participar do gabinete.

## Graves denúncias contra o FMI

Ao renunciar a seu alto cargo no Fundo Monetário Internacional (FMI), Davison Budhoo, formado pela Escola de Economia de Londres, enviou uma carta a Michel Camdessus, diretor-gerente da instituição, fazendo graves denúncias.

Davison Budhoo, que foi funcionário do organismo durante doze anos, disse textualmente em sua carta: "Nós, os representantes do Fundo, fazemos nossa própria avaliação sobre o comportamento econômico e financeiro da nação escolhida. É uma avaliação alterada, na maioria dos casos, posteriormente aceita pela Junta Executiva e pela comunidade internacional como uma verdade bíblica. Somos

nós, os assessores econômicos, quem em algumas oportunidades redigimos a Carta de Intenção em nome do ministro ou encarregado da Fazenda do país solicitante. Depois a apresentamos a ele para que assine."

Budhoo explica também como atuam e trabalham os funcionários do Fundo e como decidem os destinos dos países receptores. Ele afirma que a equipe "chega a ver-se como uma espécie de nova nobreza sobre a terra pela influência que exerce e pelo poder e a autoridade que tem sobre a vida de milhares de desventurados".

Denunciou, também, um plano secreto arquitetado pelo Fundo para a compra da dívida externa da banca

privada credora, que pensa converter em bônus que serão colocados nos países devedores no mercado secundário. O mecanismo de redução (entre aspas) de tais dívidas estaria condicionado a que nossos países entregassem em troca suas indústrias e recursos naturais de maior valor a corporações financeiras, na sua maioria transnacionais estrangeiras, o que, para o Fundo Monetário, não seria outra coisa senão uma privatização das economias.

Mas isso para cada país representa —como já ocorreu, afirma Budhoo— a desnacionalização e alienação de seus bens, riquezas e recursos naturais e industriais. O funcionário não hesita em afirmar





*A política econômica do governo de Lacalle foi questionada no plebiscito mas defendida pelo representante do FMI*

O Poder Executivo não exigiu a substituição de Wolfe. Limitou-se a comunicar às autoridades do Fundo Monetário Internacional, através do chanceler Sérgio Abreu, a decisão do Poder Legislativo.

Durante sua visita a Montevideu, em fins de novembro de 1991, o diretor gerente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, deu sua opinião sobre a situação da economia uruguaia e formulou várias recomendações, entre elas a desindexação salarial, o abatimento dos gastos da previdência social, a eliminação do déficit do setor público e a redução do estado.

Apesar da visita ter sido considerada como "um gesto de boa vontade", por um dos inte-

grantes da comitiva internacional, na coletiva de imprensa realizada antes de partir Camdessus disse que "um governo que não tem coragem de explicar suas decisões a seu povo e criar um consenso nacional em torno destas estratégias, não merece o apoio da comunidade internacional".

O governo do presidente Luis Alberto Lacalle explicou sistematicamente todas estas recomendações, mas não conseguiu o "consenso nacional" de que falava Camdessus: a política econômica é rejeitada por amplos setores da população e a reforma do Estado foi derrotada pela consulta popular de 13 de dezembro de 1992. ■



*A política do FMI levou a Argentina a entregar as suas riquezas*

melhores políticas econômicas, mas o Fundo lhe impôs as suas porque – se além de reconhecer que certos índices tinham melhorado apesar de nossas políticas equivocadas, chegávamos a descobrir que o governo, de fato, tinha já os esboços de um programa viável para reduzir o déficit dentro dos limites de crédito estabelecidos – teríamos sido obrigados

a voltar a Washington com o rabo entre as pernas, o que é absolutamente impensável. O Fundo não funciona assim."

E finalmente referindo-se ao tema militar, Budhoo denuncia: "Pede-se aos governos que deixem as pessoas morrerem, mas nunca que reduzam seus orçamentos militares. Isto o Fundo não fará jamais."

que o Fundo condiciona as economias dos países, subordinando-as aos desígnios da instituição.

Budhoo havia dito a um correspondente mexicano: "Você não acredita em mim. Nós – referindo-se aos funcionários do Fundo – criamos ou destruímos a vida humana, todos os dias do ano, como nenhuma outra força fez até hoje no mundo ou fará no futuro." E referindo-se ao caso de Trinidad-Tobago, denuncia que se fizeram três informes distintos; um interno, um que comunicaram ao governo das ilhas e outro que foi dirigido ao presidente do FMI. E acrescentou: "Mentíamos para não ter que aceitar nossos próprios erros, que nos teriam conduzido à demonstração de que as políticas econômicas que nos ordenaram executar no Fundo Monetário eram incorretas. O governo de Trinidad-Tobago tinha



# Uma ferida aberta

*O tema dos direitos humanos se mantém vigente no país andino apesar dos entraves criados pelo regime de Pinochet para o exercício da Justiça*

**Gabriel Canihuante**

**A** chama eterna da liberdade – um monumento deixado pelos militares – continua ardendo a poucos metros do Palácio de La Moneda, onde viveu suas últimas horas o presidente socialista Salvador Allende. A presença da ditadura no Chile de hoje se manifesta de diversas formas e uma das mais expressivas é a inexistência de julgamentos contra aqueles que violaram gravemente os direitos humanos entre 1973 e 1990.

Curiosamente, e de forma diferente da que ocorreu em outros países da América do Sul, o tema dos direitos humanos se mantém muito presente, sendo uma das questões centrais na tran-

sição chilena. “O tema calou muito fundo. É um problema do conjunto da sociedade”, disse a **cadernos do terceiro mundo** o advogado Carlos Margotta, membro fundador do Grupo de Advogados de Presos Políticos.

O advogado explica que o tema se consolidou durante o plebiscito de 1988, quando Augusto Pinochet foi derrotado, e nas eleições presidenciais de 1989. Em ambos os casos, os debates sobre direitos humanos despertaram mais interesse e levantaram mais polêmica do que questões econômicas ou de outra ordem.

O governo de Patricio Aylwin esboçou um programa de direitos humanos, que conta com o apoio de uma coalizão de centro-esquerda, o qual podia ser re-

sumido em três objetivos: estabelecer a verdade sobre o ocorrido, fazer justiça e libertar os mais de 400 presos políticos herdados do regime militar.

“Esse programa é hoje uma espinha atravessada na garganta do governo”, avalia Margotta. Ainda existem mais de 25 presos políticos e a libertação dos demais foi uma penosa tramitação no Congresso e nos tribunais, que incluiu expatriação para vários deles, trocando mais uma vez um castigo (prisão) por outro (exílio).

Para Margotta, o governo tem tido uma atitude fraca e privilegiado a manutenção das (boas) relações com os militares em vez de exigir justiça. “O governo – diz – foi atropelado por alguns fatos recentes como a descoberta de ossadas enterradas sob um antigo local da polícia militar em Lota, sul do Chile. Esses restos, presumivelmente de presos políticos desaparecidos, e a necessária investigação sobre os fatos incomodam o governo.”

**Pinochet continua impune** – Hoje, já ninguém diz que o general Pinochet é o grande responsável pela morte e desaparecimento de centenas de militantes. “Este assunto (a responsabilidade de Pinochet) já não se toca no Chile e esta situação tem sido aceita



Famílias das vítimas da repressão durante a ditadura reclamam justiça nas ruas de Santiago do Chile



## AMÉRICA LATINA

CHILE

pela sociedade. O governo é responsável porque tem levado a população a acreditar que esta democracia é a melhor que podemos ter", afirma o advogado.

A permanência de Pinochet como comandante em chefe do exército garante que nenhum de seus homens será castigado. Pelo menos, é isso que os militares levaram a sociedade a acreditar.

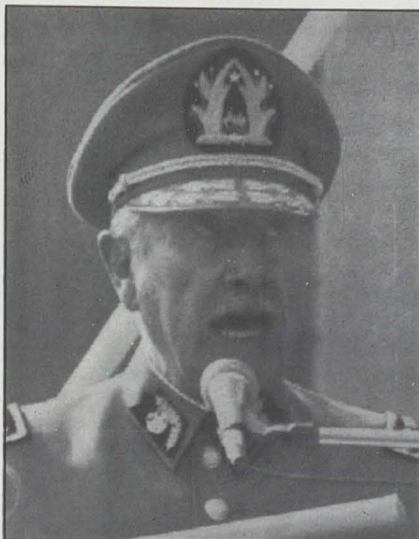
O governo é criticado por muitos setores sociais por não enfrentar com a suficiente força os entraves antidemocráticos deixados por Pinochet e que são obstáculos ao exercício pleno da justiça e dos direitos humanos.

A presença do ex-ditador no exército, a existência de senadores designados por Pinochet com poderes até 1998 e um Poder Judiciário cujos magistrados têm se mostrado sistematicamente contrários a aplicar a justiça contra os militares envolvidos em violações aos direitos humanos são alguns desses entraves antidemocráticos. A Constituição de 1980 legalizou essas estruturas, frente às quais pouco ou nada podem fazer o Executivo e o Congresso Nacional.

**Duro golpe para os juízes** – Apesar dos entraves deixados por Pinochet, o governo de Patricio Aylwin conseguiu no início de 1993 desferir um duro golpe no Poder Judiciário, ao destituir o juiz Hernán Cereceda, beneficiado economicamente durante a ditadura e um dos magistrados que impediu o exercício da justiça em diversos casos de violações de direitos humanos.

O juiz foi acusado, juntamente com dois magistrados civis e um promotor militar, por "claro abandono de seus deveres". A acusação foi feita por dois deputados ligados ao governo e, no começo, foi interpretada como sendo mais um gesto político, destinado a levantar polêmica sobre o Poder Judiciário. Surpreendentemente, três senadores da direita votaram pela destituição de Cereceda, acabando com a maioria desse setor político, obtida graças aos legisladores biônicos designados por Pinochet.

O fato foi muito positivo para o governo. "O povo está feliz", assinalou o advogado Andrés Domínguez, da Corporação Nacional de Reparação e Reconciliação, uma entidade criada pelo governo para investigar casos de graves violações aos direitos humanos, entre 1973 e 1990, que não tinham



O general Pinochet (esq.) deixou para o governo de Patricio Aylwin (dir.) uma pesada herança em matéria de direitos humanos

sido investigados por uma comissão similar anterior. "Durante 20 anos a Corte Suprema alegou questões formais para não fazer justiça. O Congresso então tomou à frente e mediante mecanismos também formais (legais) fez justiça destituindo um de seus juízes", comemorou Domínguez.

### O risco de um retrocesso –

A detenção de três agentes da ditadura como Osvaldo Romo, encontrado no Brasil, e Miguel Estay, capturado no Paraguai, tem sido mostrada também como vitórias do governo neste terreno. A atitude de alguns juízes que buscaram investigar diversos casos – como o assassinato do ex-chanceler Orlando Letelier, o desaparecimento do líder estudantil Alfonso Chanfreau, o apoio à acusação contra alguns juízes e a força que ainda tem no Chile esse tema le-

vam o advogado Hiram Villagra a pensar que existe atualmente "um novo es-

tado de consciência sobre os direitos humanos".

Para Villagra, do Comitê de Defesa dos Direitos do Povo, esta situação se produz "apesar do governo manter sua política de fazer a justiça que for possível e não a necessária". O advogado entende que existe hoje a oportunidade

histórica de usar forças morais que estão intactas, mas também o risco de que as convulsões políticas levem a uma nova imposição da impunidade ou a um pacto entre forças políticas para não tocar no assunto.

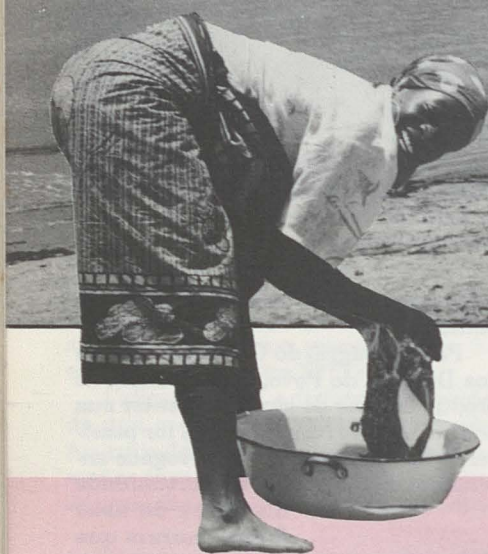
Os setores da esquerda que não participam no governo e algumas das organizações de parentes de vítimas de violações dos direitos humanos temem que

com o fim do atual governo, em março de 1994, o tema passe definitivamente para segundo plano. A nova campanha presidencial, que começa a ser vivida nas cúpulas partidárias e nas ruas de Santiago, pode ser a nova oportunidade para avançar na luta contra a impunidade. ■

*O governo é criticado por muitos setores por não enfrentar com suficiente força os entraves antidemocráticos deixados por Pinochet e que são obstáculos ao exercício pleno da justiça e dos direitos humanos*



# Virar a página



*Com a assinatura dos tratados de paz entre a Frelimo e a Renamo e a chegada das chuvas, esse país da África Austral, considerado o mais pobre do mundo, começa a reconstruir a sua economia*

Texto e fotos:  
Pedro Sutter

A chuva e a paz estão chegando juntas a Moçambique. A paz brota como o milho nas *machambas*, ainda frágil desconfiada, tateando o rumo certo com apenas uma certeza: nesse processo não pode haver retorno.

Após 17 anos de "guerra civil" entre a governante Frente de Libertação de Moçambique, Frelimo, e a dissidente Resistência Nacional Moçambicana, Renamo, com o saldo de 1 milhão de mortos, quase um terço dos habitantes do país (de 4 a 5 milhões) de deslocados e milhares de auto-exilados por motivos de segurança, o povo está exausto. E ainda há muitos desafios pelo caminho, para a reconstrução do país.

Hoje, o salário mínimo é de 50 mil *meticaís* (US\$ 15) e o desemprego é crônico dada a falta absoluta de trabalho. As fábricas estão desativadas e as torres de alta tensão, avariadas, devido aos atentados da guerrilha que sempre teve por alvo as obras de infra-estrutura. Os *deslocados*, fugidos de suas províncias por causa da guerra ou da seca, incham a periferia das grandes cidades, que mostram o clássico quadro de pobreza e fome.

Se a guerra de guerrilhas impulsivada pela Renamo e orientada à distância pela África do Sul já era por si dolorosa, a desgraça maior veio sob a forma de uma seca avassaladora, que arrasou



## ESPECIAL

### MOÇAMBIQUE

com todos os países do sul do continente africano, sem poupar Moçambique. Por causa dela, milhares de famintos soldados deixaram de lado ideologias e armas, indo pura e simplesmente atrás de comida – sob a forma de violentos saques aos sofridos camponeses.

Há quem diga que os efeitos da seca nem sempre foram ruins. A fome apressou a assinatura do Tratado de Paz entre a Frelimo e a Renamo, efetivado em 4 de outubro do ano passado, em Roma, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU). E enquanto se implementam as etapas que devem conduzir às eleições, a opinião pública internacional se pergunta se o futuro deste país está mais para uma nova Somália ou uma nova Angola.

#### Deixar de lado o passado

O equívoco não poderia ser maior. Os moçambicanos estão bem conscientes da situação do país e aspiram a deixar o passado de lado e, o quanto antes, começar de novo. Mas não podem esquecer que, pela segunda vez em sua história, um projeto de nação foi metodicamente minado pelos europeus. No século XIX, o colonialismo europeu impossibilitou a consolidação de nações nativas, como a de Gaza. Na segunda metade desde século, após a independência de Portugal, em 1975, “a destruição de Moçambique (pela Renamo) foi o plano mais estudado e melhor executado na história da África nos últimos cem anos”, declara Carlos Cardoso, editor do boletim noticioso *MediaFax* e antigo diretor da Agência de Informações Moçambicana (AIM).

“Queremos agora a conciliação porque de fato haverá mais tempo de nos ocuparmos na resolução dos problemas do país – não queremos nos envolver em mesquinhas”, afirma o chefe do departamento de Relações Exteriores da Renamo, José de Castro.

#### O dia-a-dia

A paz veio a passos largos: os jornais (ou melhor: o jornal, *Notícias*) e a televisão chamavam a atenção sobre a primeira *quadra festiva* (festas de fim de ano) celebrada sem sobressaltos “em dezessete anos”.

Antes mesmo da chegada da força de paz da ONU, houve em ocasião do fim do ano verdadeiros congestionamentos

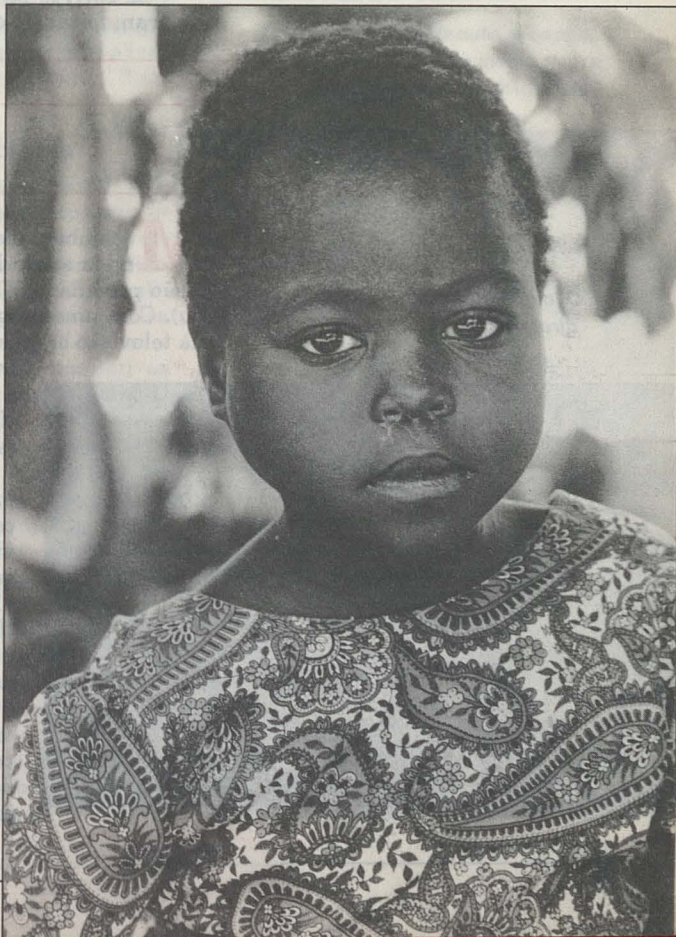
nas estradas – fato corriqueiro em outras partes, porém sem precedentes há muitos anos em Moçambique. Com as estradas praticamente livres de bandidos (guerrilheiros agora desocupados), foi possível o reencontro das famílias com os parentes do interior e os emigrados. E também voltou a possibilidade de visitar as belas praias do país. Por sua vez, milhares de moçambicanos que ganham a vida nas minas sul-africanas voltaram sem temor a Maputo, trazendo todo tipo de produtos que logo inundariam as esquinas da capital, vendidos por familiares camelôs.

Diariamente, uma centena de barulhentos moçambicanos aglomera-se, a partir das seis da manhã, na porta da embaixada da Suazilândia, o pequeno reino incrustado nas montanhas vizinhas. Para quê? Para pedir um visto de entrada, pois fazer as compras em Mbabane, a capital, revendendo tudo nos *dumba-nengue* da cidade – mercado geral e carro-chefe da economia informal – meio de sobrevivência de muitos moçambicanos. Sem qualquer tipo de controle fiscal (e se houver, resolve-se convenientemente), é possível comprar-se nestes mercadosatum tailandês por pouco mais de um dólar a lata, por exemplo.

No dia-a-dia de Maputo, as mudanças em relação à época de guerra são visíveis: os supermercados estatais da rede Interfranca (a concessão é dada a uma empresa portuguesa) estão repletos de mercadorias, todas importadas. É possível encontrar-se desde leite sul-africano a pastas italianas, não faltando nem mesmo uísque Glennfiddish. Uma loja de discos vende CD's de música “pop” internacional,



*Crianças: maiores vítimas da guerra, da seca e das doenças, estarão elas livres para crescer em paz?*





## ESPECIAL

### MOÇAMBIQUE



tocada em aparelhos japoneses de última geração. Reluzentes Nissan e BMW podem ser vistos em uma enferrujada balsa atravessando um rio, indo para a deliciosa praia de Macaneta.

Os *munhés* (indianos), expressando-se em excelente português (alguns já são nascidos lá), continuam a dominar o comércio varejista, das tradicionais *capulanas* (cangas) aos mercadinhos. Na verdade, a posição social dos indianos gera um certo incômodo para os moçambicanos. Levados pelos ingleses para a África do Sul, para funcionar como uma espécie de classe média, a sua ida para Moçambique foi favorecida pela proximidade geográfica e pelas afinidades ideológicas do regime de minoria branca sul-africano com a ditadura de Salazar em Portugal. Assim, antes da independência, os *munhés* passaram a se estabelecer em Moçambique, onde já controlavam o comércio varejista e desfrutavam de certos privilégios. Enquanto isso ocorria com eles, os moçambicanos negros mal podiam sair dos seus *caniços* – os bairros da periferia, cujas casas eram feitas de cana –, onde moravam

segregados pelo *apartheid* português. Tinham até mesmo receio de sentar-se nos bares, da “cidade de asfalto”, que era sinônimo de “cidade dos brancos”, um fato mais do que corriqueiro hoje em dia.

O falecido presidente Samora Machel dizia a *cadernos do terceiro mundo*, em 1978, que não acreditava que os indianos se transformassem numa burguesia mercantil pois “eles também eram discriminados”. De fato, atualmente encontram-se moçambicanos negros de estratos sociais mais favorecidos – geralmente funcionários do Estado – que desfrutam das mesmas benesses, ou até mais que os *munhés*. Hoje, sem dúvida, existe uma classe média negra, surgida com as novas condições criadas pela Frelimo, mesmo com as dificuldades impostas pela guerra e pela fragilidade econômica ao longo destes anos.

É comum ver filas nas grandes locadoras de vídeo que exibem em sua lista famosas novelas brasileiras como *Pantanal* e *Rainha da Sucata*, em versão integral com 52 fitas.

O jovem grupo de diretores da RTK



## A nova TV

Moçambique está prestes a colocar no ar sua primeira rede de televisão privada, a RTK (leia-se *RTKapa*). Com uma programação inspirada na televisão brasileira – a RTK deverá influenciar costumes e principalmente a língua portuguesa falada no país.

Nascida da única empresa moçambicana que monta televisores a cores e outros equipamentos eletrônicos, a Inca (Indústria Nacional de Ciência Aplicada), a RTK na verdade acabou sendo um empreendimento totalmente privado – de investimento inicial de US\$ 7 mi-

lhões – quase por acaso. Quando em 1990 o diretor-geral da Inca, Carlos Klint, propôs ao Estado uma associação com a finalidade de alargar a rede de teledifusão de Maputo às outras províncias, a RTP (Rádio e Televisão Portuguesa) entrou com 30 milhões de dólares e associou-se à então TV Experimental, a TV estatal.

“Optamos então por fazer uma televisão sozinhos”, diz Klint. Com um *know how* técnico razoável, ele e sua equipe foram buscar no Brasil metade de sua programação: negociam com a Globo uma possível colaboração, a Bandeirantes está oferecendo uma troca de *software* e a RBS (Rede Brasil Sul) complementa a formação técnica e jornalística, com a supervisão da TV Cultura de São Paulo e da Fundação Roquette Pinto.

O forte da nova televisão será o telejornalismo, em duas edições simila-



## ESPECIAL

### MOÇAMBIQUE

As novelas brasileiras, porém, não estão disponíveis apenas em vídeo: a ex-TVE (E de experimental, pois só funcionava quatro dias por semana), agora TVM, exibe com grande sucesso *Vale Tudo*, e recentemente, lançou os programas *O Céu é o Limite* e *Sábado*, calçado do insuportável Domingão do Faustão e apresentado por um brasileiro. Dentro em breve estréia a primeira TV privada do país, a RTK - *erretêkap* -, com capital totalmente nacional e 50% da programação brasileira. Até uma Xuxa pretinha está prevista para entrar no ar (ver box da RTK).

A Prefeitura de Maputo, apesar de desafiada pelas reclamações diárias na mídia, ainda não se decidiu a limpar as ruas da capital, alegando falta de recursos - o que ninguém acredita. Tampouco melhora o perigoso transporte de passageiros feito por kombis japonesas, lotadas como nossos *bateau-mouche*, os "chapa-500", que custam 500 meticais e a vida de muita gente. A construção do "33", moderno edifício de 33 andares e um dos poucos a serem erguidos em 17 anos de independência, ainda

não foi concluída, e para chegar-se ao teto demora-se dez minutos, mesmo com seis elevadores. A falta de luz ainda é crônica, sendo necessário possuir gerador.

É um dos absurdos da herança colonial: a energia produzida pela gigantesca hidrelétrica de Cahora-Bassa, sobre o rio Zambeze, na província central de Tete, vai abastecer primeiro a África do Sul e só depois retorna para Moçambique. Resultado: qualquer pique de consumo em Joanesburgo causa incessantes - e irritantes - quedas de tensão em Maputo. Construída com capitais lusos e sul-africanos antes da independência de Moçambique - e sistematicamente atacada pela Renamo -, Cahora Bassa nunca chegou a operar com mais de 10% de sua capacidade. Com a paz, já se trabalha na desminagem dos pontos por onde passavam as linhas e na recuperação das torres, de forma a permitir a plena utilização do potencial energético instalado. Trabalhando a plena capacidade, a hidrelétrica atenderá a todas as necessidades atuais do país e ainda exportará excedentes para a África do Sul, Zimbábue e Zâmbia.

#### Paz e chuva

"Paz é pão para a boca", avisava a revista *Tempo* em sua edição de ano novo. Em um país conhecido por índices sociais definhantes, a auto-suficiência alimentícia - existente até a guerra - é uma das prioridades do governo. Com as benevolentes chuvas e muitos camponeses - como os do Bairro Magude - voltando às terras de origem para fazer suas *machambas*, a esperança é de que em breve a oferta de alimentos aumente. Mas há que se avaliar os erros de anos de *aldeias comunais*, o sistema de produção coletivista implantado pela Frelimo logo após a independência. A guerra, a seca e a incompatibilidade com o sistema agrícola tradicional não permitiram às aldeias comunais funcionar a contento. O Ministério da Agricultura hoje em dia trabalha intensamente em diversos novos planos,

res ao formato da TV Manchete. E não faltarão as novelas brasileiras, entre elas "Os Imigrantes" e "Capitães de Areia", da Bandeirantes, e "Pantanal", da Manchete. "Falar-se de programação é falar de cultura", afirma o diretor Bento Massas. Bom para os (bons) grupos de teatro moçambicanos, pois caberá a eles estrelar a maioria das produções da teledramaturgia - já são 80 os artistas à espera do início das gravações.

Programas específicos para as comunidades locais também farão parte do dia-a-dia da RTK, transmitidos e dublados em *shangana* e *ronga*, as línguas locais do sul do país. "Vamos criar uma Xuxa nossa", avisa a simpática Suzana Rita, diretora de produção da nova rede. "Uma Xuxa pretinha de tranças!". Carlos Klint aspira a colocar o seu país dentro de um projeto de "divulgação cultural e social mais amplo". Feliz com a acolhida das televisões brasileiras, o jovem diretor-geral (não mais de 40 anos) promete grandes esforços para oferecer uma programação de qualidade e atenta às inovações técnicas.



Carlos Klint aspira a colocar o seu país dentro de um projeto de "divulgação cultural e social mais amplo". Feliz com a acolhida das televisões brasileiras, o jovem diretor-geral (não mais de 40 anos) promete grandes esforços para oferecer uma programação de qualidade e atenta às inovações técnicas.

Na cidade de Maputo, a capital, hoje mora a classe média negra, surgida após a independência





## ESPECIAL

### MOÇAMBIQUE



Após os sofrimentos da guerra, Alfredo Júlio Cossa cuida da família e de sua *machamba* — sem falar no passado



buscando adequar-se à nova realidade, mas não são apenas esses os problemas no setor agrário. Apesar de não existirem latifúndios privados e da terra estar ainda oficialmente sob jurisdição do Estado, pequenos conflitos ocorrem, como explica Roberto Uaene, da revista *Tempo*: "Tomemos como exemplo a província de Gaza (no sul do país); ali as pessoas construíam suas casas na própria *machamba*, ao longo do vale do rio Limpopo. Com as inundações (de anos atrás), foram removidas pelo governo para aldeias em zonas altas. Chegando a guerra na província, os camponeses foram novamente deslocados para zonas mais seguras (os centros de acomodação)."

Claro que a maioria preferiu refugiar-se na periferia das cidades, principalmente Maputo, que hoje abriga cerca de um milhão de pessoas mas só possui infra-estrutura para a metade. "As terras tradicionais, abandonadas e agora livres do perigo da guerra, foram vendidas nesse intervalo de tempo a uma *joint-venture* anglo-moçambicana (Lomaco), para a prospecção do subsolo, e hoje as pessoas não sabem se poderão voltar para a terra de seus bisavós."

Trata-se de um caso específico, mas com as facilidades que as mudanças econômicas têm aberto ao capital estrangeiro, muitos temem que o exemplo da Lomaco poderá se repetir. Existem, também, conflitos de interesses, por exemplo, quando duas famílias reclamam o direito ao mesmo pedaço de chão. "A saída tem sido a negociação", diz João Carrilho, da Comissão de Terra do Ministério da Agricultura e um dos maiores especialistas no assunto (ver quadro).

#### Os deslocados

O poder volta paulatinamente às mãos dos *régulos*, os líderes familiares e locais responsáveis pela estruturação da sociedade tradicional moçambicana. Um deles, Carlos Mathusse, oriun-

do da localidade de Nhongana e vivendo no Bairro Magude, em Maputo (os bairros de refugiados ou deslocados, como preferem, são homônimos da localidade de origem, no caso, uma cidade a 140 km ao norte da capital), está esperando a situação melhorar para voltar com a família. Sobre o acordo de paz, responde irônico do alto de sua cadeira (à exceção de sua esposa, os familiares sentam-se no chão ou em esteiras de palha — ele é obviamente o líder): "Ainda não estou bem confiante; quando houver serviço volto", afirma, em acelerado *shangana*, uma das sete principais línguas do país, predominante no sul. Enquanto isso, aproveita as férias de quatro meses dadas pelas minas sul-africanas nas quais ele trabalha desde 1968 em Randfontein e de onde envia mensalmente dinheiro e comida à família.

Outro deslocado, Alfredo Júlio Cossa, cria porcos e tem uma boa *machamba*, onde produz alface, couve, cebola e milho e ainda emprega outros trabalhadores; a produção é vendida a diversos *dumba-nengue* de Maputo e dá sustento à família. "Estamos aqui desde 30 de abril de 1989", lembra-se sua esposa, Benigna José Uindi Cumbi, enquanto oferece um copo de *chilalassana*, bebida fermentada de ananás com milho e açúcar. "Nós sofremos muito com a guerra. Morreu muita gente da família, no mato", completa Alfredo, sob aquiescência do vizinho Stefano Nhampule, servente em construção no subúrbio de Matola, e de Bernardo Umbisse, o *papá*, responsável por um *distrito* do bairro. Ninguém quer falar dos traumas do passado recente, quando ônibus escolares eram queimados, as filhas eram raptadas a fim de servirem de prostitutas aos soldados, e saqueava-se violentamente quem dispusesse de qualquer coisa comestível.

Nestes bairros de deslocados, ladrão que rouba pobre merece um castigo atroz: quando capturados, são linchados até a morte ou mais comumente envolvidos por um pneu ao qual atea-se fogo. Perto do Dia da Família (Natal), um deles foi torrado em plena esquina da Av. Eduardo Mondlane, a principal da capital moçambicana. Não importa se por uma bolsa ou uma galinha; o povo



## ESPECIAL

### MOÇAMBIQUE

faz justiça com as próprias mãos enquanto se forma a nova polícia, com quadros oriundos da Frelimo e da Renamo.

Os mais velhos estão voltando para o interior, mas a maioria dos jovens prefere ficar na cidade. E quais são as opções de trabalho? A economia ressurgiu, a inflação anual é de invejar (35% em 1992), mas o desemprego é crônico; não há praticamente produtos *made in Moçambique* à venda e o grosso das exportações limita-se a castanhas de caju e (deliciosos) camarões.

#### Um subsolo de riquezas

Como o país precisa desesperadamente de dinheiro vivo, as facilidades para o investimento de capital estrangeiro são de dar água na boca aos porta-vozes do livre mercado no Brasil. "Os incentivos vão desde a isenção de pagamento da taxa de contribuição industrial, de direitos aduaneiros (máquinas, equipamentos e matéria-prima), à transferência de lucros, etc. pelo prazo de cinco a dez anos para o capital estrangeiro", explica Américo Magaia, presidente da Câmara de Comércio de Moçambique.

O Ministério da Cooperação se esmera em ajudar os estrangeiros interessados em investir no país, tendo à frente um dos comandantes da guerra da independência, Jacinto Veloso. Existem numerosas organizações não-governamentais (ONGs) de todas partes do mundo, atuando na cooperação – mais de 20 só em Maputo – e está prevista a entrada de cerca de 750 milhões de dólares de ajuda internacional em 1993.

Além disso, há grandes investimentos relacionados à exploração das riquezas naturais do país. Um deles envolve o Brasil e a Cia. Vale do Rio Doce: o Projeto Moatize, que pretende explorar a maior reserva a céu aberto de carvão do país, e uma das maiores do mundo, orçada em quase um bilhão de dólares. A obra compreende a reabilitação do sistema ferroviário do Corredor da Beira, principal porto de escoamento da produção moçambicana e dos minérios do Zimbábue. "O carvão é de excelente qualidade e clientela não falta", lembra Magaia, citando o voraz apetite das siderúrgicas japonesas e a posição estra-

tégica de Moçambique em relação ao Oriente.

Até o presente momento não houve uma posição da estatal brasileira sobre a execução da obra no Vale de Moatize, que seria levada a cabo em consórcio com uma empresa sul-africana.

No centro-norte do país redescobrem-se jazidas minerais, como o ouro em Manica e na Zambézia – historicamente exploradas pelos reinos locais e pelos árabes, muito antes da chegada dos portugueses, que não conseguiram vencer a concorrência. Desta região e do atual Zimbábue provinha o metal que, segundo a lenda, aumentava as riquezas da Rainha de Sabá, isto é, poderiam ficar em Moçambique as míticas minas do rei Salomão.

Várias minas estão em processo de reativação, através de uma *joint-venture* do governo da Frelimo com a firma inglesa Lonrho.

Na costa também abundam o titânio (dois projetos estão em marcha com participação dos EUA, África do Sul e Irlanda) e o grafite, este na província de Cabo Delgado, onde uma mina de alta qualidade descoberta recentemente será explorada em *joint-venture* com irlandeses. Na província de Niassa foram encontradas quantidades importantes de quimberlito (a única rocha cortadora de diamante).

Na Zambézia, na localidade de Gilé, ocorre uma espécie de *Serra Pelada* das esmeraldas: o governo vem outorgando concessões mineiras aos garimpeiros, que foram oficializados para que paguem impostos e prestem contas, como diz o ministro dos Recursos Minerais, John Kachamila. O governo fornece a assistência técnica necessária e tentará dar instrumentos, para organizar a extração e evitar o crescente contrabando. Pretende-se também efetivar uma *joint-venture* com in-

Carlos Mathusse, antigo régulo, e sua família: a força da tradição africana vencendo ideologias à direita e à esquerda







Nos dumba-nengue, a vitalidade da economia informal

## Um pouco de história

**A** Frelimo – Frente de Libertação de Moçambique – foi fundada em 1962 por Eduardo Mondlane, o líder da luta contra o colonialismo português. Em 25 de junho de 1975, sob a presidência de Samora Machel, o país torna-se independente e inicia um regime de definição socialista que foi imediatamente minado pela guerrilha da Renamo, sustentada pela frica do Sul. Em 1986 morre Machel em dúvida acidente de avião, sendo substituído pelo chanceler Joaquim Chissano; o partido adota gradualmente a economia de mercado. Em 1990, Chissano anuncia uma nova Constituição, que consagra as mudanças e separa a Frelimo do Estado. A 4 de outubro de 1992 é assinado o Tratado de Paz com a Renamo, sob patrocínio da ONU e do governo italiano, em Roma. Atualmente os altos quadros da Renamo estão sendo alojados em Maputo, capital do país.

dianos e israelenses neste empreendimento.

A reorganização da economia não exige somente a revitalização do setor produtivo. É preciso ainda reformular o Estado moçambicano, que cresceu assustadoramente depois da independência. Isso não ocorreu tanto em função de uma opção ideológica da Frelimo, mas, principalmente, como consequência da saída intempestiva dos colonos portugueses, que controlavam todas as molas da economia moçambicana.

Hoje, quando se pergunta sobre a política de privatizações, a resposta é direta: "Tudo pode ser privatizado, exceto as Linhas Aéreas de Moçambique (LAM), as telecomunicações e o setor de energia", como diz Américo Magaia. Recentemente privatizou-se a Cifel, a única siderúrgica do país, para um consórcio luso-moçambicano, e a Enacomo, uma grande estatal de comércio internacional e distribuição de mercadorias: 30% do capital pertence aos quadros dirigentes e trabalhadores e os outros 70% ao Estado, que irá alienando sua quota – 20% já o foram em março último. As estatais Comtal e Umtal, de metal pesado e trens, respectivamente, também estão à venda. No setor da indústria química, a estatal Petromoc atualmente não mais detém o monopólio nos setores de refinamento e distri-



## ESPECIAL

### MOÇAMBIQUE

buição de gasolina: na capital já há postos de gasolina da inglesa British Petroleum, entre outras transnacionais.

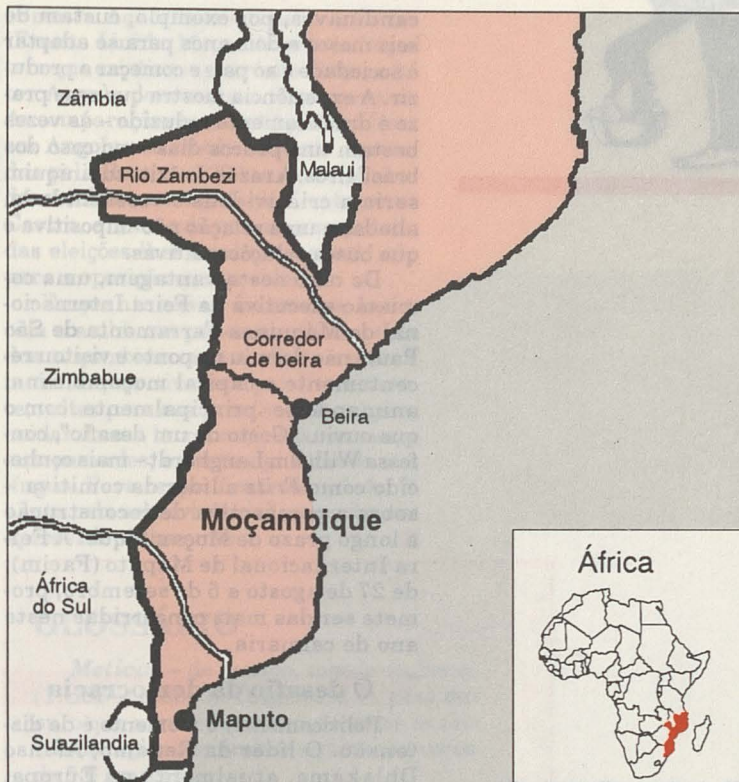
O impacto ambiental destes projetos mineiros sensibilizou o secretário de Meio Ambiente, Bernardo Ferraz: "O empresário pode ser instruído, tendo seus insumos condicionados ao respeito à preservação ambiental", afirma. Mas ele confessa que o país não tem padrões de medição da poluição industrial. "Necessitamos implementar um programa nacional de gestão ambiental e econômica", acrescenta. O uso indiscriminado de agrotóxicos, estimulado por algumas organizações estrangeiras que procuravam elevar a produtividade – sem levar em conta porém o conhecimento tradicional cujas técnicas atingem os mesmos objetivos –, é um dos problemas a serem enfrentados de forma urgente, via educação e com participação dos fiscais ambientais.

#### Formar quadros

A grande carência do país entretanto continua sendo de recursos humanos. Apesar dos avanços desde 1975, ainda há um longo caminho a se percorrer na formação de quadros. "Existe um grande abismo na classe trabalhadora moçambicana: temos altos quadros e a base dos trabalhadores sem nenhuma formação", assinala Américo Magaia.

Nas repartições públicas, onde se fala fluentemente o inglês, é comum encontrar *laptops* e *Macintosh*. A grande maioria do povo – mesmo aqueles que completaram o ensino primário – não possui trabalho fixo, vivendo *de bico*. Precisa-se com urgência de escolas de administração e gestão; escolas técnicas intermediárias tipo Senai (para seralheiros, eletricitas, soldados...) e de artes e ofícios (carpinteiros, pintores), em particular nas zonas rurais, que já estão recebendo em massa seus antigos moradores, ex-refugiados internos e externos.

Os moçambicanos têm esperanças de contar com ajuda do Brasil tanto na formação de quadros quanto na reorganização da economia. Magaia enumera as vantagens para o empresariado brasileiro: mesma língua, clima parecido, alguns produtos agrícolas similares e tecnologia brasileira facilmente adaptável. Talvez o fator relações humanas seja o principal, pois é sabido que os es-



**Praia da Macaneta,**  
uma das várias opções  
sub-exploradas pela  
indústria do turismo





## ESPECIAL

### MOÇAMBIQUE



No teatro, o dia-a-dia do pós-guerra retratado com humor e irreverência em "A Masava"



candinavos, por exemplo, custam de seis meses a dois anos para se adaptar à sociedade e ao país e começar a produzir. A experiência mostra que esse prazo é drasticamente reduzido – às vezes bastam uns poucos dias – no caso dos brasileiros. A razão do êxito tupiniquim seria a criatividade e versatilidade, aliadas a uma relação não-impositiva e que busca soluções nativas.

De olho nesta vantagem, uma comissão executiva da Feira Internacional de Máquinas-Ferramenta de São Paulo não dormiu no ponto e visitou recentemente a capital moçambicana, animando-se principalmente com o que ouviu. "Gosto de um desafio", confessa Wilhelm Langhardt – mais conhecido como Fritz e líder da comitiva – sobre a perspectiva de reconstrução a longo prazo de Moçambique. A Feira Internacional de Maputo (Facim), de 27 de agosto a 5 de setembro, promete ser das mais concorridas neste ano de calmaria.

#### O desafio da democracia

Politicamente, o momento é de tensão. O líder da Renamo, Afonso Dhlakama, atualmente na Europa, ainda não se instalou em Maputo com a corte – consta do 3º Protocolo do Tratado de Paz que o governo facilitaria o

alojamento dos altos quadros –, apesar de já existirem casas à disposição; diz-se que o fará em maio. Enquanto isso, pipocam os boatos sobre casos de corrupção governamental, mas ainda nenhuma denúncia pública foi realizada. "Não se denuncia porque os denunciantes também estão envolvidos", fuzila o irrequieto jornalista Carlos Cardoso.

Por sua vez, José de Castro, chefe do Departamento de Relações Exteriores da Renamo, critica a morosidade na entrega das seis moradias destinadas à cúpula renamista, atrasando o cronograma geral acertado com mediação da ONU. "Não somos estrangeiros; somos filhos da terra", reclama. A morosidade do processo, a bem da verdade, ocorre em toda parte: a Renamo sequer apresentou um plano econômico ao país, precisando apenas que "está sendo elaborado em Lisboa", segundo seu porta-voz.

O problema da moradia é mais complexo do que aparenta. Até a independência em 1975, não se aceitava trazer negros para dentro das casas. "Para sujar tudo com seus fogões de carvão, prefiro deixar sem arrendar", dizia-se. Quando a Frelimo assumiu o poder, promoveu uma reforma urbana que basicamente consistiu a chamada *nacionalização* das propriedades abandonadas pelos portugueses. Isto gerou conflitos até os dias de hoje: "A nacionalização ocorreu em um discurso popular", com o intuito de atacar de frente uma questão mais ampla, o racismo, "porém nunca foi efetivada juridicamente; com isso portugueses tomam a nacionalidade moçambicana e pedem a casa de volta", explica Orlando Dias, membro do Conselho Nacional Permanente do Monamo, um dos novos partidos de oposição.

Ocorre então uma verdadeira briga de foice nos bastidores da Prefeitura de Maputo, pois todos querem casas no agradável bairro de Sommerschild, sede dos diplomatas e das organizações estrangeiras. "Tais problemas seriam



## ESPECIAL

### MOÇAMBIQUE

menos evidentes se o governo funcionasse como governo de co-gestão pura e simplesmente", analisa Dias, referindo-se à necessidade da Renamo assumir parte da responsabilidade pelos rumos do país daqui em diante. Mas o porta-voz renamista rebate com veemência: "Não gostaríamos de partilhar o governo neste momento; não queremos ter responsabilidades."

Enquanto isso, as bases da Renamo se instalam na capital e nela circulam com certa desenvoltura. Uma das interpretações dadas ao fato de não terem sido hostilizados pela população é que, apesar de seus métodos extremamente violentos, a Renamo teve a esperteza de respeitar as estruturas hierárquicas tradicionais. Desta maneira, obteve o controle de boa parte da zona rural do país, com a cumplicidade ou pelo menos a benevolência de determinados setores da população, notadamente os camponeses.

Nesse contexto de grandes mudanças, as autocriticas dentro do governo são constantes. Ao participar de um seminário sobre Ciências Sociais, em Maputo, o ministro da Cultura, M. Katupha, foi logo avisando: "Hoje não vou bater muito na Frelimo" (o seu partido), sob gargalhadas gerais da platéia, majoritariamente acadêmica. "A investigação (pesquisa) de vertente *frelimista*, de orientação marxista-leninista até a primeira década (1985), se caracteriza por ser implicativa, mobilizadora e não raras vezes imediatista, monopolista em seu método de análise dos fatos", avalia, sob aquiescência dos ouvintes.

Com as eleições marcadas para depois da formação do Exército Nacional bipartite (Frelimo e Renamo) – processo a cargo de Portugal, Inglaterra e França –, há os que lutam contra o tempo, como os renamistas. Eles desejam realizar o pleito o quanto antes – entre o aniversário da assinatura do Tratado de Paz, 4 de outubro, a "no máximo até o final do ano". Para os novos partidos, é claro que quanto mais tarde melhor. "O povo precisa estar consciente", diz a Monamo, um dos partidos surgidos após a reforma constitucional. Para eles, dois anos seria o prazo ideal para dar tempo à oposição de se organizar, em ampla coligação unindo o PCN (Partido da Convenção Nacional), o FAP

(Frente Ação Patriótica) e o Fumo (Frente Unida Moçambicana). "Aqui tem que existir uma terceira força; o fator Angola demonstrou isso", conclui. As comparações com a atitude da Unita em Angola são imediatamente rejeitadas pela Renamo: "Estamos empenhados resolutamente pela paz", categoriza Castro, afirmando que se o resultado das eleições lhes for desfavorável, irão para a oposição sem problemas.

Enquanto essas discussões aquecem o ambiente político, grande parte dos moçambicanos está alheia a elas. A maioria quer viver em paz literalmente, voltar para sua província de origem, cuidar da sua terra, como o faziam seus antepassados, e continuar falando sua língua. Para os que ficam na cidade, "é a luta pela sobrevivência", como diz um apressado transeunte.



## GLOSSÁRIO

**Metical** – de *matica*, moeda nacional (1 US\$ – M3300). Originário do peso em ouro que servia de transação entre os reinos da região e os árabes; equivalia à cerca de 5,6 gramas.

**Capulana** – canga muito usada pelas mulheres moçambicanas, tanto para o vestir (da cintura para baixo), como para levar seus filhos, geralmente amarrados nas costas. Custam em média US\$ 3. As estampas são produzidas por uma fábrica em Matola, subúrbio de Maputo, que não consegue suprir a demanda; importam-se cortes do Paquistão, do Zimbábue e da Índia, estas sendo de melhor qualidade e por conseguinte mais caras – até US\$ 8.

**Munhé** – termo pejorativo dado aos indianos – em sua maioria da etnia tamil, muitos deles muçulmanos. Dominam comercialmente toda a região de Maputo a Durban (África do Sul), onde 75% da população é *munhé*.

**Shangana** – dialeto da língua Xitsonga (ou Tsonga), falada por 32% dos maputenses e 12,4% dos moçambicanos. Aparentado ao Xironga (ou Ronga), também falado no sul do país, e ainda ao Siswati da Suazilândia e ao Zulu sul-africano, é um dos sete principais idiomas do país. No norte predomina o Emackuwa (ou Makua), falado por 27,8% da população. É a língua materna da maioria dos renamistas.





## A difícil questão da terra



Voltar para as terras de origem envolve dúvidas, negociações e esperança nas chuvas.

**P**ara se falar da questão do uso da terra em Moçambique é preciso explicar os padrões de ocupação antes, durante e depois da independência, em 1975. Há um padrão comum em todas as fases: por um lado o sistema gerido pela lei formal, pelas leis do Estado colonial primeiro, pelas da República Popular de Moçambique, depois, e agora pelas da República de Moçambique, coexistindo com normas e regras tradicionais de uso da terra. Ainda hoje existem choques entre estas maneiras de se gerir a terra, pois ambas as normas são comumente usadas para se obter privilégios ou a posse da mesma.

O fato do Estado desconhecer o sistema tradicional e de impor suas leis – “a terra pertence a quem a trabalha por um período superior a dois anos” – não ajudou a defender os interesses dos camponeses. As pressões externas fazem-se sentir: privilegia-se por vezes a monocultura de exportação, nem sempre se respeitando as lideranças locais para uma negociação – desnecessária perante a lei. Há dispositivos na lei que obrigam, porém, as entidades que distribuem a terra a fazer contato com o local, podendo ser apenas uma tomada de informações, não necessariamente uma negociação. Por exemplo, um empresário que queira iniciar-se ou expandir seu negócio de exportação de fibra de algodão deve ir ao local para saber se a terra está disponível ou não. Pela lei, ela só é passível de ser entregue depois de ser verificado que mais ninguém está ocupando aquela terra e que não há nenhum outro interesse que contrarie o pedido naquele momento.

“O normal (quando há conflitos de interesses) é que haja uma negociação, alianças entre o empreendedor e os ocupantes da terra pretendida”, afirma João Carrilho, presidente da Comissão *ad hoc* da Terra do Ministério da Agricultura. “Um ocupador de terra do limiar do século XXI evita comportar-se



## ESPECIAL

### MOÇAMBIQUE

como um conquistador espanhol – precisa aliar-se com as pessoas da terra”, acrescenta.

Milhares de moçambicanos foram obrigados a fugir de suas terras tradicionais por motivos de segurança; isto gerou um enorme desequilíbrio social, engrossando os bairros de deslocados nos subúrbios das cidades. Com o processo de paz, é comum que muitas destas famílias queiram obter informações sobre o estado de sua terra. Segue-se então um processo de negociação, caso o local já esteja sendo ocupado por outra família – que por sua vez também abandonou sua própria terra.

Nem tudo são flores, porém, como exemplifica Carrilho: “Há casos em que populações locais emprestaram suas terras a deslocados e estão correndo o risco de perdê-las. E, para isso, vão às instituições do Estado para recorrer ao uso daquela terra”. Perguntado sobre um possível recadastramento geral das terras e de seus proprietários, ele diz que existem condições para que estes resultados sejam obtidos sem tal censo, que em geral se provou ineficiente na África como um todo. “Primeiro, há que se dar um sentido ao título de posse da terra; segundo, tem que se dar um grau de certeza razoável de que deste registro vai resultar uma melhoria da agricultura”, diz Carrilho. Nas zonas chamadas verdes o registro sistemático já está sendo feito.

Em Moçambique pensa-se em dividir a terra em quatro grandes tipos: 1) próxima às cidades, com problemas de ocupação e acesso; 2) rurais, pouco ocupadas e oferecendo certa margem de manobra; 3) as reservadas para fins ecológicos; e 4) as que nunca foram ocupadas, por estarem longe dos mercados, entre outros motivos – e onde se pretende instalar grandes empreendimentos.

Os planos do governo também incluem outras alternativas: “Já que a segurança alimentar das pessoas depende fortemente do seu acesso à terra e sendo a fome um problema crítico no país, possibilitar-se-ia o acesso à terra aos agricultores”, assinala Carrilho. Daí o reconhecimento cada vez maior entre as autoridades de que estes problemas devem ser resolvidos a nível local.

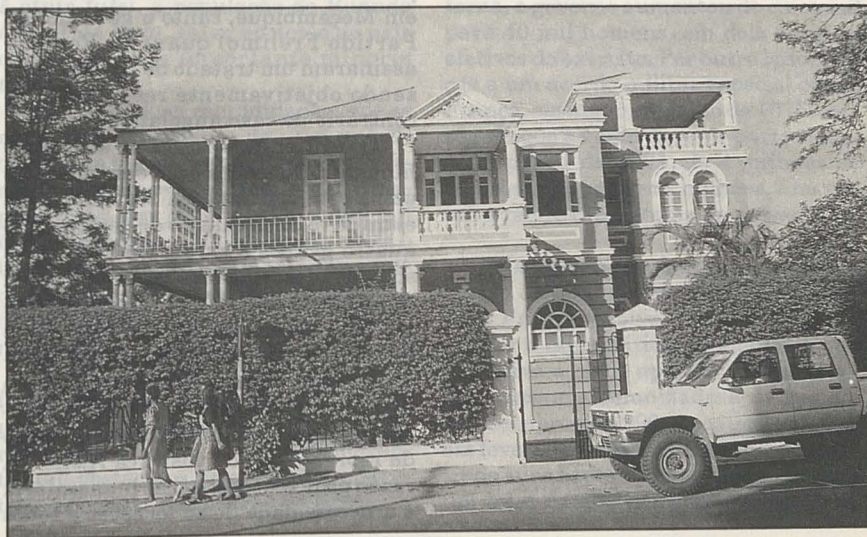
Nas cidades, Maputo em especial, o problema é diferente. As leis dizem que toda a terra pertence ao Estado, que ge-

rencia o seu uso. Durante o processo de independência, falou-se que Moçambique havia nacionalizado a terra, mas na verdade o fez formalmente, apenas com os prédios de rendimento, não com as unidades de uso habitacional. Em 1975, pedia-se uma casa e o governo dava uma casa, com usucapião de 10 a 15 anos. Algumas foram abandonadas, o que gera um problema legal no caso da reintegração de posse.

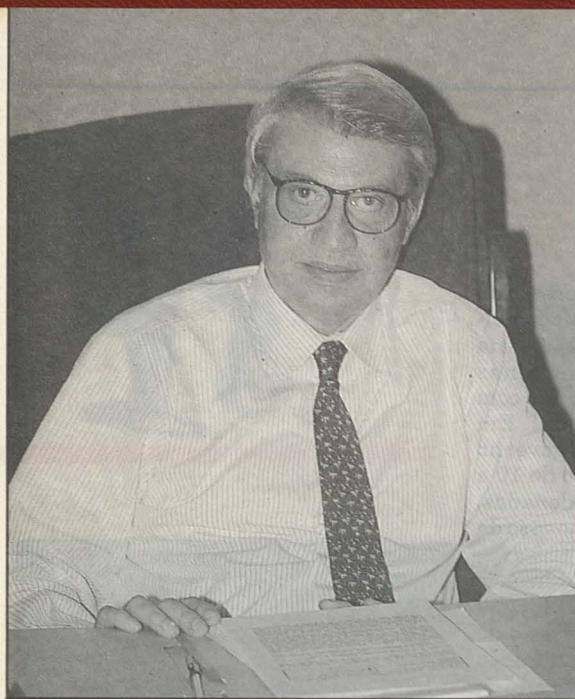
Por outro lado, é comum o Judiciário dar duas sentenças diferentes para casos semelhantes – não há tradição de jurisprudência que facilite a aplicação gradual da lei. Atualmente é permitida a compra de uma casa, com prazo de 25 anos e preço muito facilitado. Mesmo assim, a falta de regulamentação é gritante. Casos como a invasão da residência do embaixador brasileiro por uma retroescavadeira podem acontecer a qualquer momento, até mesmo com moçambicanos.

Atualmente o Direito de Habitação está sendo posto em questão. E falta uma associação de moradores que possa se organizar para defender seus direitos, comenta-se em Maputo. Como em muitos países ex-socialistas, há um fortíssimo mercado livre de compra e venda de habitações em Maputo. Enquanto não se tomam resoluções a nível governamental, a população adianta-se, negociando da maneira que lhe é possível – US\$ 100 por um terreno de 260 m<sup>2</sup> no subúrbio da capital. ■

**Em Maputo, a excessiva demanda por casas em bairros nobres é fonte de acirradas disputas entre diplomatas, novos moçambicanos e renamistas.**







**Aldo Ajello, representante especial da ONU, enfrentando os atrasos no cronograma geral**

## ESPECIAL

MOÇAMBIQUE

# O papel da ONU

**D**esde meados de fevereiro a Organização das Nações Unidas (ONU) vem desembarcando um expressivo contingente de capacetes azuis em território moçambicano, dividido em cinco batalhões de

infantaria, totalizando 4250 militares armados (1250 de reserva) e ainda quatro batalhões de apoio. Em entrevista a **cadernos do terceiro mundo**, o representante especial do secretário-geral das Nações Unidas, Aldo Ajello, explicou como será feita esta que pretende ser a mais organizada operação da entidade.

"É um exagero se falar em 7500 soldados da ONU em Moçambique", afirma, em alusão às especulações da imprensa. "Serão cinco batalhões de 850 soldados cada, mais um batalhão logístico, um de engenharia militar, um médico, um aéreo e 350 observadores militares desarmados", explica Ajello, que também é deputado pelo Partido Socialista Italiano. Ele não vê semelhanças com as últimas intervenções da ONU (Angola, Somália): "Na Somália não há governo, e é uma ação primordialmente norte-americana; em Moçambique, tanto o governo (do Partido Frelimo) quanto a Renamo assinaram um tratado de paz que vem sendo objetivamente respeitado, ao contrário do caso angolano."

O caráter da operação é sobretudo humanitário, pois a ação dos capacetes azuis está centrada na segurança das estradas e da circulação de pessoas. São quatro grupos a serem socorridos: os soldados desarmados – cerca de 110 mil de ambas as partes –, os refugiados (entre 1,4 e 1,8 milhão, em sua maioria no Zimbábue e Zâmbia), os refugiados internos (entre províncias) e a população local. "Ninguém está cuidando da segurança já que o exército está em processo de reorganização", justifica Ajello. "A razão principal desta ação humanitária é a necessidade de se fornecer a todos

estes quatro grupos a mesma assistência: isto evitaria conflitos internos futuros."

Com duração programada de um ano e execução de três fases simultaneamente – militar, política e humanitária –, Aldo Ajello confirma que a quarta fase, o processo eleitoral, e a subsequente vinda de comissões observadoras, só será iniciada com o desarme total dos bandos paramilitares, de acordo com o Tratado de Paz. "Devo admitir que há atrasos, mas a explicação é a mesma de sempre: as Nações Unidas estão envolvidas em mais de trinta missões de paz em diferentes partes do mundo. Os atrasos na implementação dos acordos levaram a ONU a adiar as eleições para junho de 1994.

Todo o contingente das Nações Unidas já está a postos – inclusive 20 observadores militares brasileiros (15 oficiais do exército e 5 do corpo de fuzileiros navais) – chefiado pelo general Lélío Gonçalves Rodrigues da Silva, de 57 anos, escolhido pelas vantagens do idioma comum e pelo antecedente muito bem-sucedido da primeira missão brasileira em Angola, chefiada pelo general Pericles Ferreira Gomes. Tendo anteriormente assumido o comando da III Divisão do Exército, com sede em Santa Maria (RS), o general Gonçalves tem sob seu comando 7500 militares de 21 nacionalidades, atuando sempre em conjunto com o governo e a Renamo.

A falta de informações criou algumas dificuldades. Deputados participantes da 5ª Assembléia da República, finda em dezembro último, manifestavam sua preocupação com o possível desvio de verbas da comunidade internacional – cerca de US\$ 750 milhões em 1993 – para as forças da ONU. "Isso demonstra um grande desconhecimento do assunto", critica Ajello. "Nosso orçamento foi votado e aprovado pelo Conselho de Segurança da ONU."





Soldados vigiam prisioneiros ugandenses após mais uma ofensiva da guerrilha

## Na mira da França

*Disfarçada de roupagens humanitárias, a presença de tropas francesas no país responde a objetivos geopolíticos*

### Edouard Bailby

**P**equeno país de 26.400 km<sup>2</sup> e 7 milhões de habitantes, no coração da África, Ruanda obtém do café 80% da sua receita em divisas. Além de ter uma economia baseada na agricultura, o que limita suas possibilidades de exportação para as nações industrializadas, o porto mais próximo fica a 2000 km de distância.

No entanto, a sua posição estratégica entre Uganda, Zaire, Burundi e a Tanzânia é de vital interesse para a França. Se não fosse assim, a presença de 600 militares franceses em Kigali, capital de 180.000 habitantes, não se justificaria. Oficialmente, eles estão lá para proteger a vida e os bens dos 400 compatriotas estabelecidos em Ruanda. Mas, antiga potência colonial, a França tem sobretudo preocupações de ordem geopolítica.

Ao contrário de Burundi, país vizinho de 27.834 km<sup>2</sup> cujos 5 milhões de habitantes pertencem em sua maioria à etnia *tutsi*, a população de Ruanda é da etnia *hutu*, salvo no norte do país onde vive uma importante minoria *tutsi*.

Entre as duas comunidades, que se acusam mutuamente de uma querer dominar a outra, os conflitos sempre foram sangrentos. Desde a independência, em 1962, de 200 a 600 mil *tutsis* — ninguém sabe o número exato — tiveram de se refugiar no exterior, especialmente em Uganda cujo atual presidente é de origem *banyanchole*, uma etnia próxima dos *tutsis*.

Apesar de vários acordos, esses refugiados nunca conseguiram voltar para sua terra natal. Os poucos que foram bem-sucedidos tiveram de enfrentar mil obstáculos físicos e administrativos por parte do governo de Kigali.

**Regime ditatorial** — Em julho de 1973 o atual presidente de Ruanda, Juvenal Habyarimana, se instalou no poder através de um golpe de estado. Estabelecendo um regime ditatorial, mandou prender os seus principais adversários, criou um partido único, chamado Movimento Republicano Nacional pela Democracia e o Desenvolvimento (MRNDD), e afastou dos cargos públicos os ruandeses da etnia *tutsi*.

Nos últimos anos, a situação econômica se agravou, apesar de uma taxa anual de crescimento que chegou a cinco por cento nos anos 70. Com 50% de analfabetos (taxa que atinge 61% entre as mulheres), uma expectativa de vida de 49 anos, um médico para 29.400 habitantes e um leito hospitalar para 628 doentes, Ruanda continua sendo um dos países menos desenvolvidos da África.

Além de conflitos tradicionais com o Burundi por razões étnicas, o regime do presidente Habyarimana teve de enfrentar, a partir de outubro de 1990, um poderoso movimento armado.

Procedentes de Uganda os rebeldes da Frente Patriótica Ruandesa (FPR) invadiram o norte do país. *Tutsis* em sua maioria, encontraram inicialmente o apoio das populações locais. A invasão coincidiu com um drástico programa econômico, posto em prática com o aval do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), agravando o desemprego e empobrecendo ainda mais o meio rural.

Para tentar controlar a situação interna, o governo aumentou de cinco mil para 40 mil homens, em dois anos, os efetivos do exército. Por outro lado, graças a um acordo militar especial com a França, assinado em julho de 1975, conseguiu que a ajuda daquele país passasse, a partir de 1991, de 4 milhões de francos por ano para 7 milhões, com vistas a reforçar o sistema de defesa.

**A intervenção francesa** — Com o perigo de uma guerra civil generalizada, a França resolveu intervir no plano militar e diplomático, recebendo a sua iniciativa o pleno apoio da Bélgica, antiga potência colonizadora da região. Em outubro de 1990 e, posteriormente, em fevereiro de 1992, ela mandou a partir de suas bases no continente africano um total de 300 homens a pretexto de



## ÁFRICA



De geografia bucólica, com extensas culturas e florestas, Ruanda é chamado o "país das mil colinas". Essencialmente agrícola, seus habitantes vivem em sua maioria em pequenas aldeias, conservando os seus costumes ancestrais e praticando religiões animistas. Apenas 20% dos habitantes são católicos e 10% protestantes, com um por cento de muçulmanos. Apesar da densidade demográfica elevada, Ruanda tem riquezas agrícolas suficientes para que seus sete milhões de habitantes vivam decentemente.

proteger seus cidadãos. Além disso, um destacamento de assistência operacional (DAO) foi encarregado da instrução "técnica" do exército ruandês.

Mais recentemente, em 20 de fevereiro de 1993, mandou mais de 300 homens, que foram autorizados a deixar os seus acampamentos em Kigali só em caso de graves distúrbios ameaçando a vida dos europeus no interior do país.

Na realidade, a presença militar francesa em Ruanda não é passiva apenas. Já em novembro de 1990 um agente do serviço de contra-espionagem da França deteve com os foguetes do seu helicóptero o avanço de uma coluna de rebeldes que se aproximava da capital. No ano passado, um oficial francês, o tenente-coronel Challet, segundo o jornal *Libération*, dirigiu do ponto de vista "operacional" o exército ruandês. Hoje, as autoridades francesas admitem que o corpo expedicionário está "muito perto das zonas de combate", acrescentando porém que não tem intervindo diretamente.

No plano diplomático, as pressões da França obrigaram o presidente Habyarimana a aceitar o fim do partido único em junho de 1991. Depois de muita resistência de sua parte, acabou chamando para o cargo de primeiro-ministro Dismas Nsengiyaremye, um dos dirigentes do Movimento Democrático Republicano (MDR), principal partido de oposição. Nomeado em abril de 1992, este formou um

governo provisório do qual participam o MRNDD e as forças democráticas contrárias ao chefe de Estado.

Entre Habyarimana e Nsengiyaremye, porém, as relações não têm sido fáceis. Afirmando que foi "a pedido do governo e da presidência da República", em Kigali, que a França enviou pela terceira vez um contingente de 300 militares em fevereiro passado, o primeiro-ministro reconheceu que essa decisão foi "uma prova de fraqueza". E acrescentou: "Foi sobretudo uma prova de fraqueza do regime de Habyarimana que não tem sido capaz, mais de 30 anos depois da independência, de defender as nossas fronteiras."

**Disputas étnicas** — O governo francês considera por sua parte que os rebeldes da Frente Patriótica Ruandesa (FPR) não teriam conseguido invadir a região setentrional não fosse a ajuda de Uganda. Mas, como diz Justin Mugenzi, presidente do Partido Liberal (PL): "Ninguém pode negar que o grande mal que corrói o nosso país é a gangrena étnica". Em outras palavras, o movimento armado contra o regime do presidente Habyarimana não teria êxito se não houvesse internamente um clima favorável ao domínio da maioria *hutu* em detrimento da minoria *tutsi*.

O sistema de quotas em função da raça, válido para as escolas, hospitais e a

administração pública, criou uma espécie de *apartheid* à maneira sul-africana. Vale acrescentar que os próprios documentos de identidade especificam a origem étnica de cada cidadão ruandês.

No entanto, dentro do espírito do multipartidarismo, o governo do presidente Habyarimana abriu negociações com a FPR. Em julho de 1992, foi assinado em Arusha, na Tanzânia, um acordo sobre o cessar-fogo que infelizmente não foi respeitado. No mês seguinte, houve novo acordo sobre a definição do futuro Estado democrático.

Por fim, em outubro do mesmo ano ambas as partes concordaram em estabelecer um acordo de paz definitivo. Os dois problemas essenciais se referem à participação dos rebeldes da FPR no governo e a sua integração ao exército nacional. Só depois poderão ser organizadas eleições, sob o controle de observadores internacionais e com a ajuda financeira da ONU.

**O drama dos refugiados** — Daqui até lá, a situação interna de Ruanda continuará sendo extremamente frágil. Além da grave crise econômica, o atual governo tem de enfrentar dois problemas perigosos: a proliferação de armas e a volta dos refugiados, cujo número aumentou de repente, em fevereiro deste ano, com a nova ofensiva da FPR. No dia 22 de fevereiro, Walter Stocker, chefe da delegação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (Genebra) calculava em "mais de 900 mil" o número de pessoas afetadas pela guerra.

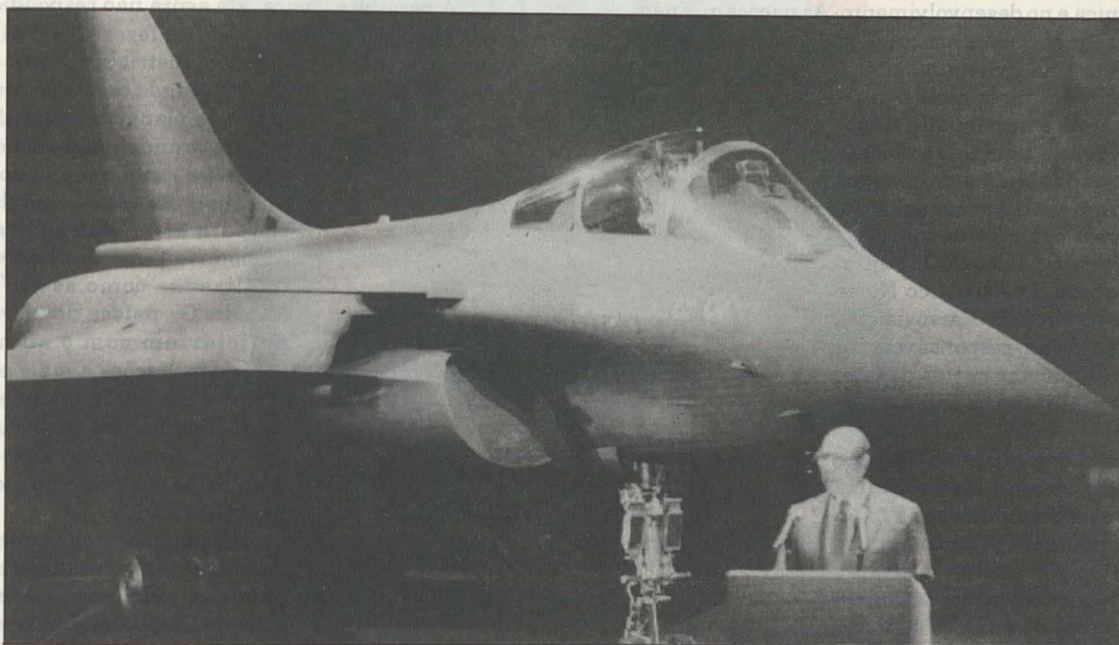
Levando em consideração o fato de que o presidente Habyarimana está no poder desde 1973, fica evidenciado que tanto o governo de direita do ex-presidente Giscard d'Estaing, como o governo socialista do presidente François Mitterrand — este eleito em maio de 1981 — tiveram como objetivo principal de sua política a defesa dos interesses franceses no Ruanda.

Hoje, a França pretende demonstrar ao resto do mundo que o continente africano ao sul do Saara pertence à sua zona de influência, tal como a América Latina, na visão dos dirigentes norte-americanos, tem de permanecer na sua órbita. As inúmeras profissões de fé sobre os direitos humanos e as liberdades democráticas não escondem a dura realidade das necessidades geoestratégicas.



# O dinheiro das armas

*Criar um fundo global de 400 bilhões de dólares destinado ao combate à pobreza e integrado com parte do dinheiro da corrida armamentista é uma das tarefas do mundo pós-Guerra Fria*



Lançamento de um novo modelo de avião: a corrida armamentista ainda consome bilhões de dólares

**Robert J. Schwartz\***

**E**m 15 de junho de 1947, depois de receber o título de doutor honoris causa da Universidade de Harvard, o então secretário de Estado, general George C. Marshall, pronunciou um discurso de 13 minutos no qual explicou o programa de assistência estrangeira, que se chamaria pouco depois Plano Marshall, para ajudar a recuperação da Europa, devastada pela Segunda Guerra Mundial.

“É lógico – disse Marshall – que os Estados Unidos façam todo o possível para que a economia mundial volte à normalidade, já que sem isso não pode haver estabilidade política, nem se pode assegurar a paz. Nossa política não está dirigida contra nenhum país ou doutrina mas contra a fome, a pobreza, o desespero e o caos.”

O general Omar N. Bradley, que havia sido o chefe de mais de um milhão de soldados norte-americanos na Europa durante a Segunda Guerra Mundial, deu uma

declaração parecida: “Os inimigos mais perigosos da democracia não são os conspiradores clandestinos mas o desemprego, a fome, a falência.”

Como funcionário do Ministério do Tesouro, participei pessoalmente no planejamento e execução do Plano Marshall. Agora gostaria de propor um Plano Marshall Global, que vinculasse a cooperação para o desenvolvimento e o desarmamento.

Em uma sessão especial, as nações que integram a Assembléia Geral da ONU deveriam considerar planos para o desarmamento mundial e o desenvolvimento econômico que incluam propostas concretas para o Banco Mundial, o FMI e as diversas instituições regionais vinculadas ao tema.

Esse programa mundial deve ser implementado porque a África e o restante do mundo têm necessidades tão essenciais quanto as da Europa do Les-



te talvez ainda mais difíceis de satisfazer. A situação atual é diferente da de 1947, já que não existe mais um conflito entre superpotências e se poderia contar com um consórcio de países doadores e não com um só país, como aconteceu no pós-guerra.

A condição *sine qua non* é que tanto os países receptores como os doadores utilizem uma importante parcela do que destinavam a gastos militares na reconstrução econômica e no desenvolvimento. As nações que não participassem deveriam ser condenadas ao ostracismo no comércio e finanças mundiais.

Os gastos militares reais aumentaram mais do dobro desde 1965 e atualmente totalizam mais de um trilhão de dólares em todo mundo. Muitos destes gastos cresceram vertiginosamente devido à corrida armamentista desencadeada entre os países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e os do Pacto de Varsóvia que, em conjunto, foram responsáveis por cerca de três quartas partes do total de despesas militares mundiais nesse período.

A maioria dos países do Terceiro Mundo e do Oriente Médio utiliza um elevado percentual de seu Produto Interno Bruto (PIB) na compra de armamentos. Os gastos militares desses países estão muito acima da média mundial de 4,5% do PIB, razão pela qual seu potencial de redução de tais gastos é grande.

Tanto o Banco Mundial como o FMI têm manifestado reiteradamente sua preocupação pelo alto nível dos gastos militares em muitos países do mundo. Michel Camdessus, diretor geral do FMI, disse em um recente discurso na Universidade de Georgetown, em Washington: "É nos gastos militares onde agora se podem fazer economias substanciais. As tensões internacionais estão diminuindo e isso deveria permitir profundos cortes, talvez pela primeira vez em mais de meio século, nos gastos com armamentos."

"A média de gastos militares em todo o mundo é, sem dúvida, demasiadamente alta. Se as nações cujos orçamentos militares são inusualmente elevados os reduzirem ao nível da média mundial, poderiam, depois de descontados os custos iniciais da redistribuição de recursos, liberar algo em torno de 140 bilhões de dólares por ano para outras finalidades", assinalou Camdessus.

O Plano Marshall e as somas concedidas em empréstimos e doações do pós-guerra totalizaram 82 bilhões de dólares entre os anos de 1948 e 1951. Essa

quantia equivalia em fins de 1992 a 464 bilhões de dólares. Um consórcio integrado pelos países desenvolvidos e os membros da Organização de Países Exportadores de Petróleo (Opep) que usasse para programas de cooperação uma parte dos fundos até agora utilizados em gastos militares poderia hoje superar várias vezes a ajuda que os Estados Unidos prestaram à Europa depois da Segunda Guerra Mundial.

A pergunta básica, até agora não respondida e poucas vezes feita é: que devemos fazer? Na realidade, os países doadores não podem distribuir — nem os receptores absorver — ajuda em grande escala se previamente não se planeja a sua utilização.

Um grande programa de desarmamento junto com um novo Plano Marshall em escala mundial serviria para estimular e fortalecer as economias tanto das nações industrializadas como as do Terceiro Mundo. Os países doadores se beneficiariam com o aumento de suas exportações a mais prósperos sócios comerciais e aumentariam as oportunidades para os investimentos, tão importantes nestes tempos de desemprego e de recursos inutilizados.

Há uma crescente necessidade de enfrentar a contaminação e os danos ao ambiente, assim como a pobreza. Também é imprescindível pôr fim às guerras de aniquilação mútua entre os povos e aos conflitos étnicos e fronteiriços. Além disso, o problema dos refugiados, já de alcance mundial, piorará ainda mais se não melhorarem as condições de vida nos países de onde estes provêm. Devemos impedir que o mundo continue no caminho de sua

autodestruição.

Outro general norte-americano, Dwight D. Eisenhower, em um discurso pronunciado em 16 de abril de 1953 na Sociedade Norte-Americana de Editores de Jornais, advertiu: "Cada canhão que se constrói, cada navio de guerra que se lança ao mar, cada foguete que se dispara significa, em última análise, um roubo para os que têm fome e não têm comida, para os que têm frio e não têm roupa. O mundo das armas não só está dilapidando dinheiro, como também está gastando o suor de seus trabalhadores, a genialidade de seus cientistas e as esperanças de suas crianças."

\* Robert J. Schwartz é fundador e dirigente da organização Economistas Aliados para a Redução das Armas, de Nova Iorque.

*Um grande programa  
de desarmamento junto  
com um novo Plano  
Marshall serviria para  
estimular e fortalecer  
as economias tanto  
das nações  
industrializadas como  
as do Terceiro Mundo*



# A integração ao alcance de todos



As oportunidades de exportação e importação, *joint ventures*, investimentos e acordos de produção. Todas as informações para compreender a implantação o funcionamento e a expansão do MERCOSUL.

Revista do Mercosul. Uma revista mensal bilíngüe de integração latino-americana.

ASSINATURA ANUAL • ARGENTINA: \$ 48.00 • PARAGUAI: G 72.00 • URUGUAI: n\$ 76.800 • BRASIL: Cr\$ 990.000,00

PAGAMENTOS EM CHEQUE NOMINAL À REVISTA DO MERCOSUL  
EM SUA MOEDA NACIONAL.

#### Correspondência para:

Rua da Glória, 122/105 • Rio de Janeiro (CEP 20241) • Brasil • Fax: (5521) 252-8455 • Tel: (5521) 242-1957 • 222-1370



BANCO CENTRAL DO BRASIL

A 0001023363 A

100 000

100 000

CEM MIL  
CRUZEIROS

A 0001023363 A

50 000

CINQUENTA  
MIL CRUZEIROS

A 2458099549 A

10 000

DEZ MIL  
CRUZEIROS

A 4382087437 A

5 000

CINCO MIL  
CRUZEIROS

A 2892009799 A

1 000

MIL  
CRUZEIROS

A 8197055236 A

Com a Conta Fácil Banerj, a sua aplicação financeira e o seu tempo vão poder render muito mais. Agora, a operação de resgate é automática e na medida exata do que você necessita, para débitos acima de um valor mínimo. Sem que você precise sequer telefonar ao banco. Ou seja, aquele dinheiro a mais que ia ser apenas um trocado parado na sua conta corrente continua rendendo. Transforme já sua Conta Verde de Aplicações Financeiras em Conta Fácil Banerj. E aplique tudo a que você tem direito. Inclusive aqueles quebrados.

**AGORA, O DINHEIRO QUEBRADO QUE IA VIRAR  
UM TROCADO CONTINUA APLICADO.**

**CONTA FÁCIL**

**BANERJ**

O QUE ERA  
FAF FICOU  
MAIS FÁCIL